

COORDENAÇÃO
ERNESTO CASTRO LEAL

MONARQUIA E REPÚBLICA

CRISTIANA LUCAS SILVA • ERNESTO CASTRO LEAL
JOSÉ ESTEVES PEREIRA • JOSÉ MAURÍCIO DE CARVALHO
MANUEL M. CARDOSO LEAL • RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ
ANTÓNIO VENTURA



MONARQUIA E REPÚBLICA

Coordenação
ERNESTO CASTRO LEAL

MONARQUIA E REPÚBLICA

ANTÓNIO VENTURA • CRISTIANA LUCAS SILVA
ERNESTO CASTRO LEAL • JOSÉ ESTEVES PEREIRA
JOSÉ MAURICIO DE CARVALHO • MANUEL M. CARDOSO LEAL
RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ



Lisboa
Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
2012

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Monarquia e República

AUTORES

António Ventura, Cristiana Lucas Silva, Ernesto Castro Leal, José Esteves Pereira, José Mauricio de Carvalho, Manuel M. Cardoso Leal, Ricardo Vélez Rodríguez

COORDENAÇÃO

Ernesto Castro Leal

COPYRIGHT

Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e autores dos textos

CAPA

versilite – Maia

DATA DE EDIÇÃO

Março de 2012

IMPRESSÃO

versilite – Maia.

DEPÓSITO LEGAL

339075/12

ISBN

978-989-8068-09-5

TIRAGEM

500 exemplares

EDITOR

Centro de História
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade 1600-214 LISBOA – PORTUGAL
Tel. : + 351 217 920 000 • Fax: 351 217 960 063
Email: centro.historia@fl.ul.pt
URL: http://www.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/index.html

DISTRIBUIDOR

DINAPRESS – Distribuidora Nacional de Livros, Lda.
Rua João Ortigão Ramos, 17 A
1500-363 Lisboa
Tel. : + 351 217 122 210 • Fax: 351 217 153 774
Email: comercial@dinalivro.pt
URL: <http://www.dinalivro.pt>

FINANCIAMENTO

Programa Operacional Ciência e Inovação 2010 do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA III)

SUMÁRIO

7 INTRODUÇÃO

Ernesto Castro Leal

I – MONARQUIA

11 ANSELMO JOSÉ BRAAMCAMP: CHEFE PARTIDÁRIO DA ESQUERDA MONÁRQUICA

Manuel M. Cardoso Leal

33 ANTÓNIO SARDINHA E A MONARQUIA: UMA TEORIA DA NACIONALIDADE

Cristiana Lucas Silva

49 JOAQUIM NABUCO, MONARQUISTA E ABOLICIONISTA

Ricardo Vélez Rodríguez

II – REPÚBLICA

65 HENRIQUES NOGUEIRA E A REPÚBLICA

José Esteves Pereira

81 EMÍLIO COSTA E A REPÚBLICA

António Ventura

93 ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA E A REPÚBLICA

Ernesto Castro Leal

117 ORTEGA Y GASSET: CRISE DA ESPANHA E PROBLEMAS POLÍTICOS

José Mauricio de Carvalho

INTRODUÇÃO

Este volume reúne comunicações apresentadas no *III Seminário de História e Cultura Política*, que se realizou na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no dia 15 de Março de 2011, ao que se juntou textos inseridos dentro do perfil científico dos temas em debate. O objectivo deste Seminário, iniciativa do Grupo de Investigação *Memória & Historiografia* do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, era o aprofundamento crítico do conhecimento sobre pensadores portugueses e estrangeiros através das doutrinas políticas que perfilharam em relação à *Monarquia* e à *República*.

Desenvolvendo o trabalho científico iniciado com o I Seminário de 2009, pretende-se anualmente dar continuidade a este projecto de Seminário de História e Cultura Política – com um tema de base – e que as perspectivas analíticas comunicadas sejam feitas através de vários olhares disciplinares, em particular a partir da História, da Filosofia e da Ciência Política. Assim se explica a participação de especialistas desses saberes.

A reflexão crítica e o debate produzidos visam continuar a estimular a vivificação da memória da cultura política e a construção historiográfica das ideias políticas e sociais, dentro da área do pensamento europeu, ibero-americano e português, um mundo aberto, plural e conflitual, onde há um grande campo de investigação crítica a desenvolver, para perceber fundamentos filosóficos, dinâmicas históricas e expressões ideológicas e políticas.

Um agradecimento é devido a todos os autores dos textos aqui publicados, à direcção do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, à direcção da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, ao secretariado do Seminário e aos participantes, por terem propiciado o bom êxito desta actividade científica, dando assim esperança na sua concretização anual.

Ernesto Castro Leal

I – MONARQUIA

ANSELMO JOSÉ BRAAMCAMP: CHEFE PARTIDÁRIO DA ESQUERDA MONÁRQUICA

Manuel M. Cardoso Leal*

Herdeiro de uma rica e bem relacionada família liberal, Anselmo José Braamcamp (1817-1885) fez um percurso consistente na esquerda da Monarquia Constitucional, destacando-se como dirigente dos Partidos Histórico e Progressista. Por este seu papel de dirigente partidário, pode dizer-se que foi um dos grandes construtores do sistema partidário que pela primeira vez surgiu em Portugal – se se entender que só a partir da Regeneração se formaram e consolidaram verdadeiros partidos políticos. Todavia, Anselmo José Braamcamp não era um chefe carismático, nem um notável orador parlamentar; apesar disso, foi sempre respeitado, mesmo pelos seus adversários, pela honradez e a abnegação desinteressada com que se dedicou à causa pública. O seu papel de chefe partidário é o tema principal do presente texto.

1. A herança familiar

Anselmo José Braamcamp foi criado numa família altamente envolvida na política. Seu avô paterno, holandês de origem, viera para Portugal na qualidade de embaixador da Prússia, por cá se estabelecera, casara e pertencera ao Conselho de D. Maria I, distinguido com o título de barão do Sobral. E seu avô materno fora par do Reino. Anselmo não tinha ainda três anos quando se deu a revolução liberal de 1820, na qual seu tio Hermano tomou parte activa. Seu pai ficou tão entusiasmado que pôs os próprios bens e até as joias da mulher à disposição do novo regime¹, em nome do qual tanto seu pai como esse tio exerceram cargos

* Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹ Carta de 16/09/1820, in Oliveira Martins, «Elogio histórico de Anselmo José Braamcamp», *Política e História*, vol. II, Lisboa, Guimarães Editores, 1957, pp. 57-58

governativos. Todavia, por causa da reacção antiliberal da Vilafrancada, em 1823, Anselmo viu-se a fugir com a família para Paris, onde iria permanecer onze anos e iniciar os seus estudos, enquanto em Portugal decorria uma sangrenta guerra civil, terminada com a definitiva vitória liberal, em 1834.

Anselmo regressou então à Pátria, jovem de 17 anos, e demandou Coimbra para se matricular no curso de Direito. Seus tios José Francisco e Hermano foram nomeados pares do Reino e seu pai eleito deputado pela província da Estremadura. Seu pai também exerceu, entretanto, um mandato como presidente da Câmara Municipal de Lisboa. A família Braamcamp ocupava uma posição central na elite política e social da época. Após a Revolução de Setembro de 1836, de pendor esquerdizante, que repôs em vigor a Constituição de 1820 destronando a Carta outorgada pelo rei em 1826, o pai de Anselmo continuou a ser eleito deputado e seu tio Hermano foi eleito senador (no contexto da efêmera constituição, de compromisso, de 1838).

Enquanto estudante universitário, Anselmo demonstrou inclinação pelas artes literárias, colaborando na *Crónica literária da nova academia dramática*, ao mesmo tempo que acompanhava a política, militando na Sociedade Patriótica Lisbonense, tendo também presumivelmente ingressado numa loja maçónica, em Coimbra. Uma vez terminado o curso de Direito, ingressou na magistratura como delegado do Procurador Régio, em Almada, em 1841. Alguns anos depois, demitiu-se desse cargo para não pactuar com o regime de Costa Cabral, que entretanto restaurara a Carta constitucional outorgada pelo rei e adoptara uma política de direita intransigente.

Num breve intervalo do regime cabralista, em 1846, Anselmo Braamcamp voltou à magistratura, como delegado do Procurador Régio, em Lisboa, sendo também nomeado secretário-geral do distrito de Lisboa. Mas a sua entrada na vida política activa deu-se quando a intransigência cabralista regressou, ainda em 1846, provocando uma revolução no Porto, onde se formou uma Junta de Governo, e a consequente divisão do país na guerra civil da Patuleia. Foi nomeado governador civil dos distritos do Sul, instalado em Setúbal, exercendo as funções de secretário do general Sá da Bandeira e convivendo com outros vultos da esquerda, tais como José Estêvão e Mendes Leite. Sá da Bandeira dirá que era seu «amigo pessoal e íntimo, para bem dizer, desde criança»².

² Discurso de Sá da Bandeira, *Diário da Câmara dos Deputados*, 10/05/1865, p. 1230

Nos anos em que o regime cabralista ainda durou, após a Patuleia, Anselmo Braamcamp alinhou no «Partido Nacional», uma frente que integrava as diversas forças oposicionistas, quer da esquerda, moderada e radical, quer da direita «cartista», moderada, tendo subscrito o respectivo manifesto de 1849³.

Foi no novo ciclo político, chamado Regeneração – iniciado com o golpe militar de Saldanha de 1851 e que, durante quatro décadas de relativa estabilidade, permitiu aplicar no país um conjunto de melhoramentos, não só nas vias de comunicação e de transporte mas também nas estruturas administrativas e políticas – que Anselmo José Braamcamp desenvolveu o essencial da sua acção política, quer como governante quer como dirigente partidário.

2. A formação do Partido Histórico

Anselmo José Braamcamp estreou-se como deputado, ainda em 1851, concorrendo pelo «Partido Nacional» anticabralista que agora predominava. E integrou-se bem no novo espírito de consenso que caracterizava a Regeneração: a velha discórdia em torno da questão constitucional foi resolvida introduzindo na Carta (pelo Acto Adicional de 1852) algumas reivindicações da esquerda: eleições directas; discussão e ratificação parlamentar dos tratados externos; votação anual dos impostos no parlamento.

Os diversos radicalismos tinham desaparecido, quer o da direita cabralista quer o da esquerda, neste caso após a derrota de várias revoluções republicanas na Europa, em 1848. O grande objectivo que passou a unir a maioria da classe política era dotar o país dos chamados «melhoramentos materiais», nomeadamente caminhos-de-ferro e estradas, que já se viam nos países mais avançados. Todavia, os diferendos políticos não acabaram. O primeiro governo formado por Saldanha foi em breve remodelado no sentido de afastar alguns vultos da esquerda (nomeadamente, o marquês de Loulé) e integrar vultos da direita cartista (nomeadamente, Rodrigo Magalhães). Depois, como entre o governo e o parlamento aumentassem as divergências, sobretudo por causa das medidas do jovem ministro Fontes Pereira de Melo, culminando na reprovação de um decreto de capitalização dos juros da dívida pública, o governo dissolveu o parlamento e convocou novas eleições para obter uma outra maioria mais dócil.

³ José Miguel Sardica, *A Regeneração sob o signo do Consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001, p. 311

Anselmo Braamcamp decerto não gostou dessa remodelação que virou o governo à direita; também votou contra o decreto financeiro de Fontes (que considerou «uma das operações financeiras mais crueis que se têm efectuado em Portugal, qual foi a consolidação, isto é, a bancarrota, digamos a verdade, de todos os vencimentos dos empregados públicos e dos juros da dívida consolidada que estavam por pagar»⁴); subscreveu o protesto contra a dissolução do parlamento; e falhou a candidatura às eleições realizadas em 1852. Colheu, portanto, os vários motivos de descontentamento que levaram à formação de um grupo de dissidentes do partido então dominante, Progressista Regenerador. E, em 1854, integrou a comissão organizadora do Partido Progressista (Histórico)⁵, formado a partir dos dissidentes. Era uma brecha que se abria na política centrista, tendencialmente unipartidária, que Saldanha procurava levar a cabo. A «Dissidência Histórica» não rejeitava a política de melhoramentos materiais, apenas desejava concretizá-la de modo diferente, ou a um ritmo diferente, para evitar a pesada carga fiscal que o estilo de Fontes, entre vigoroso e arrogante, impunha.

O próprio D. Pedro V, que entretanto ascendera ao trono, não apreciava nem a política nem o estilo do governo de Saldanha e, em 1856, encarregou o «setembrista» marquês de Loulé de formar governo. As eleições, que Loulé realizou para obter uma maioria de apoio, serviram para autonomizar a dissidência e estruturá-la num novo partido, o Partido Histórico, remetendo para a oposição a antiga maioria, que, em grande medida, correspondia ao partido doravante chamado Regenerador. Anselmo Braamcamp foi um dos participantes na reunião da Comissão Eleitoral Progressista (Histórica), em Agosto de 1856⁶.

Os dois partidos referidos, Regenerador e Histórico, pode dizer-se que foram os primeiros constituídos em Portugal, já que, antes da Regeneração, toda a luta política, constante e armada, se desenrolara entre grupos inorgânicos, ou facções, a que se costumava dar a designação de «parcialidades». Não quer dizer que os dois partidos tenham encetado desde então uma alternância regular, ideologicamente diferenciada, como às vezes se crê⁷. O governo de Loulé não assumiu sequer um programa próprio, pois adoptou o mesmo do governo anterior. Além disso, a maioria histórica não se comportava de um modo estável e organizado, mas evidenciava frequentes mudanças dos seus elementos. Nem o governo

⁴ Discurso de Anselmo Braamcamp, *Diário da Câmara dos Deputados*, 15/04/1879, p. 1224

⁵ José Miguel Sardica, *A Regeneração sob o signo do Consenso*, p. 318

⁶ José Miguel Sardica, *A Regeneração sob o signo do Consenso*, p. 319

⁷ Obra de referência sobre esta temática é a já citada de José Miguel Sardica.

era homogêneo, sobretudo desde que passou a integrar elementos que tinham apoiado Costa Cabral, um deles, António José de Ávila, ministro do governo derrubado em 1851. E a presença destes ministros, tidos como competentes mas «reaccionários», incomodava muitos elementos históricos, sobretudo quando surgiram problemas com maior carga ideológica, como foi o da vinda das Irmãs da Caridade francesas, em 1857, no contexto da epidemia que assolava Lisboa. Neste mesmo ano, a assinatura da Concordata com a Santa Sé provocou a saída do único elemento histórico que fazia parte do governo.

Anselmo Braamcamp recuperou o lugar de deputado (por Lisboa) nas eleições de 1856, um lugar que confirmou em 1858 e em praticamente todas as eleições a que concorreu, depois, até ao fim da vida. Mas não era um deputado que se distinguisse pelo brilho dos discursos nem pela força da voz; notoriamente preferia o trabalho discreto das comissões parlamentares, integrando em geral as mais importantes, como a da Fazenda, e, aí sim, distinguia-se pela dedicação e o estudo sério das questões. Quanto ao seu trabalho no partido, era o que chama um «homem do aparelho»; no final de 1859, integrou a Comissão Central Progressista (Histórica)⁸, na mesma reunião em que o marquês de Loulé assumiu a respectiva presidência.

Nesses anos quase sempre esteve em funções um governo presidido por Loulé, com a mesma característica de integrar Ávila e outros antigos cabralistas em pastas-chave. A agudização da questão das Irmãs da Caridade francesas, que eram vistas como uma ameaça da «Reacção» antiliberal, criou o contexto para que José Estêvão (antigo radical de esquerda que passara os anos 50 alinhado com o Partido Regenerador) reemergisse, em 1861, com tenções de formar um novo partido, contando atrair uma boa franja de históricos descontentes. Então Loulé prescindiu de Ávila e dos «avilistas», substituindo-os pelas diversas sensibilidades do Partido Histórico. E assim se estreou Braamcamp no governo, no início de 1862, logo na pasta do Reino, tendo como colega, na pasta da Guerra, o seu «padrinho», marquês de Sá da Bandeira.

A pasta do Reino era normalmente a mais política, tutelando a administração pública e as autoridades de todo o país, bem como os processos eleitorais, a instrução pública, etc. Todavia, com a sua típica modéstia, Braamcamp declarou que a sua atenção incidiria essencialmente no campo administrativo, para realizar

⁸ José Miguel Sardica, *A Regeneração sob o signo do Consenso*, p. 324

reformas há muito tempo aguardadas⁹. Na verdade, a sua actuação acabou por ter um indiscutível alcance político. Desde logo tratou de resolver a melindrosa questão das Irmãs da Caridade, elaborando uma proposta que proibia as corporações religiosas de se ocuparem do ensino: a proposta foi aprovada pelos deputados, ficou retida na Câmara dos Pares, acabando a questão por ser resolvida quando o próprio governo francês mandou um navio a recolher as religiosas. Todavia, o seu «título de glória», assim como do governo, que Oliveira Martins considerou «o mais fecundantemente activo [...] antes e depois dele»¹⁰, foi a abolição definitiva dos morgadios em Portugal, completando idêntica medida que, 30 anos antes, abrangeria apenas os pequenos morgadios. A seu crédito ficou ainda a abolição dos passaportes no interior do país, assim como uma reforma administrativa (com intuitos descentralizadores¹¹, típicos da esquerda liberal), cuja aprovação no parlamento foi prejudicada pela sua saída do governo. Foi um conjunto de medidas que, acrescidas de outras de outros ministros (abolição do monopólio do tabaco, abolição do privilégio do Douro, crédito predial, etc), contribuíram para o aumento da riqueza pública não menos do que os tão falados investimentos em vias de comunicação.

Estes sucessos, porém, não tornaram mais forte o governo nem o Partido Histórico, um e outro afectados por agudas divisões. Além da saída de Braamcamp do governo, no início de 1864 (em solidariedade com Sá da Bandeira, porque uma reforma do exército, por ambos preparada, não mereceu, quando atacada, o apoio dos colegas), outras demissões de ministros ocorreram e até uma remodelação, já no ano seguinte, entendida como visando afastar o ministro da Fazenda, Joaquim Lobo de Ávila, chefe da ala radical do partido, «unha preta». O parlamento, apesar da larga maioria que os históricos nele detinham, ficou paralizado com discussões políticas, o que levou à substituição do governo de Loulé por um outro em que, pela primeira vez desde a Regeneração, o poder foi entregue fora dos dois partidos dominantes.

O novo governo era formalmente presidido por Sá da Bandeira, um histórico algo desalinhado, mas quem efectivamente o dirigia era uma figura do polo oposto, conservador, António José de Ávila. E enquanto Ávila manobrava para fazer uma fusão com os regeneradores, deixando de lado os históricos, Sá da Bandeira convidava Braamcamp a integrar o governo, o que este recusou, por

⁹ Discurso de Anselmo Braamcamp, *Diário da Câmara dos Deputados*, 22/02/1862, p. 588

¹⁰ Oliveira Martins, «Elogio histórico de Anselmo José Braamcamp», p. 70

¹¹ Proposta de lei nº 23 C, *Diário da Câmara dos Deputados*, 05/02/1863, pp. 343-344

lhe repugnar ser ministro e por ver desconsiderada a maioria histórica que ainda existia¹². Terá sido o receio dos históricos, de ficarem isolados e de enfrentarem eleições enfraquecidos com a oposição interna da «unha preta», que os levou a fazer um acordo de fusão com os alternantes regeneradores. Ou terá sido, segundo José Miguel Sardica, uma «autodefesa» dos partidos centrais «face às novas pressões centrífugas»¹³. Certo é que esta fusão significou um recuo no processo de diferenciação partidária que se vinha desenvolvendo.

O facto de Braamcamp ter apostado a sua assinatura, em nome dos históricos, nesse acordo da fusão não deixa de ser uma contradição com o papel que ele desempenhara de afirmação do Partido Histórico. Justificou-a pelo desejo «de todos os deputados da maioria», de verem aproximar-se «duas fracções do mesmo partido, para juntar as suas forças e dotar o país com todas as reformas de que ele carece»¹⁴. Foi como um regresso ao partido quase único do início dos anos 50, que ele aceitou, segundo Oliveira Martins, «sem entusiasmo, por disciplina partidária apenas»¹⁵.

Diante da fusão dos partidos principais, o governo Sá/Ávila perdeu as eleições, e essa foi a primeira e única vez em que um governo da Monarquia Constitucional perdeu claramente as eleições. Com mais rigor, todavia, pode dizer-se que houve outras eleições – praticamente todas as organizadas fora dos partidos alternantes, ou rotativos – em que os governos obtiveram vitórias só aparentes, com maiorias retalhadas e incapazes de sustentar governos estáveis.

Anselmo Braamcamp não foi protagonista no «governo da fusão», que se seguiu, desde logo dominado pelos regeneradores sobretudo a partir da remodelação de 1866, mas foi nomeado, por desejo do rei, para o grupo restrito do Conselho de Estado.

O «autofechamento do circuito político no centro»¹⁶, como foi o «governo da fusão», deixou o sistema sem alternativa séria, face à contestação que se levantou contra as medidas impopulares adoptadas (imposto geral do consumo e uma reforma que extinguiu grande número de distritos, concelhos e freguesias), desembocando na revolta da Janeirinha, de 1868, e abrindo um ciclo de instabilidade que, em menos de quatro anos, consumiu sete governos e cinco eleições.

¹² Discurso de Anselmo Braamcamp, *Diário da Câmara dos Deputados*, 10/05/1865, p. 1233

¹³ José Miguel Sardica, *A Regeneração sob o signo do Consenso*, p. 304

¹⁴ Discurso de Anselmo Braamcamp, *Diário da Câmara dos Deputados*, 10/05/1865, p. 1233

¹⁵ Oliveira Martins, «Elogio histórico de Anselmo José Braamcamp», p. 74

¹⁶ José Miguel Sardica, *A Regeneração sob o signo do Consenso*, p. 304

O período de 1868 a 1871 foi de importância crucial para a definição do modelo de rotação bipartidária, ou rotativismo, que veio a caracterizar a Monarquia Constitucional. Por um lado, a fragmentação partidária e a ingovernabilidade em que se caiu foram, em grande medida, consequência da falta de alternativas ao «governo da fusão». Por outro lado, essas mesmas fragmentação e ingovernabilidade mostraram como os partidos da fusão eram indispensáveis para o funcionamento do sistema político – desde que não em fusão, mas em competição como partidos alternantes.

Após a revolta da Janeirinha, não podendo continuar o «governo da fusão», o rei convidou António José de Ávila a formar um governo que moderasse os impulsos radicais que vinham da rua e que nele foram representados por José Dias Ferreira; mas era uma coligação tão discrepante que, mesmo tendo ganho folgadoamente as eleições, não resistiu mais do que poucos meses. Então o rei tentou voltar aos partidos da fusão, convidando o marquês de Loulé; o Partido Histórico não estivera tão envolvido no «governo da fusão», Loulé chegara a ser convidado para chefiar a contestação às suas medidas. Mas, perante a reacção da rua, Loulé hesitou e o rei teve de aceitar outro governo mais de acordo com o espírito da Janeirinha: foi presidido pelo velho Sá da Bandeira e dominado por António Alves Martins, bispo de Viseu, em torno do qual se formou o futuro Partido Reformista, também chamado «Partido de Janeiro»; na realidade, não era um partido, mas um «movimento social heterogéneo, posicionado à esquerda do Partido Histórico, na fronteira limítrofe do sistema monárquico»¹⁷, nascido do protesto contra as medidas do «governo da fusão», orientado para o lema simplista de «moralidade e economias». Este governo organizou eleições, em 1869, que venceu, ou melhor, que pareceu vencer, pois fez eleger como «ministeriais» deputados na verdade «independentes», por exemplo, os ex-históricos Braamcamp e José Luciano. A sua suposta maioria foi-se esboroando face à gravidade da questão da fazenda e face às divergências internas suscitadas pelas pressões espanholas para que D. Fernando, pai do rei D. Luís, ocupasse o trono de Espanha com vista à união ibérica.

Depois sim, conseguiu o marquês de Loulé formar governo, aproveitando para avançar com a intenção de reconstruir o Partido Histórico¹⁸, reunindo as

¹⁷ José Miguel Sardica, *Duque de Ávila e Bolama. Uma Biografia*, p. 432, nota 13

¹⁸ Pouco tempo depois da Janeirinha, os dirigentes históricos já tencionavam reconstruir o partido – cf. Carta de Anselmo Braamcamp a José Luciano de Castro, de 08/04/1868, in *José Luciano de Castro, Correspondência Política*, org. de Fernando Moreira, Lisboa, Quetzal Editores, 1998, p. 80

duas alas desavindas, «unha branca» e «unha preta». Chegou a organizar eleições e a obter uma larga maioria, em 1870, a qual, todavia, em dois meses, foi derubada pelo golpe militar de Saldanha, suspeito de estar associado às pressões para colocar D. Fernando no trono de Espanha. Nesse governo «histórico» coube a Anselmo Braamcamp a pasta da Fazenda, a mais difícil nas circunstâncias da época. Tinha sido ele o convidado pelo rei a formar governo, mas logo pusera como condição que a respectiva presidência teria de competir ao chefe do partido, Loulé – mais uma prova da sua lealdade. A bancarrota estava iminente: Braamcamp teve de acudir ao «pagamento de letras que se venciam dentro de cinco dias»¹⁹, subscrevendo-as «com o seu nome de particular» e até pagou do seu bolso as despesas de uma missão financeira que enviara às bolsas estrangeiras²⁰. Depois tentou pôr ordem nas finanças públicas, com as medidas clássicas de reformar impostos para aumentar as receitas e de reduzir as despesas com o funcionalismo, tendo os consequentes «arrolamentos» de actualização das matrizes prediais causado tumultos em vários pontos do país, de que resultaram mortos.

O golpe militar de Saldanha, que pôs termo à segunda experiência governativa de Braamcamp, foi para muitos um sinal de alerta, um aviso, de que aquela sucessão de governos curtos e eleições inconclusivas era perigosa para a sobrevivência do regime e do país, quando se receava até uma invasão de Espanha. Três meses durou a ditadura saldanista, a que se seguiram mais dois curtos governos, até se chegar ao longo governo regenerador de 1871-1877. Primeiro, foi uma nova versão do governo Sá/Viseu, sob o domínio dos reformistas, que gozou da vantagem de organizar eleições, obtendo uma maioria pouco clara, que estranhamente foi malbaratada a favor do minoritário Ávila. Depois, foi outro governo presidido por Ávila, que igualmente organizou eleições que deram resultados muito repartidos, do qual os históricos se distanciaram para não serem engolidos numa nova «fusão» com regeneradores e avilistas.

Os regeneradores vinham recuperando dos maus resultados consequentes ao falhanço do «governo da fusão», sem nunca terem perdido o seu núcleo, pequeno mas consistente, em torno de Fontes Pereira de Melo. Formaram então governo, com o apoio dos avilistas, que era como que um bloco conservador, contando ainda com o pequeno Partido Constituinte, de Dias Ferreira, para completarem a maioria parlamentar.

¹⁹ Discurso de José Luciano de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 19/01/1870, p. 70

²⁰ Oliveira Martins, «Elogio histórico de Anselmo José Braamcamp», p. 77

Os dirigentes históricos perceberam o desafio que lhes era feito de formarem um bloco alternante no espaço da esquerda. No próprio dia em que Fontes apresentou o seu governo no parlamento, José Luciano de Castro defendeu que ao lado do governo houvesse sempre uma oposição que se preparasse para o substituir: «Que da existência do governo actual resulte para o país a organização de dois partidos [...] um mais ou menos conservador, o outro mais avançado, mais liberal, mais democrático»²¹. Não era totalmente original esta ideia (que Braamcamp subscreveu²²), aliás praticada em alguns países europeus e falada também em Portugal, onde a experiência anterior ao «governo da fusão» podia ser interpretada como levando a esse modelo. Mas era uma solução lógica, a partir do falhanço da fusão dos dois partidos alternantes e da consequente ingovernabilidade em que o país tinha caído.

Só que enquanto à direita havia um Partido Regenerador já com uma ideia e uma prática de governo e um núcleo coeso e uma chefia forte, à esquerda havia dois partidos, o Histórico e o Reformista, a gladiarem-se na disputa do mesmo espaço. A união destes dois partidos haveria de revelar-se demorada; os históricos desejavam-na, Braamcamp chegou a presidir a uma comissão mista de deputados, no início de 1872²³; mas os reformistas hesitavam, iludidos talvez com o poder que recentemente lhes passara pelas mãos.

3. A formação do Partido Progressista

À entrada em funções do primeiro governo de Fontes Pereira de Melo, poucos imaginariam que iria ser o mais duradouro governo de toda a Monarquia Constitucional, entre Setembro de 1871 e Março de 1877. Beneficiou, é claro, da boa conjuntura económica que ajudou a resolver os aflitivos problemas financeiros. Além disso, o rei D. Luís apreciou o estilo pragmático de Fontes, a habilidade com que reuniu e manteve estável uma escassa maioria no parlamento e a eficácia com que dominou uma tentativa revolucionária, em 1872.

Os históricos, remetidos a uma oposição que se prolongava mais do que o habitual, dedicaram-se naturalmente a vincar as suas diferenças ideológicas em relação ao governo, que classificavam de «conservador» – para tal contribuiu

²¹ Discurso de José Luciano de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 13/09/1871, p. 627

²² Discurso de Anselmo Braamcamp, *Diário da Câmara dos Deputados*, 18/09/1871, p. 702

²³ Carlos Guimarães da Cunha, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, p. 247

também uma envolvente externa na qual avultavam as repúblicas na Espanha e na França. Mas não foram tão longe como os reformistas, cujo projecto de revisão da Carta ameaçava trazer de volta a questão constitucional que revolvera o país antes de 1851. Braamcamp considerou-o «inoportuno» e susceptível de trazer inconvenientes «muito superiores às vantagens»²⁴. O projecto dos históricos, da autoria de José Luciano, era mais selectivo quanto às alterações a introduzir, das quais se destacavam: o alargamento do direito de voto (na prática, o sufrágio universal masculino) e duas reivindicações da esquerda não acolhidas no Acto Adicional de 1852: a supressão da hereditariedade dos pares do Reino e a limitação do «poder moderador» do rei²⁵. Estes projectos, porém, nunca foram admitidos à discussão no parlamento, até ao final dessa década de 1870, quando o pragmatismo de Fontes encontrou contexto adequado para as próprias reformas.

Em 1874, Anselmo Braamcamp recusou a honraria de ser nomeado par do Reino, por proposta do governo, em coerência com a reserva tradicional da esquerda relativamente à Câmara dos Pares. Foi um gesto que engrandeceu a aura de honradez que rodeava o seu nome e que foi decisiva para que fosse aceite, como chefe comum, pelos históricos e pelos reformistas, quando finalmente chegaram a acordo, em 1876, para se fundirem formando o Partido Progressista.

Várias tentativas tinham sido feitas, nos anos anteriores, de aproximação entre os partidos Histórico e Reformista, sem resultados práticos, para além da concertação mútua de posições no parlamento. A grande derrota que ambos sofreram nas eleições de 1874, ficando em conjunto reduzidos a 15 deputados, foi mais um aviso de que só unidos poderiam constituir uma alternativa credível ao Partido Regenerador. Os reformistas, se inicialmente se julgavam com ascendente sobre os históricos, foram com o tempo perdendo a orientação e até a razão de ser (ou por terem desaparecido as razões de protesto com a melhoria económica, ou pela insuficiência do seu lema «moralidade e economias», ou pelas divisões internas ou pelo apagamento político do seu chefe, o bispo de Viseu), de tal modo que Anselmo Braamcamp se questionava: «não sei o que é feito de tal partido. Ninguém o vê, ninguém sabe dele»; «por muito que batalhemos não há fusão possível»²⁶. Já então o duque de Loulé tinha falecido. A participação de alguns importantes reformistas, como Latino Coelho e Elias Garcia, na criação

²⁴ Discurso de Anselmo Braamcamp, *Diário da Câmara dos Deputados*, 29/08/1871, pp. 446-447

²⁵ Projecto de José Luciano de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 24/01/1872, pp. 120-125

²⁶ Carta de Anselmo Braamcamp a José Luciano de Castro, de 11/10/1875, in *José Luciano de Castro, Correspondência Política*, pp. 86-87

do Centro Republicano Democrático mais os enfraqueceu, levando Braamcamp a esclarecer que, nas reuniões mantidas entre os dois partidos, não admitia confusões com os republicanos²⁷. Havia receio de que essa união com a «esquerda radical» (imagem de que os reformistas nunca se tinham livrado) não corresse bem e fosse mal vista pelo rei como alternativa de governo.

Em Setembro de 1876, na praia da Granja onde Braamcamp passava férias, representantes dos dois partidos acertaram a criação do Partido Progressista. Não havia dúvidas quanto a quem devia assumir a liderança: os próprios reformistas quiseram Braamcamp como seu chefe e José Luciano propôs «uma presidência dupla para não deixar esquecido o bispo de Viseu»²⁸. Aos militantes históricos foi preciso explicar que esta fusão não trazia os mesmos inconvenientes que a fusão de 1865 que só aproveitara aos regeneradores. Na verdade, a fusão agora feita à esquerda reforçava a rotação, ao passo que a fusão de 1865, feita ao centro, anulava a rotação.

A formalização do novo partido foi feita numa assembleia-geral em Lisboa, em Dezembro, tendo aprovado um programa entretanto redigido por José Luciano (contendo as reivindicações tradicionais da esquerda monárquica, das quais as mais emblemáticas constavam já do seu projecto de reforma constitucional de 1872), e um modelo organizativo sugerido por Mariano de Carvalho (o elemento mais destacado vindo dos reformistas) prevendo uma comissão executiva e assembleias-gerais anuais. Tanto o programa como o modelo organizativo colocaram o novo partido num ponto mais avançado do que era corrente na época e muito à frente do Partido Histórico que nem sequer assumia um programa próprio quando surgira, vinte anos antes.

Assim se apresentou o Partido Progressista como a alternativa de esquerda ao já longo domínio regenerador, confiante de obter em breve o favor régio de organizar o governo. Mas Fontes Pereira de Melo acolheu o programa progressista com a acusação de significar a «dissolução» e a «destruição dos fundamentos do regime»²⁹, de tal modo que Braamcamp se declarou «ofendido» no seu brio e no seu patriotismo³⁰. Depois, como o governo oscilasse diante da renovada crise

²⁷ Carta de Anselmo Braamcamp a José Luciano de Castro, de 27/03/1876, in *José Luciano de Castro, Correspondência Política*, pp. 89-91

²⁸ Carta de José Luciano de Castro a António Enes, de 11/09/1876, in *José Luciano de Castro, Correspondência Política*, pp. 102

²⁹ Discurso de Fontes Pereira de Melo, *Diário da Câmara dos Pares*, 26/01/1877, pp. 57-63

³⁰ Discurso de Anselmo Braamcamp, *Diário da Câmara dos Deputados*, 27/01/1877, pp. 186-187

financeira, Fontes manobrou para que a sua substituição fosse feita a favor do aliado Ávila e para que, em menos de um ano, o poder lhe caísse outra vez nas mãos.

A frustração dos progressistas traduziu-se numa campanha furiosa de ataques ao rei – que excederam mesmo em violência as dos socialistas e dos republicanos³¹ – por parte nomeadamente de Mariano de Carvalho e de Emídio Navarro; ficou célebre uma frase de Mariano: «O manto real tornou-se capa de malfeitores e abrigo de mefeícios»³². Pelo contrário, outros dirigentes do partido, nomeadamente José Luciano, recomendavam «dedicação pela monarquia e respeito pela pessoa e pela vontade do rei»³³. Era como se houvesse dois partidos dentro do partido, um radical quase republicano e outro institucional, ficando a dúvida se Braamcamp era um chefe incapaz de ter mão na ala «radical» do partido ou se era um calculista que, preservando a sua imagem, deixasse o «trabalho sujo para os outros»³⁴.

Certo é que os progressistas granjearam uma enorme popularidade entre a população de Lisboa e do Porto, onde obtiveram vitórias nas eleições de 1878, deixando abalado o governo regenerador, que, além disso, já tinha dificuldades em enfrentar a contestação pública à sua política colonial, em particular à concessão privada de um vasto território no Zambeze. Então, sim, foram os progressistas convidados a formar governo, assumindo Braamcamp a respectiva presidência, tendo José Luciano, seu «braço direito», na pasta política do Reino, mas sem integrar qualquer elemento da linha radical do partido que se tivesse destacado a atacar o rei.

Como presidente do Conselho de Ministros, Anselmo Braamcamp atingiu, portanto, o ponto mais alto da sua carreira política, em 1879. As expectativas eram altas no eleitorado da esquerda, ao fim de nove anos de jejum. Tão altas que Braamcamp logo tentou moderá-las, na apresentação do governo, avisando que a questão da fazenda era a «mais instante e urgente» e que as reformas, financeiras e políticas, constantes do programa do partido, não podiam ser realizadas «de repente. Tentá-lo seria imprudência, que poderia comprometer a realização delas»³⁵.

³¹ José Tengarrinha, «Progressismo», *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Editorial Caminho, 1983, pp. 104-108

³² *Diário Popular*, 30/01/1878, p. 1

³³ «O partido progressista», in *O Progresso*, 29/01/1878, p. 1

³⁴ Cf., por exemplo, Rui Monteiro Ramos, «Anselmo José Braamcamp, um nome à esquerda», *Público Magazine*, 19/05/1991, p. 44

³⁵ Discurso de Anselmo Braamcamp, *Diário da Câmara dos Deputados*, 02/06/1879, p. 1944

De início correu bem. Perante o desafio, que desde logo os regeneradores lhe colocaram aprovando uma moção de censura com o intuito de precipitar eleições enquanto a máquina administrativa em todo o país lhes era afecta, o novo governo soube alterar essa «máquina» a seu favor e conquistar uma grande maioria de deputados nas eleições de 1879, obtendo também do rei uma «forçada» de novos pares.

Todavia, o governo Braamcamp ficou marcado pela questão colonial, em especial pelo Tratado de Lourenço Marques celebrado com a Inglaterra, do qual só tomou conhecimento mais tarde, por um jornal inglês³⁶. Esse tratado, que fora assinado pelo ministro Andrade Corvo no seu último dia de funções, enquadrava-se numa certa visão de Portugal sob a protecção da aliança com a Inglaterra, contendo cláusulas que a opinião pública repudiava, por exemplo: os direitos de tropas britânicas passarem pelo território português e de policiarem as águas portuguesas, bem como a intervenção inglesa na organização da pauta colonial. Braamcamp, que acumulava a presidência do Conselho com a pasta dos Negócios Estrangeiros, chegou a pedir a demissão após o parlamento ter adiado a aprovação do tratado, em Junho de 1880, num contexto em que os republicanos comandavam a contestação pública, tirando partido das comemorações do Tricentenário de Camões. E a contestação não diminuiu nem perante as alterações ao tratado que Braamcamp conseguiu, em melindrosas negociações, limitando os referidos direitos a doze anos e sujeitando-os à autorização prévia do governo português.

No seu último mês de funções, Março de 1881, o governo progressista enfrentou *meetings* todos os dias, carregando sobre muitos dos seus eleitores que, além disso, se sentiam frustrados por não verem realizadas as reformas prometidas. De pouco lhe valeu lembrar que a reforma da instrução primária fora realizada, que a reforma eleitoral seria apresentada «em poucos dias» ao parlamento e que outras reformas – sobre execuções fiscais, sobre o tribunal de contas, sobre o recrutamento e a reforma administrativa – estavam «pendentes» do exame na Câmara dos Pares, prova de que a oposição desta câmara não o deixava trabalhar³⁷.

Afinal, os regeneradores, que primeiro tinham assinado o Tratado de Lourenço Marques, deixaram-no adormecido na Câmara dos Pares, até que a própria Inglaterra dele se desvinculou também. E assim terminou Anselmo Braamcamp a

³⁶ *Correio da Noite*, 15/09/1881, p. 1

³⁷ Discursos de José Luciano de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 17/01/1881, p. 142, e 16/03/1881, p. 287; e de Anselmo Braamcamp, *Diário da Câmara dos Deputados*, 26/03/1881, p. 1134

sua única presidência governativa, como que preso numa armadilha, a defender uma política que não era sua e a perder para os republicanos grande parte do eleitorado urbano, decerto sentido pela pouca confiança que o rei D. Luís em si depositava.

Mas o pior ainda estava para vir, numas eleições que reduziram a seis o número de deputados progressistas (que antes era de 106), sem pouparem o próprio Braamcamp. A sua ausência do parlamento durante vários anos iria agravar ainda mais as suas dificuldades políticas, para além das dificuldades próprias da velhice, já que nesse tempo vigorava o princípio de as chefias partidárias serem vitalícias, tudo junto tornando o seu final de carreira bastante penoso.

Arredado do poder, o Partido Progressista tinha-se entregado a um processo de autocritica em termos tais que José Luciano se refugiou na província recusando-se a dirigir a campanha eleitoral, ele que era quem melhor conhecia a máquina do partido e fora o autor da vitória de 1879. Não deixou de colaborar mas foi substituído nessa função pelo seu crítico Navarro. Braamcamp refugiou-se na praia da Granja.

Nessa campanha eleitoral de 1881 os progressistas sofreram uma crescente hostilidade por parte do governo regenerador, que nem sequer lhes respeitou o chefe, «perseguido como se fosse um anarquista perigoso»³⁸. «Guerra de extermínio», foi assim que eles classificaram a campanha, denunciando uma estratégia do Partido Regenerador de repartir dentro de si a rotação do poder, entre uma ala chefiada por Fontes e outra chefiada por Barjona de Freitas³⁹.

O Paço «não levou a bem a exclusão do Braamcamp» e ficou «assustado»⁴⁰ com a subida dos republicanos, que, em Lisboa, quintuplicaram os votos e elegeram um deputado. Ficava à mostra o perigo de o lado esquerdo da rotação partidária saltar fora do regime monárquico, de tal modo que o rei e outros dirigentes do regime, perceberam a conveniência de os principais partidos, em vez de se tentarem exterminar, celebrarem um acordo com vista à realização de reformas políticas. O facto de Braamcamp ter votado, no Conselho de Estado, a favor de uma fornada de pares pedida por Fontes, em Dezembro de 1881, era sinal de haver já um entendimento entre os partidos rivais para a realização das

³⁸ *O Progresso*, 23/08/1881, p. 1

³⁹ Editorial de *O Primeiro de Janeiro*, de 24/08/1881, transcrito em *O Progresso*, de 26/08/1881, p. 1

⁴⁰ Carta de José Luciano de Castro ao visconde de Valmor, de 31/08/1881, in *Nos Bastidores das Eleições de 1881 e 1901, Correspondência Política de José Luciano de Castro*, org. de Pedro Tavares de Almeida, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 75-77

reformas⁴¹, das quais a mais importante para os progressistas era uma nova lei eleitoral que assegurasse melhor representação das minorias; para tal José Luciano não tardou a apresentar no parlamento a sua proposta⁴², que iria servir de base à futura lei eleitoral.

José Luciano de Castro foi quem, por parte do Partido Progressista, mais se empenhou no acordo com os regeneradores. Em Janeiro de 1883, esclareceu que o governo só poderia contar com o Partido Progressista na realização das reformas se desse prioridade a uma reforma eleitoral que assegurasse a «representação das minorias»⁴³. Ao longo do ano, porém, a ideia do acordo esteve a ponto de se romper, por não ser consensual nem entre os progressistas nem entre os regeneradores. O próprio Braamcamp se mostrava céptico, escrevendo a José Luciano: «o tal acordo que todos têm na boca, não passa de palavriado chocho [...] estou completamente desenganado. Não há reformas políticas que valham, mas sinto ver o Partido numa situação deplorável e quase ridícula»; e deu instruções para que a discussão do projecto se limitasse à generalidade, pois que discuti-lo na especialidade seria «reconhecer que ele é aceitável com modificações»⁴⁴.

No final de 1883, o acordo aparecia feito, cabendo a Fontes, a pedido de José Luciano, explicitar os princípios em que se baseava, nomeadamente a nova lei eleitoral, a ser aplicada já na próxima eleição, prevendo a representação das minorias em todos os círculos das capitais dos distritos, mantendo-se os outros círculos uninominais⁴⁵. Em resposta, José Luciano afirmou que, face às declarações do presidente do Conselho, o Partido Progressista devia «renunciar aos seus propósitos de retraimento e abstenção [...] Não se abate a nossa bandeira partidária, não se altera o nosso programa político. [...] Cada um fica no seu lugar, regeneradores e constituintes no governo e nós na oposição»⁴⁶. Vê-se nesta resposta uma preocupação de tranquilizar os seus partidários quanto a qualquer risco de subordinação ao governo regenerador.

Anselmo Braamcamp estava «velho e cansado» e a sua ausência do parlamento mantivera-o «afastado do movimento político», o que se reflectiu na «desorgani-

⁴¹ Paulo Jorge Fernandes, *Mariano Cirilo de Carvalho. O «Poder Oculto» do liberalismo progressista (1876-1892)*, Lisboa, Assembleia da República/Texto Editores, 2010, p. 162

⁴² Discurso de José Luciano de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 01/02/1882, pp. 185-191

⁴³ Discurso de José Luciano de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 17/01/1883, pp. 74-75

⁴⁴ Cartas de Anselmo Braamcamp a José Luciano de Castro, de 25/09/1883 e 26/10/1883, in *José Luciano de Castro, Correspondência Política*, pp. 139 e 143

⁴⁵ Discurso de Fontes Pereira de Melo, *Diário da Câmara dos Deputados*, 29/12/1883, p. 1919

⁴⁶ Discurso de José Luciano de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 29/12/1883, p. 1922

zação, que não pode ser maior»⁴⁷, do partido. Em vez de orientar, deixava que as alas conflituantes fossem resolvendo as questões, como escreveu a José Luciano: «Converse com o Navarro, o meu amigo e ele representam as tendências diversas do Partido e o que assentarem será decerto aceite por todos [...] vejo-me com as mãos presas, sem saber que resposta dar às cartas que recebo»⁴⁸. Admitia até ser substituído, «se se julgar necessário ou conveniente»; «Já estou um cangalho velho, não devo estorvar o caminho àqueles a quem, mais dia menos dia, terá de caber a grave responsabilidade de realizar as reformas que proclamamos»⁴⁹.

Braamcamp voltou a ser eleito deputado, de acordo com as regras da nova lei eleitoral, que valeram ao seu partido aumentar a representação para 31 deputados, em meados de 1884. Todavia, perante as divisões internas que se agravaram na sequência da nomeação de Mariano de Carvalho para a administração da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, dedicou-se a «manter a boa harmonia entre os membros mais notáveis do Partido», «o único serviço que tenho prestado e procurarei prestar», pedindo a José Luciano «para de uma vez acabarmos com as divergências», «por causa desta ínfima questão dos caminhos-de-ferro»⁵⁰. José Luciano acatou, mas receou que os conflitos entre Emídio Navarro e Mariano levassem à «nossa dissolução» e que Braamcamp resolvesse «a retirar-se à vida particular»⁵¹.

Regressado ao parlamento, Braamcamp, no seu primeiro discurso, declarou que «o acordo já cessou desde há muito e que os partidos que o firmaram recuperaram a sua completa liberdade de acção»⁵². Foi talvez a sua forma de reanimar o partido. E, como que renegando a «fusão» com os regeneradores que ele assinara em 1865, fez questão de vincar que «o sistema parlamentar não existe, não pode funcionar regularmente, sem a existência de dois partidos que, embora concordando com os princípios monárquicos, se apresentem com bandeiras diversas»; e que «a vida parlamentar é uma vida de luta e se algum dos

⁴⁷ Carta de José Luciano de Castro ao visconde Valmor, de 24/06/1883, in *José Luciano de Castro, Correspondência Política*, pp. 130-133

⁴⁸ Carta de Anselmo Braamcamp a José Luciano de Castro, de 07/08/1883, in *José Luciano de Castro, Correspondência Política*, p. 137

⁴⁹ Carta de Anselmo Braamcamp a José Luciano de Castro, de 26/10/1883, in *José Luciano de Castro, Correspondência Política*, p. 142

⁵⁰ Carta de Anselmo Braamcamp a José Luciano de Castro, de 02/10/1884, in *José Luciano de Castro, Correspondência Política*, p. 158

⁵¹ Cartas de José Luciano de Castro a António Enes, de 13/10/1884 e de 22/10/1884, in *José Luciano de Castro, Correspondência Política*, pp. 163 e 165-166

⁵² Discurso de Anselmo Braamcamp, *Diário da Câmara dos Deputados*, 20/01/1885, pp. 191-194

partidos desaparecer ou afrouxar, desaparece também o sistema parlamentar». Meses depois, embora com escassa intervenção dos progressistas, o Segundo Acto Adicional à Carta foi aprovado.

No discurso acima citado, Braamcamp admitiu que a sua opinião acerca do acordo divergisse de alguns correligionários, referindo-se certamente a José Luciano, com quem desenvolvera uma grande cumplicidade em mais de 20 anos. José Luciano podia talvez sentir-se melindrado, ou então achou que estava feito o essencial desse acordo em que ele mesmo e Fontes, além do rei, tinham sido os principais protagonistas, com resultados positivos para o seu partido. Manteve-se discreto, confiando que o rei não tardaria a chamá-lo, como já lhe teria sinalizado⁵³.

Entretanto, Anselmo Braamcamp, desejoso de encontrar novas ideias e novos aliados no partido, deu outro passo, olhado com reservas por alguns partidários, que foi ter apadrinhado a entrada do grupo da «Vida Nova», dirigido por Oliveira Martins. José Luciano não deixou de observar que as ideias do historiador contradiziam a tradição parlamentarista sempre praticada pelo partido⁵⁴.

Foi no contexto da integração da «Vida Nova» que Braamcamp proferiu, no Porto, um discurso que fica como o seu testamento político. Começou por fazer um balanço da acção do partido, incluindo evidentemente o Partido Histórico de cujos «nobres e gloriosos pergaminhos» se ufanou, em particular dos sucessos desse longínquo governo a que pertencera em 1862-1864: o de ter livrado o país das lutas religiosas, «um dos maiores flagelos de que pode sofrer uma nação»; o de ter acabado por uma vez com a existência dos vínculos, «privilégio monstruoso que todos os princípios da razão e da justiça condenam»; o de ter abolido o contrato do tabaco «que era um Estado no Estado, e que mais de uma vez absorbebara os próprios governos»; e o de ter, pela iniciativa de Sá da Bandeira, realizado a extinção do «infando tráfico da escravatura». Por fim apontou as «questões sociais e económicas» (tema em que a sua sensibilidade convergia com a da Vida Nova) como os novos desafios que se colocavam ao partido da esquerda do regime, «não menos graves, não menos difíceis» do que as questões políticas dos primeiros tempos, apelando à «dedicação pelas classes trabalhadoras»

⁵³ Cf. Raul Brandão, *Memórias*, tomo I, Lisboa, Relógio de Água, 1998, p. 109; e Carta de José Luciano ao visconde de Valmor, de 30/08/1884, in *José Luciano de Castro, Correspondência*, pp. 153-154

⁵⁴ Carta de José Luciano de Castro a Oliveira Martins, de 10/09/1885, *José Luciano de Castro, Correspondência Política*, pp. 181-183

e à «resolução dos novos problemas que vão surgindo dia a dia com o espantoso progresso da civilização, com a constante evolução das sociedades»⁵⁵.

Cinco meses depois Anselmo José Braamcamp morria, deixando o caminho aberto para que outro político, José Luciano de Castro, desde novo traquejado nas lutas parlamentares, com outro carisma, com outra apetência pelo jogo do poder e outra habilidade para singrar na «mais brava das actividades humanas, que é a política»⁵⁶, levasse o Partido Progressista a concretizar uma verdadeira rotação, doravante ombreando com o rival Partido Regenerador na organização dos governos de Portugal.

4. Perfil político de Anselmo José Braamcamp

Os testemunhos contemporâneos coincidem na imagem que dão de Anselmo José Braamcamp como um político unanimemente respeitado pela sua honradez, mas a que faltavam certas qualidades importantes para a função, como sejam os dons da oratória ou do comando. Alguns dão até a ideia de ele ter sido um político medíocre, «demasiado ingénuo» e sem opinião própria⁵⁷. O *Álbum das Glórias*, num texto acompanhado de caricatura com a legenda «Transparente como o vidro, disse de Braamcamp que «não é o que na prosaica linguagem política se chama um estadista», mas um «nevoeiro organizado em estadista», que «vai para onde as aspirações dos seus partidários o levam. Ora está fora, ora está dentro da órbita constitucional»⁵⁸. Até num artigo, que se pretendia elogioso, aquando da sua morte, se escreveu: «Não foi um grande homem, nem um homem hábil; foi um homem de bem. Não foi um espírito privilegiado, que deslumbrasse com os clarões do seu talento...»⁵⁹

Apesar das limitações, Anselmo José Braamcamp foi um político com altas qualidades que, em diversos planos e numa longa carreira, deixou marcas importantes e positivas para o país. Como ministro, realcem-se as reformas modernizadoras, que realizou no mais «fecundantemente activo» governo de 1862-1864; assim

⁵⁵ Discurso de Anselmo Braamcamp, 18/06/1885, in Oliveira Martins, «Elogio histórico de Anselmo José Braamcamp», pp. 89-90

⁵⁶ Definição de Oliveira Martins, in «Elogio histórico de Anselmo José Braamcamp», p. 87

⁵⁷ Cf. Paulo Jorge Fernandes, *Mariano de Carvalho*, p. 46

⁵⁸ João Rialto (pseudónimo de Guilherme de Azevedo), «Anselmo José Braamcamp, *Álbum das Glórias*, Lisboa, «Expresso», 2005, p. 8

⁵⁹ Carlos Lobo d'Ávila, «Anselmo Braamcamp», *O Ocidente*, 21/11/1885, p. 258

como as medidas tomadas para evitar a bancarrota iminente, em 1869-1870, ao ponto de empenhar os próprios bens, num raro e surpreendente exemplo de abnegação cívica. Como parlamentar, destaque-se a qualidade dos seus contributos nas principais comissões, sempre baseados no estudo ponderado das questões. Enfim, como chefe partidário, considere-se o seu empenho na diferenciação da corrente de centro-esquerda, na primeira década da Regeneração, e sobretudo o papel determinante que desempenhou na formação e na consolidação do grande partido de esquerda do regime monárquico constitucional, o Partido Progressista; só ele reunia o prestígio e o respeito para ser o chefe comum que tanto históricos como reformistas escolheram quando se uniram, em 1876, e, neste sentido, é de toda a justiça apontá-lo como um dos grandes construtores do primeiro sistema de partidos surgido em Portugal.

Todavia, é fora de dúvida que o sucesso político de Anselmo Braamcamp ficou aquém do do seu antecessor na chefia do partido, duque de Loulé, e do seu sucessor, José Luciano, e mais aquém ainda do chefe do partido rival, Fontes Pereira de Melo. De facto, esteve à frente do governo menos de dois anos, comparados com cerca de nove anos quer do antecessor quer do sucessor, embora também tivesse estado menos tempo à frente do partido. Quase nunca saiu da sombra de Fontes, a não ser num curto governo armadilhado, por não obter do rei suficiente confiança na sua capacidade política. O seu exemplo faz pensar em como são indispensáveis certas qualidades a um político de topo, para além da honestidade a que se limita muitas vezes o discurso comum.

O próprio Braamcamp reconhecia as suas limitações; nas eleições de 1881 escrevia a José Luciano, com desconcertante sinceridade: «na Câmara carecemos de oradores e Deus não me fadou para isso» e, depois da derrota: «Não faço falta alguma»⁶⁰. Estas eram graves limitações num contexto em que o essencial da política se desenrolava no parlamento, tanto mais que «A sua palavra era tardia e hesitante» e mostrava pouco à-vontade «no manejo das intrigas hábeis [...] no enredar dessa trama complicada de ciladas e de embustes, que constitue o fundo lastimável das nossas lutas políticas»⁶¹. Por outro lado, estava longe de ser um chefe carismático, que arrastasse os seus partidários, era antes um espírito conciliador e fleugmático, que perdeu por não impor a sua orientação às alas desavindas do partido, em particular à ala mais radical.

⁶⁰ Cartas de Anselmo Braamcamp a José Luciano de Castro, de 01/07/1881 e 24/08/1881, in *Nos Bastidores das Eleições de 1881 e 1901*, pp. 25-26 e 70

⁶¹ Carlos Lobo d'Ávila, *O Ocidente*, 21/11/1885, p. 258

Anselmo Braamcamp não exercia a política com paixão, mas como se fosse um dever herdado da família. Nem sequer gostava do poder, como ele mesmo confessou, sentia «repugnância» em ser ministro ⁶². Como era diferente de José Luciano que, por essa mesma altura, sendo mais jovem, não escondia a ambição de «alcançar, em nome do direito sacratíssimo, do privilégio indisputável do talento, um lugar no ministério»⁶³. Nesta falta de paixão, Braamcamp era parecido com Loulé, «O duque, que nunca tem pressa...»⁶⁴), também por não gostar de discursar no parlamento. Só que Loulé, não só não sentia repugnância pelo poder como gozava da vantagem de ter nascido na alta nobreza, o que naquele tempo era importante, além da influência que exercia sobre o rei, de quem era tio. Já José Luciano era um político da nova geração, desde os 20 anos no parlamento a desenvolver toda uma tarimba necessária para a luta política e que, depois, demonstrou um grande carisma como chefe do Partido Progressista⁶⁵.

Em conclusão: Sem ser um génio político e escasseando-lhe algumas das qualidades decisivas para vencer na «mais brava das actividades humanas», Anselmo José Braamcamp deu o seu nome a algumas grandes reformas modernizadoras do país e à formação do sistema partidário, deixando uma marca, ao longo de quatro décadas de carreira, de grande dignidade, rectidão de propósitos e de consistência em torno do desígnio de esquerda moderada que entendia ser melhor para o seu país.

⁶² Discurso de Anselmo Braamcamp, *Diário da Câmara dos Deputados*, 10/05/1865, p. 1233

⁶³ Discurso de José Luciano de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 10/03/1865, p. 635

⁶⁴ Carta de Anselmo Braamcamp a José Luciano de Castro, de 25/12/1869, in *José Luciano de Castro, Correspondência Política*, p. 85

⁶⁵ Sobre o perfil político de José Luciano de Castro, cf. Manuel Maria Cardoso Leal, *José Luciano de Castro, na Construção e na Defesa da Monarquia Parlamentar*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010, pp. 116-127

ANTÓNIO SARDINHA E A MONARQUIA: UMA TEORIA DA NACIONALIDADE

Cristiana Lucas Silva*

Introdução

António Maria de Sousa Sardinha, nascido em 1887, pertence àquela geração de intelectuais que viveram os momentos conturbados da implantação da República e ainda a primeira guerra mundial. Faleceu em 1925, com apenas 37 anos. Viveu, portanto, praticamente toda a 1.^a República, de cuja implantação fora um defensor, mas com a qual, mais tarde, se viu desiludido, vindo a tornar-se um monárquico e anti-iberista¹ arraigado e uma das principais referências doutrinárias do Integralismo Lusitano². António Sardinha distinguiu-se como político, poeta e ensaísta, tendo publicado um número considerável de obras (para

* Doutoranda em História Contemporânea na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. CLEPUL – Universidade de Lisboa.

¹ António Sardinha via no Iberismo (na criação de uma federação ibérica) um perigo para Portugal, que corria o risco de ser absorvido pela Espanha, defendendo antes uma aliança peninsular, realizada entre as duas monarquias. Tratar-se-ia, mais do que de uma aliança política, de uma aliança cultural e moral: “a melhor garantia do «nacionalismo» português na sua relação com a Espanha-irmã não passava por tratados de comércio ou por federações políticas em que seríamos sempre minorizados dada a desproporção nesses domínios. Ao contrário, deveríamos acentuar sobretudo o domínio em que com a Espanha nos igualamos: a nossa alma, o nosso génio, a nossa cultura” (Calafate, 2006: 307)

² O Integralismo Lusitano começou por ser um movimento cultural de reacção ao anticlericalismo da 1.^a República, fundado por católicos e monárquicos exilados na Bélgica. Tornou-se depois um movimento político, fundado em Portugal em torno da Revista *Nação Portuguesa* (1914) e constituído em grande parte por antigos republicanos, como António Sardinha, mas também por Hipólito Raposo, Pequito Rebelo e Francisco Rolão Preto. Trata-se de um movimento que defendia o nacionalismo, o catolicismo e uma monarquia tradicional e anti-parlamentar, em prol da “lusitana antiga liberdade” e assente no municipalismo. Embora frequentemente associado à Revolução de 28 de Maio de 1926 e ao ideário do Estado Novo, na verdade vários integralistas opuseram-se ao referido regime, considerando-o de inspiração fascista, nomeadamente Pequito Rebelo, Luís de Almeida Braga e Francisco Rolão Preto. Citando Pedro Calafate, o Integralismo Lusitano “tinha na sua base uma ideia: a de reerguer o instinto de solidariedade em que os povos se apoiam, a de encontrar uma ideia cívica, nascida dos determinismos étnicos reconhecidos como tais, capaz de firmar uma comunhão afectiva «por cujo meio se retempera o reservatório de energias a que se chama a alma de uma raça»” (Calafate, 2006: 304).

a vida curta que teve)³. Durante o período em que cursou Direito em Coimbra, Sardinha revelou-se um republicano activo, mas acabou expulso do Centro Republicano de Coimbra, por se duvidar da sua verdadeira posição política. De facto, a correspondência trocada com a noiva em 1910 revela alguma oscilação ideológica, motivada sobretudo pela incerteza quanto ao seu futuro profissional. A 2 de Setembro de 1910 escreve:

“Como republicano, não posso aceitar favores da Monarquia. Mas compreendes também que um monárquico por atenção pessoal, sem que isso envolva qualquer coarctação da liberdade política, pode interessar-se pelo bom êxito de toda a pretensão de um republicano, desde que ela se baseie na equidade do direito.” (Desvignes, 2001: 26)

Mais tarde, pouco depois da implantação da República, escreve:

“Sabes? Ontem veio-me também uma ideia feliz. Eu conheço de há muito o Teófilo Braga, tenho mesmo com ele certa intimidade. Lembrou-me ir a Lisboa aí para a Páscoa, cumprimentá-lo e dizer-lhe que ia acabar o meu curso, como republicano punha-me ao dispor do governo na certeza de que o serviria como se serve um ideal que professamos, etc., etc. Concordas?” (Desvignes, 2001: 143)

Uma vez terminado o curso em Coimbra, em Julho de 1911, e visando uma carreira docente na Faculdade de Letras de Lisboa⁴, entretanto fundada, Sardinha começa a preparar a sua dissertação com a qual pretendia concorrer às vagas abertas para referida Faculdade. É também por meio epistolar que António Sardinha vai dando notícia acerca da tese que está a preparar:

“Estou reforçando e retocando o prólogo da dissertação. Aquilo é que é; nem bem com monárquicos, nem com republicanos.” (Desvignes, 2001: 505)

“A seguir irá o primeiro capítulo. Para ele preciso de recapitular umas leituras e fazer outras. Chamar-se-á O Génio Ocidental e será o estudo do temperamento das raças oceânicas como modelos civilizadores característicos.” (Desvignes, 2001: 511)

Chamado a prestar provas em Novembro de 1914, a tese de António Sardinha foi reprovada, tendo o júri (de que fazia parte Teófilo Braga) alegado falta de solidez científica. Esta tese foi publicada em 1915, com o título de *O Valor*

³ Entre a sua obra poética, destacamos *Epopeia da Planície* (1910), *Na Corte da Saudade* (1922) e *Chuva da Tarde* (1923); quanto aos seus ensaios, além daquele de que nos ocuparemos, foi autor de *Ao Princípio era o Verbo* (1924), *Ao Ritmo da Ampulheta* (1925) e *A Aliança Peninsular* (1925).

⁴ “O meu desejo é colocar-me na Faculdade de Letras que ainda está por constituir, e eu poderei instalar-me logo lá [...]” (Carta de 4 de Novembro de 1910, *apud* Desvignes, 2001).

*da Raça: Introdução a uma campanha nacional*⁵. Trata-se de uma obra de leitura difícil, claramente dirigida a um público específico, na qual o seu autor expressa o seu pensamento político-ideológico, que em certos aspectos não é inovador, mas que mostra uma investigação esforçada.

A obra é constituída por cinco capítulos, precedidos por um prólogo intitulado “A verdade portuguesa”, no qual o autor apresenta as linhas mestras da tese que desenvolverá, por vezes de forma repetitiva e pouco linear, ao longo dos seguintes capítulos: “A hipótese do *Homo Europaeus*”, “O génio ocidental”, “O espírito da Atlântida”, “A teoria da Nacionalidade” e “Integralismo Lusitano”. É sobre o prólogo, “A verdade portuguesa”, e o quarto capítulo, “A teoria da nacionalidade”, que nos iremos debruçar, procurando demonstrar a teoria de Sardinha não só quanto à génese da nacionalidade portuguesa e à respectiva importância do factor étnico, mas também quanto àquelas que ele julga serem as causas da decadência na nacionalidade.

Tendo como base, por um lado o pensamento político, de cariz nacionalista, defendido por intelectuais como Charles Maurras⁶, e por outro estudos arqueológicos e antropológicos e uma vasto conhecimento de História, António Sardinha apresenta-nos a sua “Teoria da nacionalidade”, que desenvolve em torno dos conceitos-chaves de raça e *grey* e em torno das ideias que vai repetindo ao longo da obra de que a “nacionalidade é um facto biológico” (p. XXII), que “a virtude primacial do Luso reside na sua predilecção localista” (p. X) e que “o Rei é o agente centrípeto, sem o qual o país tombaria” (p. V).

A construção da nacionalidade

O conceito político de raça não é recente, diz Sardinha, tendo sido introduzido entre nós pelo cisterciense Frei Bernardo Brito⁷, autor dos primeiros volumes

⁵ Devido às inúmeras citações de partes desta obra, optámos por simplificar a identificação das mesmas indicando apenas o número da página entre parêntesis. Ainda em relação a *O Valor da Raça*, optámos também pela actualização da ortografia nas citações, com a excepção da palavra “grey”, que mantivemos com esta grafia, pelo facto de se tratar de uma das palavras-chave desta obra.

⁶ Charles Maurras (1868-1952), poeta e jornalista monárquico, foi o co-fundador do Jornal nacionalista e anti-semita *Action Française*.

⁷ Frei Bernardo de Brito (1569-1617) é considerado o fundador da historiografia cisterciense. Nomeado cronista-mor do reino, deu início a um projecto de redacção de uma História de Portugal, da qual apenas chegou a publicar o primeiro e o segundo volumes (*Monarchia Lusitana*). Foi acusado por Alexandre Herculano de ter interpretado factos históricos à luz de mitos e lendas e ainda de reproduzir documentos forjados, nomeadamente aqueles que comprovariam a veracidade do Milagre de Ourique.

da *Monarchia Lusitana*. Com D. João II (*O Príncipe Perfeito*, 1455-1495)⁸ terá surgido a concepção jurídica “dum todo uno”: trata-se do conceito político de Grey, nascido da sociologia tomista derivada do *De regimine principum ad Regem Cyprī*⁹ (S. Tomás de Aquino) e que ganha força no séc. XV.

Mas qual será a origem dessa raça? Segundo o autor, do *Homo-Atlanticus* deriva o substrato indígena da população portuguesa, que se manifesta no “dolicóide meão, de crânio longo, cabelos escuros, cor morena e altura média” (p. 105), revelado em Mugem. Sardinha considera a classificação de *Homo-Mediterranensis* menos exacta e, embora apresentando a hipótese do *Homo-Europaeus*, depressa conclui que este último, identificando-se com o homem louro, de pele clara e “temperamento linfático” (p. 22), oriundo da zona do Báltico (portanto, o chamado Indo-europeu, ou ariano), não poderia ser o “primogénito português”. O *Homo-Europaeus* penetraria no actual território português sobretudo no séc. V, com as invasões visigóticas, e depois durante a Reconquista do território aos Mouros, iniciada a partir das Astúrias (neste caso, o *Homo-Europaeus* é representado pelo “infância leonês”). Quanto ao *Homo-Atlanticus*, este seria originário da lendária Atlântida, berço da civilização ocidental e, mais especificamente, do território ocidental da Península Ibérica, uma teoria que António Sardinha apresenta de forma erudita e bem documentada¹⁰.

Não nos querendo alongar em aspectos antropológicos, centremo-nos por enquanto no “homem de Mugem”, ou “habitante típico de Mugem” (p. V), que seria então o descendente directo dos habitantes da Atlântida. A denominação deriva do facto de em 1863 o geólogo Carlos Ribeiro ter descoberto na margem de um afluente do rio Tejo, na região de Muge¹¹, os célebres Concheiros de Muge¹², estruturas tumulares nas quais estava concentrado um número considerável de esqueletos do período mesolítico. O facto de estes se encontrarem em sepulturas corrobora a tese que defende o carácter sedentário do português primitivo, que

⁸ Note-se que a divisa das Armas de D. João II era “Pola lei e pola grey”.

⁹ Texto de carácter político, dedicado ao Rei do Chipre, que trata da melhor forma de governo e do perigo da tirania. Nesta obra, S. Tomás de Aquino define o Homem como um ser político e sociável por natureza, defendendo que apenas em comunidade a humanidade se preserva e que o dever do governante é assegurar a unidade e o bem-estar do povo e protegê-lo de ameaças externas.

¹⁰ António Sardinha fundamenta a sua teoria com base em variadíssimos estudos de historiadores, antropólogos, arqueólogos, paleontólogos, portugueses e estrangeiros, cujas obras vai referindo em notas de rodapé ao longo de toda a dissertação.

¹¹ Ou Mugem, situada no concelho de Salvaterra de Magos, distrito de Santarém.

¹² Considerados o maior complexo mesolítico da Europa e uma das mais importantes estações arqueológicas da pré-história portuguesa.

“antes de praticar a agricultura já se fixa e já enterra os seus Mortos” (p. 105). O acto de enterrar os mortos está, assim, ligado à fixação do povo à terra, dando origem à aldeia; só depois chega a agricultura, que intensifica esse enraizamento, ainda mais fortalecido pelo vínculo de sangue – é o gérmen da pátria, que se encontra no “habitante típico de Mugem”. Por sua vez, esse enraizamento conduz ao aparecimento de mancomunidades (ou citânias), as quais são a origem do Município. Estas comunidades primitivas são constituídas por um grupo de indivíduos que são eles próprios “elos de uma cadeia que não se desfaz. Com filiação espontânea no parentesco e no culto dos Mortos, o agregado define-se e hierarquiza-se gradualmente [...]. Assim se compreende a índole comunitária do Ocidental” (p. 106).

Com a romanização da Península, surgiram as instituições, “o pesado aparelho administrativo do Lácio” (p. IV). Para António Sardinha, a submissão dos povos autóctones ao domínio romano teve um efeito construtivo, na medida em que forçou a unidade que até então não existia entre as citânias (que se encontravam isoladas umas das outras), a fim de se oferecer ao elemento invasor uma resistência mais forte:

“Confinados no mais fechado particularismo, foram exactamente as pugnas sobre-humanas a que Roma os constrangeu que despertaram neles como que a percepção de horizontes novos, revelando-lhes o carácter sagrado duma causa que, sendo duns, se amostrava de todos, no fim de contas. Tinham que ser vencidos para que não regressassem ao período anterior de desconfiança, com brigas constantes de limites e psicologia ínfima de tribo. Sujeitos a uma serrada uniformidade demográfica pelo apertado sistema tributário do Imperio, pelas exigências miúdas do censo o Imperio obrigava a uma comunicação quotidiana as relações, cada vez mais estreitas, dos que se haviam visto coagidos a trocar a coroa amuralhada dos montes pelo assento tranquilo e produtivo das veigas. Quando essa rede cortical se rompeu e o génio oculto do Luso voltou a aflorar, a unificação consumara-se”. (p. IX)

Passara-se de um estado de natureza para um estado de sociedade. Estavam assim traçados os alicerces inabaláveis da Pátria, que não deixaram esmorecer o génio persistente do Luso quando os visigodos (dolicocéfalos louros, *raptor orbis*) vieram substituir os romanos ou quando os mouros iniciaram a ocupação do território, em 711¹³. A posterior reconquista cristã da Península Ibérica, ence-

¹³ Os visigodos permanecem no território hispânico durante cerca de três séculos, reinando de 418 a 711, ano em que os muçulmanos atravessam o estreito de Gibraltar e vencem a batalha de Guadalete, contra os visigodos liderados pelo rei Roderico.

tada a partir da região das Astúrias, levará ao confronto, no território lusitano, entre duas etnias distintas: a do nosso primitivo dolicoíde meão, pachorrento e sedentário, e a do dolicoíde alto, linfático, de cabeleira loura, imperialista e devastador, descendente do *Homo-Europaeus* e representado, como já foi referido, no “barão novi-gótico”, ou “infância leonês”. Desse confronto, diz Sardinha, sai a reposição das forças naturais da Nacionalidade:

Em vez de um acumulado de senhores e servos, dizimando-se em intermináveis brigas privadas, nós temos então, pelo triunfo do habitante indígena, a Pátria apoiada nas mancomunidades agrárias da Raça, com o município por expressão jurídica e social duma irmandade que se nutre da terra e que não pratica outra nobreza que não seja a da selecção pelo trabalho e pela valentia”. (p. 110)

Se o leonês pretendia dominar pelo direito de conquista, o luso venceria pelo direito do sangue e da terra.

Em todo o tempo que precedeu a fundação de Portugal, foi a predilecção localista do luso que prevaleceu. Com o desenvolvimento progressivo da agricultura, “a freguesia irrompe consagrando a sede das várias explorações agrícolas”, assiste-se à formação e ao incremento da propriedade e ao surgimento de uma espécie de aristocracia, constituída pelos chamados *domini*, que virão a corresponder aos vereadores dos concelhos. São os *homens-bons* do município, descendentes do pequeno dolicoíde e que debater-se-ão com o homem louro no momento da Reconquista.

De facto, “quando um elemento estranho, advindo de Castela na comitiva do Borgonhês, pretende sobrepujar a Nação nascente, são os concelhos e as povoads, — é o terceiro-estado quem rodeia o Rei e o anima na luta contra a arrogância dos donatários e das prelaturas” (p. 109). Esse rei é D. Afonso Henriques, que apoiado nos concelhos liberta o Condado Portucalense do domínio do seu primo Afonso VII de Leão e Castela, tornando-o um reino independente. O Concelho é, portanto, a célula-mãe da Pátria, de que o Rei constitui o agente centrípeto, sem o qual a fragmentação de Portugal teria sido inevitável e o equilíbrio da comunidade impossível. A Realeza vai ser o órgão essencial de convergência e responsável pela duração da unidade pátria. Sem uma instituição hereditária que o organizasse, o Luso não teria forma de se defender “das eventualidades da posição geográfica” e sobretudo das “cobiças nunca fartas do vizinho de ao pé da porta” (p. 106). Foi com base na autoridade do rei, que tem as instituições em si concentradas, que a Nacionalidade se constituiu. Mas Sardinha defende ainda

que terá sido, também, pela Cruz e pelo Altar que Portugal sobreviveu enquanto nação independente: “O Altar e o Trono são as duas formidáveis disciplinas que o hão-de aguentar intacto nos trabalhos custosos” (p. V).

Uma vez que as origens da Nação, logo da Monarquia, são de cariz localista ou municipalista, cabe ao Estado, na figura do Rei, servir os Municípios, mas sem que o poder do monarca assuma um carácter absolutista e centralizador, conforme defendia S. Tomás de Aquino no *De regimine principum*:

“Os forais acusam a base contractual da Monarquia Portuguesa, que não é uma monarquia firmada na ideia germânica de posse, mas uma magistratura respeitável, em que o Rei não é um soberano [...] mas simplesmente um cabeça em que todos, grosso e miúdo, se reconhecem à uma”. (p. XI)

Manifestações do “pequeno dolicóide” ao longo da história

Assim, para o nosso autor toda a história de Portugal repousa sobre o motivo étnico e pronuncia-se pela “boca dos homens-bons do Município”, elegendo a era de Quatrocentos como o período de excelência, durante o qual a verdadeira Pátria se gerara “no respeito dos nossos limites e pelo exercício das virtudes sóbrias da Grey” (p. 108). Apresentamos os momentos da História nacional em que o pequeno dolicóide se manifesta, combatendo pela liberdade pátria e contra a ameaça de domínio estrangeiro:

1. Na batalha de Ourique, em 1139, travada entre as tropas cristãs comandadas por Afonso Henriques e as muçulmanas. É neste confronto que o pequeno dolicóide, que se encontrava adormecido, “reaparece na persistência indebelável do seu *ethos* comunitário”. Na sequência da derrota dos mouros, Afonso Henriques é aclamado Rei de Portugal. Mas importa ainda referir um aspecto ao qual Sardinha atribui relevância e influência na história futura, e que será recuperado no séc. XVII, com Frei Bernardo de Brito, e fortemente contestado no séc. XIX, com Alexandre Herculano: trata-se do denominado “Milagre de Ourique”, que para o autor de *O Valor da Raça* “consagra em vínculos de promessa divina a fé que a Nação deve possuir no seu futuro imortal” (p. 124).

António Sardinha atribui ao mito um valor incomensurável, pois do mito procede a Esperança, que considera o factor dinâmico da construção e da resistência da Nacionalidade:

“Para mim, segundo os ditames pragmatistas da minha cultura, a fé nacional que se tece em volta da Visão de Ourique é o documento representativo não só de quanto pode o valor dos mitos, como ainda de que os povos que vivem e são grandes não são os que mais discutem, mas sim os que mais crêem.” (p. 119)

De facto, o Milagre de Ourique foi motivo de esperança e de fé, na medida em que induziu um sentimento de predestinação histórica, uma certeza do destino invencível de uma Nação “que tinha o Senhor por Padrinho” (p. 121). António Sardinha acusa Alexandre Herculano de, ao tomar este episódio como uma fraude urdida por monges, não medir “o alcance da questão”, pois desconstruindo um mito que fizera de Portugal uma nação predestinada, Herculano punha em causa “um dos traços inconfundíveis do valor da Raça”, o da Esperança, que é a “a *alma-mater* das nações particularistas que subiram pelo vínculo do parentesco à consciência mais larga de Pátria” (p. 117).

2. Durante crise de 1383-1385 e na conseqüente batalha de Aljubarrota (1385), cuja vitória portuguesa assegurou a sua independência, ameaçada por Castela. No conflito que se desencadeia com a morte de D. Fernando¹⁴ assiste-se à influência decisiva do motivo étnico: “são os Concelhos que soltam a voz pelo Mestre” – trata-se de D. João I, Mestre de Avis, que em 1385 foi aclamado Rei de Portugal pelas Cortes reunidas em Coimbra. “E é assim que a floração magnífica de Quatrocentos se inaugura” (p. 112), com as Cortes a manifestarem o génio da Pátria: “1384 é para nós a epopeia dos Concelhos [...]. São os municípios que expulsam os castelhanos” (p. 118). O séc. XV terá sido, então, a idade de Ouro da história da Nacionalidade, de que foi símbolo a chamada “Ínclita Geração”¹⁵.

É com D. João I que em 1415 se conquista Ceuta. Apesar de António Sardinha, como veremos adiante, condenar a expansão além-fronteiras, considera

¹⁴ A morte de D. Fernando em 1383 colocou Portugal em risco de perder a independência: a rainha D. Leonor não gozava de popularidade em Portugal; sem filhos varões, o trono recaía sobre D. Beatriz, casada com o rei de Castela, que ansiava tornar-se rei de Portugal. D. João, filho ilegítimo de D. Pedro I, com o apoio de D. Nuno Álvares Pereira, decide disputar o trono, sendo aclamado rei em 1385, depois de as suas tropas terem vencido as castelhanas na batalha de Aljubarrota.

¹⁵ Designação por que ficaram conhecidos os filhos de D. João I: D. Duarte, futuro rei de Portugal, D. Pedro, D. Henrique, D. João e D. Fernando, o Infante Santo. A respeito desta geração escreveu Oliveira Martins a obra historiográfica intitulada *Os Filhos de D. João I*, publicada em 1891. O autor escreveu no capítulo XI: “Um carácter bem estudado vale por um mundo visto. Quando os caracteres são como os dos filhos de D. João I, eminentemente acentuados e profundamente diferenciados, a galeria torna-se um verdadeiro curso da alma individual nos seus fenómenos mais sugestivos. E, quando, finalmente, a pléiade é, como esta foi para nós, a iniciadora da vida nova que tivemos na Renascença, a psicologia histórica eleva-se à altura de uma interpretação das causas determinantes do nosso heroísmo passado – mais milagroso que muitos milagres perante os quais os homens todavia ajoelham confundidos” (pp. 345-346).

que a conquista do norte de África constituía uma continuação do processo da Reconquista cristã contra o Mouro: tratava-se de “retomar a inclinação natural da Nacionalidade” (p. 117).

3. Na restauração da independência, em 1640, seguida da “Feliz Aclamação” de D. João IV após os sessenta anos de domínio filipino, resultado da crise dinástica de 1580, motivada pelo desaparecimento de D. Sebastião em Alcácer Quibir, em 1578, e que termina com a aclamação de Filipe II de Espanha como rei de Portugal.

Para António Sardinha, o factor-Raça constitui o motivo primacial da restauração da independência portuguesa. De facto, a revolta iniciada em 1640 contra o domínio filipino teve a adesão de todas as classes sociais, que se uniram em favor da libertação do jugo castelhano. D. João, duque de Bragança, que fora um candidato ao trono em 1580, foi escolhido para liderar a revolta, com o apoio dos concelhos. Restaurada a independência, D. João foi aclamado rei de Portugal, dando início à Dinastia de Bragança. Tendo em conta a importância atribuída ao que Sardinha chama de “espírito municipalista na confirmação da nossa existência livre de povo” (p. 123), a centúria de Seiscentos em nada destoaria da de Quatrocentos: é o pequeno dolicóide, a alma dos concelhos, quem vibra; é ele “o infatigável obreiro da saúde e do viço de Portugal” (p. 112). A evacuação de Olivença, em 1646, constitui um exemplo de quanto vale o instinto localista do luso: “como uma só pessoa num só movimento, todos os moradores de Olivença, ricos e pobres, a deixam sem hesitação, retorquindo assim à vil proposta com que se lhe experimentava a lealdade. Era a posse duma mesma consciência” (p. 124).

Retomemos por ora uma figura de Seiscentos: Frei Bernardo de Brito, a quem António Sardinha chama de “professor de integralismo lusitano”, que com base na mitologia da Antiguidade inspira o orgulho do povo fazendo-o descender de Tubal, da estirpe de Noé, e de Lísias, filho de Baco:

“Eis porque a *Monarchia Lusitana* surgiu como um pregão eterno de independência à face da usurpação sinistra dos Filipes. Os contemporâneos do cronista cisterciense, recebendo à letra as invenções do maravilhoso pagão que em Frei Bernardo de Brito se aliava ao maravilhoso cristão, lançaram-se nessa cruzada tão extraordinária como desconhecida, que é o acto libertador de 1640.” (p. 123)

4. Na expulsão das tropas francesas, pondo fim à Guerra Peninsular (1807-1814) e ao domínio francês em Portugal. António Sardinha considera as Invasões Francesas o resultado de uma conspiração urdida pela Maçonaria (“clubes

secretos”) e vê na transferência da Corte e da Família Real para o Brasil uma atitude prudente por parte do Rei, que salvando-se, “salvou-nos da vergonha sem nome dum monarca de improviso” e, mais importante ainda, “manteve de pé o princípio dinástico como o penhor mais inviolável da nossa autonomia” (p. 130). Estando o D. João VI no Brasil e encontrando-se Portugal dividido entre os que apoiavam as invasões francesas, como precursoras de uma nova ordem, e

“a grande maioria da Nação que forcejava sair intacta nos seus costumes e nas suas crenças da enorme ameaça que sentia sobre a cabeça, é então ainda, como nas alvas longínquas de Ourique, como nas guerrilhas pelo Mestre, como na briga exasperada da Aclamação, o motivo étnico da nossa história que se pronuncia e nos resgata. Quem é que fomenta a revolta, lhe busca recursos, a promove e a generaliza? São as vilas da província constituindo-se em *juntas* e armando-se todas em peso com caçadeiras e picos. Juizes-de-fora ombreiam com meliantes, frades gorduchos com foreiros miseráveis, morgados com pobretões, e o Reino em massa, – adolescentes e velhos, mulheres e bambinos –, abala caminho da serra, de trouxa à cabeça, para saltar nas gargantas ínvias o inimigo que passa.” (pp. 130-131)

Mais uma vez, é o instinto localista que se manifesta face ao perigo. A vitória portuguesa (note-se que Sardinha nunca se refere aos ingleses e ao seu papel fundamental na contra-ofensiva) suscita de novo, pela Esperança, a certeza de um destino: é que a alma lusitana reaparecera com a intervenção do pequeno dolicóide. O tempo que decorre entre a expulsão das tropas napoleónicas e o triunfo do Liberalismo (“liberdade teórica”, como lhe chama Sardinha) em 1834, que afasta definitivamente D. Miguel do trono, é caracterizado pela “luta afincada da nossa autoctonia contra as inovações hostis trazidas pelo vento da invasão” (p. 131), ou seja, pelos ideais revolucionários trazidos de França.

5. As Cortes-Gerais de 1828, que proclamam D. Miguel rei de Portugal, exprimem o derradeiro momento da História nacional em que o pequeno dolicóide se manifestou. D. Pedro perdera o direito à Coroa a partir do momento em que foi aclamado Imperador do Brasil e tornara este um império independente de Portugal. É que pelas Leis fundamentais de Portugal, constituídas nas Cortes de Lamego e observadas desde então até ao reinado de D. João VI, que as declarou válidas por Alvará de 24 de Junho de 1824 (“a formidável lei”, p. 132), nenhum príncipe estrangeiro podia aceder ao trono português.

Para António Sardinha, a história da Nacionalidade termina com a derrota de D. Miguel e, conseqüentemente, com a derrota dos Concelhos, aos quais pertencia sempre, em momento de crise ou perante a ameaça, o papel de resgate

da Nação. Pois o Concelho é o descendente directo das antigas mancomunidades agrárias, “nas quais o Luso exprimiu a sua índole particularista e produtora” (p. 118). E quando D. Miguel foi exilado, com ele “abalava a alma das vilas que o estremecera tão entranhadamente como outrora ao Mestre, quando o castelhano atravessava as fronteiras” (p. 133).

As causas da decadência da nacionalidade

À semelhança de outros intelectuais, também António Sardinha indica aquelas que ele considera serem as causas da decadência de Portugal: esta terá tido início com o “individualismo dissolvente da Renascença” e com a expansão marítima no Oriente (“a bebedeira doirada da Índia”, p. 107) e culminado com o triunfo dos ideais “utópicos e “impossíveis” da Revolução Liberal e a consequente queda da Monarquia. Entre um período e outro, o dolicóide meão manifestou-se e o municipalismo/localismo e Esperança mantiveram-se como factores vitais da Nação. Assim, são estas as causas que o autor apresenta n’*O Valor da Raça*:

1. O Renascimento, que nos contagiara com as suas ideias levando-nos a esquecer as qualidades nativas do Luso e empurrando-nos para a “aventura ultramarina”. Influenciados pelo “modelo greco-romano”, os portugueses deixaram-se levar pela visão artificial das coisas. A “alma portuguesa corrompia-se” (p. 109).

2. As conquistas em terras longínquas (à semelhança de Antero de Quental, que aponta esta como uma das causas da decadência dos povos peninsulares), porque ao se aventurarem em terras desconhecidas, os portugueses abandonavam as suas e esqueciam a sua primitiva tendência sedentária, que fora o factor estático da construção da nacionalidade:

“Com a tragédia da Índia e com o grande desvairo do Renascimento obliteram-se as direcções ancestrais. Abatem-se, entretanto, ao longo do delírio ecuménico que nos empurra a avassalar o Mundo, as nossas íntimas predilecções localistas.” (p. 112)

Porque promoveram o cruzamento com outras raças, consideradas inferiores, enfraquecendo a nossa:

“Toldou-se, desgraçadamente, o aprumo nativo da Grey. A pureza da Raça, que bem se pode estabelecer como a razão principal de todo o nosso engrandecimento, viu-se de pronto infeccionada pelas mestiçagens mais contraditórias, as quais não demoraram a comprometer a estabilidade do espírito colectivo.” (p. 114)

“Do pouco escrúpulo em nos aparentarmos com ligações asiáticas e africanas deriva [...] a dissolução entre nós de toda a ideia colectiva. [...] Trata-se de um empobrecimento de raça, com efeito.” (p. 115)

Porque se deu mais importância ao ouro do que ao trigo, pois enquanto as embarcações vinham carregadas de ouro, especiarias, animais e artigos exóticos, em Portugal os campos não eram lavrados. Não nos esqueçamos da importância que António Sardinha atribui à agricultura, como um dos factores que intensificou o arraigamento das comunidades à terra:

O ouro cobre-nos. [...] Todavia, há fome, porque os campos abandonam-se. [...] As lareiras dispersam-se [...]. As naves voltam da Índia – as que voltam! – carregadinhas de metais preciosos. Mas, com tanto dinheiro retinindo numa ressonância de maravilha, o trigo importa-se e o pão custa-nos como o mais raro dos manjares.” (pp. 112-113)

Pela Índia ficou, “à sombra mole dos palmeirais, a genuína, a verdadeira Pátria, – aquela Pátria rural de Quatrocentos, que se gerara no respeito dos nossos limites e pelo exercício das virtudes sóbrias da Grey” (p. 108).

3. O governo despótico de D. José, ministrado pelo Marquês de Pombal, tão contrário ao ideal de governo defendido por António Sardinha e que tem na sua base o *De Regimine principum*, de S. Tomás de Aquino. O autor acusa Pombal de forçar a industrialização de um país “de arraigada índole agrícola”, de promover a cultura e as ideias estrangeiras (sobretudo francesas), condena-o pela expulsão dos Jesuítas por partilharem os princípios da sociologia de S. Tomás contra o absolutismo régio e responsabiliza-o pelo triunfo do Liberalismo, pois abriu-lhe as portas, e por isso da queda da Monarquia:

“As teorias absolutistas desvirtuam a natureza da nossa Monarquia – “O Príncipe já não é o titular duma magistratura de sã consciência. É, à maneira germânica, um César barroco que consubstancia em si a espontaneidade elaboradora da sociedade [...]. Esteriliza-se a acção comunal numa insaciável hipertrofia administrativa. É vão o trabalho anterior da Tradição. As Pátrias nada as exprime já senão o poder majestático que as representa. [...] Dos Concelhos já não se inquiria, senão para se abolirem as Cortes-Gerais. [...] O pequeno dolicóide não intervinha já nas direcções da governança, sequestrada como estava a iniciativa municipalista. O particularismo institucional da Grey desvanecera-se. Dormia amordaçado o motivo étnico que dirige a nossa história na hora aguda da crise.” (pp. 126-127)

4. O Liberalismo, que trouxe para Portugal os ideais estrangeiros da Revolução Francesa e que António Sardinha desaprova veementemente porque anulam a “diferenciação das fronteiras e o instinto bem vivo de raça” (p. 127), preconizam “o homem-abstracto” e defendem o individualismo económico, “filho dos *Direitos do Homem* e fonte perene de deperecimento e espoliação” (p. XVI). Além disso, foram esses mesmos ideais os responsáveis pelo exílio forçado de D. Miguel que, elevado pelo génio Luso a herói-salvador, “traduz o embate das antigas liberdades, bem concretas e bem vigorosas, em que as relações múltiplas do agrupamento se incarnavam e satisfaziam, com o liberalismo metafísico da Revolução Francesa, alheio a toda a realidade ambiente, preocupado apenas com o homem abstracto de Jean-Jacques Rousseau” (p. 133).

5. A defesa de uma federação ibérica ou do iberismo, por parte de intelectuais e políticos do século XIX, nomeadamente Teófilo Braga e Oliveira Martins, que são as figuras que António Sardinha mais nomeia ao longo da obra. É que com o iberismo olvidava-se uma parte fundamental da história de Portugal, sobretudo a que ocorrera nas centúrias de Quatrocentos e de Seiscentos, quando os portugueses combateram pela independência da Pátria. No séc. XIX, eram os portugueses que marchavam “de encontro à cobiça nunca saciada do leão de Castela!” (p. 125). Esquecia-se o que ficou declarado nas Cortes-Gerais de 1668, reunidas para celebrarem a Paz entre Portugal e Castela: “*por serem de séculos immemoriáveis tam oppostos os ânimos, e tam diversos os intuitos de uma e outra nação, era impossível unirem-se em tempo algum sem total ruína da nação portuguesa*” (p. 125). Negava-se a nacionalidade¹⁶, e pela boca dos maiores intelectuais, que tinham Oliveira Martins por corifeu.

A Esperança

Permanecia vivo, contudo, um dos aspectos que, a par do seu vínculo à terra, mais caracterizam o Luso, que é a sua “compreensão sentimental da natureza” e o seu “lirismo exaltado da Esperança” (p. 52): trata-se do já referido factor dinâmico, característico dos povos propensos à agricultura e habituados a ver o seu território constantemente invadido e ocupado. A Esperança “traduz um acto

¹⁶ É curioso o facto de António Farinha não referir Antero de Quental, que na obra *Portugal perante a Revolução de Espanha* (1868), propõe o fim da nacionalidade: “em nossas actuas circunstâncias, o único acto possível e lógico de verdadeiro patriotismo consiste em *renegar a nacionalidade*” (Quental, 1926: 81).

de confiança no futuro” (p. 53), é a “afirmação duma vida que não se rende, o grito duma força que persiste e confia na hora que lhe há-de chegar” (p. 60). Se o município deriva das tendências sedentárias e agrárias dos povos, a Esperança confirma esse “génio sedentário e agrícola que [...] descobriu com a periodicidade dos fenómenos astrais a volta das estações e o segredo das sementes” (p. 61). Enfim, a Esperança traduz a capacidade de esperar por uma certeza que se há-de revelar. Daí a importância atribuída ao mito, que é uma forma de se expressar a esperança: por exemplo, o mito de Ourique traduz a esperança de um futuro grandioso, o mito sebastianista traduz a esperança do regresso do Desejado.

Como refere José Manuel Quintas, que tem desenvolvido alguns estudos sobre o Integralismo Lusitano, Sardinha viu o valor da raça não no elemento rácico, “mas nessa «aliança estreita do messianismo à forma comunalista do concelho»: era a Esperança – e não a Saudade, como para os republicanos da revista *A Águia* – o elemento dinâmico, «renovador e mantenedor do génio lusitano»”¹⁷.

Conclusão

António Sardinha considera a Nacionalidade um facto biológico, caracterizado por caracteres hereditários, resultados da preferência sedentária do pequeno dolicóide. Destruir esses caracteres, além de constituir uma “revolta estulta contra as inalteráveis leis da ancestralidade” leva à anulação do que somos. Não é um produto do Acaso, como defende Oliveira Martins. “O indivíduo só se explica como elo de uma cadeia de que nunca se desata” (p. XXII), por isso, apenas retomando o fio interrompido da tradição (o regresso a um regime monárquico) se poderá travar a queda acelerada do país. António Sardinha acredita que D. Miguel, se não tivesse sido deposto, teria conseguido recuperar o antigo vigor da Raça:

“Pergunta-se: – que sentido comportava consigo a vitória de D. Miguel? Comportava a solução própria da Raça [...]. Comportava a prevalência dos hábitos seculares da Nacionalidade contra os juízos geométricos da cartilha gaulesa. Seria, pois, a reposição do Lusismo adentro daqueles moldes que durante um aprendizado de centenas de anos o nosso génio para si mesmo criara. Nada mais.” (pp. 133-134)

¹⁷ José Manuel Quintas, www.angelfire.com/pq/unica/forum_arquivo_3_o_valor_da_raca.htm.

Encontramos em *O Valor da Raça* ecos dos nossos intelectuais do século XIX que pensaram a situação do país e as causas da sua decadência, sendo evidente a leitura atenta que António Sardinha fez das suas obras. Salientamos os nomes de Alexandre Herculano, Antero de Quental, Oliveira Martins e Teófilo Braga, nomes que, de resto, encontramos repetidas vezes entre os vários autores que constam do catálogo da biblioteca memorial de António Sardinha (integrada na Biblioteca João Paulo II, da Universidade Católica Portuguesa). Embora Antero de Quental seja o único daqueles intelectuais que Sardinha não nomeia na obra em apreço, é sabido que este admirava o autor das *Tendências Gerais da Filosofia na Segunda Metade do Século XIX*,¹⁸ que na sua fase de maturidade se voltara para a filosofia budista e que via numa revolução moral a esperança de salvação da sociedade contemporânea. Acrescente-se a isso a possibilidade de se estabelecer um paralelo entre as causas da decadência da nacionalidade indicadas pelo integralista lusitano na sua tese e aquelas enumeradas pelo grande impulsionador das Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, no dia 27 de Maio de 1871, sendo a matéria religiosa o ponto de desencontro entre ambos.¹⁹ Na verdade, tal como Antero, Sardinha acusa o absolutismo régio e as conquistas longínquas como causas da decadência nacional. No entanto, o segundo vai mais longe (e neste ponto reside, no nosso interesse particular²⁰, o aspecto mais interessante da sua obra) ao responsabilizar, por um lado, o Estrangeiro e a sua influência pelo infortúnio lusitano e, por outro, a Esperança enquanto factor dinâmico de resistência do Luso à sujeição de além-fronteiras. Neste caso, por Estrangeiro entenda-se os Mouros, os Visigodos, os Castelhanos (o “vizinho cobiçoso”), os Judeus (o “estrangeiro do interior”), os povos asiáticos e africanos (que ao se misturarem com os portugueses infeccionaram a “pureza da Raça”), os Franceses e a Maçonaria (os “clubs secretos”).

Embora deva ser lido com sentido crítico e com a consciência de que se trata de um trabalho de juventude, *O Valor da Raça* não deixa de apresentar um pensamento com uma certa coerência na sua crítica ao liberalismo, ao absolutismo

¹⁸ Vide, a este respeito, o artigo de Luís Reis Torgal (“Antero e o ‘Integralismo’: interpretação e ideologia”), proferido num ciclo de conferências organizado pela Sociedade Martins Sarmento, de homenagem a Antero de Quental, e publicado na *Revista de Guimarães*.

¹⁹ Na sua conferência *As causas da decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos*, Antero responsabiliza o Catolicismo pós-tridentino pelo desaire peninsular (porque do Concílio de Trento saiu da Contra-Reforma, a Inquisição repressiva e os Jesuítas...). António Sardinha, pelo contrário, considerava a Igreja um dos “admiráveis sustentáculos da nossa independência” (p. V).

²⁰ Este interesse particular deve-se à investigação que encetámos no âmbito do nosso doutoramento em História, que visa a prospecção dos vários discursos sobre o Estrangeiro na cultura portuguesa.

ditatorial e ao industrialismo: António Sardinha era antiliberal, mas condenava de igual forma a ditadura, impeditiva das liberdades ancestrais do povo lusitano; contra um industrialismo desvairado, defendia o desenvolvimento da agricultura (porque estava na natureza do país); com o retorno do regime monárquico, pretendia que Portugal retomasse o “fio interrompido da tradição”, porque “o indivíduo só se explica como elo de uma cadeia que nunca se desata”.

Referências Bibliográficas

Fontes

Espólio de António Sardinha. Biblioteca Universitária João Paulo II, Universidade Católica Portuguesa.

Estudos

- BOAVENTURA, Rui, (2008): “António Sardinha, arqueólogo? O recrutamento do poeta de Monforte pelo «Pae Rocha»”, in *A Cidade, Revista de Cultura de Portalegre*, Nova Série, n.º 15, Portalegre, pp. 111-140.
- CALAFATE, Pedro (organização editorial), (2006): *Portugal como Problema*, vol. IV (Século XX – Os dramas de Alternativa). Lisboa: Fundação Luso-Americana e Público, Comunicação Social, SA.
- DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha, (2001): *Nas Origens do Integralismo Lusitano. António Sardinha: Aspectos de um Percurso Intelectual no Século (1903-1915)*. Dissertação de doutoramento, vol. I, t. 2. Lisboa: ISCTE, pp. 26-31.
- FERREIRA, David, (1981): “Integralismo Lusitano”, in Joel Serrão (Dir): *Dicionário de História de Portugal*, vol. III. Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 332-336.
- MARTINS, Oliveira, (1891): *Os Filhos de D. João I*. Porto: Antiga Livraria Chardron.
- MATTOSO, José (Dir.), [s.d.]: *História de Portugal*, 8 vols. Lisboa: Editorial Estampa.
- QUENTAL, Antero de, (1926): *Prosas*, vol. II. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- QUINTAS, José Manuel, *O Valor da Raça segundo António Sardinha e o Integralismo Lusitano*, URL: www.angelfire.com/pq/unica/forum_arquivo_3_o_valor_da_raca.htm (acedido a 01-07-2011).
- MELLO, José António Gonçalves de, (1981): “Sardinha”, in Joel Serrão (Dir): *Dicionário de História de Portugal*, vol. V. Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 493-494.
- TORGAL, Luís Reis, (1992): “Antero e o ‘Integralismo’: interpretação e ideologia”, in *Revista de Guimarães*, n.º 102, pp. 119-141.
- VENTURA, António, LADEIRA, Raúl, (1988): “Para uma fotobiografia de António Sardinha”, Separata de *A Cidade, Revista de Cultura de Portalegre*, Nova Série, n.º 2, Portalegre.

JOAQUIM NABUCO, MONARQUISTA E ABOLICIONISTA¹

Ricardo Vélez Rodríguez*

Pretendo, neste comentário, desenvolver dois aspectos relativos ao pensamento de Joaquim Nabuco, que me parecem relevantes para a meditação brasileira: 1 – O queridinho dos salões e o ideal monárquico; 2 – Uma pauta para a política parlamentar: *O abolicionismo*.

Farei, antes, um breve esboço biobibliográfico do nosso autor. Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo foi o quarto filho de José Tomás Nabuco de Araújo e Ana Benigna de Sá Barreto, sendo que os seus irmãos eram: Sizenando, Rita de Cássia (Iaiá), Vitor e a caçula, Maria Carolina (Sinhazinha). Nasceu no Recife, em 19 de agosto de 1849. Em dezembro desse ano, Nabuco de Araújo, eleito deputado, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro. O menino Joaquim (Quincas) ficou com os padrinhos, no engenho Massangano, no Recife. Em 1857, em decorrência da morte da madrinha, Nabuco foi para o Rio morar com os seus pais. No ano de 1859 estudou, interno, no colégio do Barão de Tautphoeus, em Nova Friburgo. No ano seguinte, ingressou no Colégio Pedro II, tendo se bacharelado em letras, em 1865.

Em 1866 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde estudou durante três anos, destacando-se pelos seus pendores de orador e pelo fato de organizar o jornal *A Independência*. No ano seguinte, Nabuco organizou o jornal estudantil *A Tribuna Liberal*, e escreveu *Estudos Históricos*. Em 1868, o nosso autor traduziu, para o pai, documentos do jornal *Anti-Slavery Reporter*, órgão da *British and Foreign Anti-Slavery Society*. Em 1869, transferiu os seus estudos para a Faculdade de Direito do Recife. Em novembro desse ano, Nabuco formou-se

¹ Este ensaio foi apresentado na semana comemorativa do centenário da morte de Joaquim Nabuco, realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro), em Junho de 2010.

* Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil). Coordenador do Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Sousa” e do Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos da Universidade Federal de Juiz de Fora.

em ciências sociais e jurídicas, tendo voltado ao Rio de Janeiro, onde começou a sua vida de *dandy*, freqüentando os salões do Império.

Lembremos que em setembro de 1871 foi proclamada a Lei do Ventre Livre. Em 1873, ano da formação do Partido Republicano de São Paulo, o nosso autor realizou a sua primeira viagem à Europa. Conheceu, no navio, a jovem e rica aristocrata Eufrásia Teixeira Leite, com quem viveu tumultuado noivado, que teve como palco a Europa e o bairro da Tijuca, no Rio. Nabuco, já maduro, em 1889, preferiu casar com uma filha da aristocracia remediada, de prendas domésticas, Evelina Torres Soares Ribeiro. Com ela teve cinco filhos: Maria Carolina, Maurício, Joaquim, Ana Maria e José Thomaz. Em 1875, fundou, com Machado de Assis, a revista *A Época*. No ano seguinte, ocupou o seu primeiro emprego, como adido da Legação Brasileira nos Estados Unidos. Em 1878, o nosso autor foi transferido para Londres, ocupando o mesmo posto de adido de Legação. Tendo falecido o pai, Nabuco regressou ao Brasil. Elegeu-se deputado e fundou, em 1880, no Rio de Janeiro, com André Rebouças, a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão* e lançou, a seguir, o jornal da *Sociedade*, *O Abolicionista*, redigido, na íntegra, por ele mesmo.

Em 1881, o nosso autor candidatou-se para a Câmara dos Deputados pelo 1º distrito da Corte, mas não se elegeu. Mudou-se para Londres, como correspondente do *Jornal do Comércio*. Em 1882, tornou-se membro da *British and Foreign Anti-Slavery Society*. Em 1883, publicou o seu livro *O Abolicionismo*. Em 1887, em Londres, conheceu o grande reformista William Gladstone, por quem tinha admiração profunda. No final desse ano, elegeu-se deputado e passou a desempenhar, na Câmara, o papel de líder do movimento abolicionista. Este período representou a culminância do prestígio parlamentar de Nabuco.

Em setembro de 1890, desgostoso com os rumos positivistas e jacobinos por que enveredara a República, o nosso autor publicou o manifesto intitulado: “Por que continuo monarquista”, vendeu a sua casa em Paquetá e passou a residir em Londres. Nabuco tornou-se correspondente do *Jornal do Brasil*. Residindo em Petrópolis, para onde se mudara com a família em 1893, recebeu várias propostas para aderir à República, tendo-as recusado. Ao ensejo de uma dessas negativas, escreveu o seu manifesto intitulado: *O dever dos monarquistas*. Em 1896, o nosso autor aderiu ao recém-fundado Partido Monarquista. Em vista de que não foi indicado para continuar dirigindo o jornal dessa agremiação, *A Liberdade*, afastou-se do partido. Em 1897, foi eleito secretário geral da Academia Brasileira de Letras.

Entre 1898 e 1899, Nabuco publicou os dois volumes de *Um estadista do Império*. Integrou, a pedido do presidente da República, a missão para estudar a questão

das Guianas, que seria arbitrada em favor da Inglaterra, fato que o aborreceu profundamente. Em 1900, o nosso autor assumiu a embaixada brasileira em Londres e publicou *Minha formação*. Em 1901, publicou os seus *Escritos e discursos literários*. Em 1905, tendo sido criada a representação diplomática do Brasil em Washington, Nabuco assumiu o cargo de embaixador. Em 1906 presidiu, no Rio de Janeiro, a Conferência Pan-americana. Recebeu o título de doutor *honoris causa* das Universidades de Columbia e de Yale. Em 17 de janeiro de 1910, Joaquim Nabuco morreu em Washington, vítima de congestão cerebral. O seu corpo foi transportado para o Rio de Janeiro, onde foi velado no Palácio Monroe e, depois, enterrado no Recife.

1. O queridinho dos salões e o ideal monárquico

A vida nas cortes européias girava em torno dos salões, notadamente na França, ao longo do século XIX. Já desde os tempos do Primeiro Império, logo após a Revolução Francesa, eles floresceram. Napoleão Bonaparte apreciava muito a suntuosidade dos bailes palacianos e o burburinho de belas mulheres, homens de negócios, governantes, embaixadores e nobres que acudiam aos mesmos [cf. Lévy, 1943: 35]. Madame de Staël, a corajosa opositora ao absolutismo bonapartista em ascensão, considerava que a pior coisa que poderia lhe suceder era viver fora dos salões parisienses. De fato, o seu inimigo mais feroz, o Imperador, banuiu-a da corte e dos salões, fato que ensejou a escrita dessa magnífica obra de lamento e crítica mordaz ao seu algoz, intitulada *Dez anos de exílio* [cf. Staël, 1996].

Na corte de Luís Filipe, entre 1830 e 1848, o brilho dos salões constituía ainda a mola mestra da sociedade, o que levou Victor Cousin, o maior filósofo da corte, a dedicar os seus últimos anos de vida a historiar a vida desses memoráveis recintos de cultura, intrigas palacianas e fofocas cortesãs, num momento identificado pelos historiadores como “La Belle-Époque de la monarchie de juillet” [cf. Caron, 1993: 117]. Na corte portuguesa transplantada para o Rio de Janeiro em 1808, no Primeiro Reinado, na Regência, mas especialmente no Segundo Reinado, não podia ser diferente: a vida dos salões era como que o coração social da cidade.

Joaquim Nabuco, o jovem Quincas, como o chamavam familiares e amigos mais íntimos, experimentou, de forma muito viva, o ambiente dos salões do Segundo Reinado. Único país latino-americano a ter instituído vida de corte (as tentativas mexicanas foram muito curtas e sanguinolentas), o Brasil constituiu palco privilegiado, nas Américas, para essa experiência social. A propósito da vida cultural

do Rio de Janeiro, no início da década de 1870, escreveu Angela Alonso: “A boa sociedade se encontrava nos teatros, como o de São Pedro, na praça do Rossio. No Casino Fluminense dançavam-se quadrilhas; schottish; polca; mazurca e valsa. O clube Mozart tinha serões, com a presença da família imperial, e no clube Beethoven havia recitais de música de câmara de Chopin, Weber, Mendelssohn – mas a moda eram os italianos, suas óperas e especialmente Rossini. O epicentro da vida social eram os salões. Neles, Quincas, o Belo, reinou. Os dotes naturais, o jeito faceiro e o requinte da última moda fizeram dele um partido desejado. Recitava madrigais às moças e ganhava a fama de sedutor, como Juca Paranhos, filho do visconde de Rio Branco, o então todo-poderoso chefe de gabinete” [Alonso, 2007: 32].

É bem verdade que algo de taciturno rodeava a corte de Dom Pedro II, austero por natureza e pela importância que o Imperador conferia à vida familiar e aos estudos. Mais do que grandes festas no Palácio Imperial, o Monarca preferia pequenas reuniões com familiares e amigos íntimos. Mesmo assim, ou talvez justamente por essa característica de austeridade imperial, a sociedade abria lugar para que, nos salões mantidos pela nobreza e pelos altos funcionários do Império, se vivessem as pequenas glórias da vida de corte. “Essa abdicação da suntuosidade cortesã pela família imperial – frisa Angela Alonso – pulverizou a vida social em salões particulares. A pequena envergadura da boa sociedade obrigava a uma rotação dos dias da semana entre os anfitriões, de modo a minimizar a competição pelos convivas. A condessa de Barral, preceptora das princesas e amante do imperador, dirigia uma *pequena corte*, para onde afluíam políticos em busca de favores imperiais. No salão da marquesa de Abrantes, em Botafogo, bailes, concertos, jogos, representações e tertúlias atraíam diplomatas, políticos, homens de letras e de negócios. Havia distinções partidárias. Os conservadores iam ao barão de Cotegipe encontrar artistas e diplomatas, em jantares seguidos de voltarete, dança, poesia e música. Os liberais visitavam Francisco Octaviano, aonde os letrados – José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Bernardo Guimarães, Alfredo Taunay, Machado de Assis – iam ler trechos de obras em andamento” [Alonso, 2007: 33].

Como se situava a vida da família Nabuco nesse contexto de corte? Diríamos que com uma dignidade austera, que lembrava os hábitos imperiais. Mas sem descuidar o refinamento da melhor tradição aristocrática. Os Nabuco não eram ricos. O Senador Nabuco de Araújo, patriarca da família, era conservador pernambucano de longa data, e foi juiz de direito e deputado (entre 1843 e 1851), presidente da província de São Paulo (em 1851), ministro da Justiça do gabinete Paraná (entre 1853 e 1857) e do gabinete Abaeté (entre 1858 e 1859), e, por fim, senador do

Império (em 1857). O pai de Quincas sempre desejou, como culminância da sua carreira política, chegar ao cargo de Chefe de Gabinete. Nunca conseguiu, em decorrência do predomínio dos denominados “emperrados” na chefia do Partido Conservador. Nabuco de Araújo, reformista, não encontrou o lugar almejado na cúpula do Partido. Desgostoso, afastou-se da sigla tradicional e, junto com Zacarias de Góes, fundou novo partido, a Liga Progressista, em aliança com os liberais moderados. Embora não possuísse título de nobreza, o senador Nabuco de Araújo poderia ser arrolado entre os que Oliveira Vianna identificava como “Homens de Mil”, fiéis e incorruptíveis funcionários do Império [cf. Vianna, 1987: I, 300].

A principal biógrafa de Quincas caracteriza da seguinte forma a inserção da família do nosso autor no contexto dos salões da época: “Comparativamente pouco abastados, os Nabuco recebiam num salão menor, às quintas. Compensavam com elegância e austeridade, mantendo seu oratório aberto durante as recepções. Ali despontaram Sinhazinha e Iaíá, muito apreciadas como cantoras líricas, e debutou o Quincas. Foi assim, em casa, que ele conheceu os políticos brasileiros de proa, diplomatas estrangeiros e a alta sociedade. Virou *habitué* de todos os salões. Com o amigo Arthur, também rebento liberal, ia às *soirées* de Cotegipe. Apesar das marcas partidárias, a polidez com os adversários se impunha, uma exigência de bom-tom. Afinal, como diria em sua autobiografia, *acima de quaisquer partidos está a boa sociedade*. Nesse mundo reinava a etiqueta, e a moeda forte eram a elegância e a arte da conversação. A maestria nesses quesitos elevou Quincas a estrela de primeira grandeza. Solidificou-se como sedutor incorrigível e irresistível. Voltou-se especialmente para as mulheres maduras (...)” [Alonso, 2007: 33-34].

Com uma delas ocorreu o seu primeiro *affaire* romântico. Tratava-se de uma senhora casada (Carolina Delfim Moreira). A paixão começara nos salões cariocas e prolongou-se no paraíso de Petrópolis. Completamente enamorado, Quincas confessava ao amigo Sancho, em setembro de 1871: “Quisera que a felicidade me venha sempre sob a forma que tomou para mim e que eu suponho a definitiva” [apud Alonso, 2007: 34]. A fim de evitar o escândalo, o marido traído viajou para a Europa com a família. Quincas teria gostado de seguir a amada. Formado em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade do Recife, em 1870, o jovem bacharel não quisera praticar a profissão à frente de um escritório de advocacia. Preferia empreender uma viagem – mesmo que romântica – à Europa, como, aliás, faziam os jovens aristocratas da época. Mas os recursos familiares eram parcos, para lhe garantir longa permanência no Velho Continente. A hegemonia dos conservadores no poder, de outro lado, diminuía as chances de conseguir algum emprego oficial

digno da sua estirpe. Procurou, junto ao ministro do Império, o conservador João Alfredo Correia de Oliveira, obter uma bolsa de estudos para “aprofundar seus estudos na Europa”. O ministro recusou a concessão da bolsa a Quincas com um argumento arrasador: “Sei que o moço quer pretexto para uma viagem romântica, acompanhando pessoa que já partiu, ou vai partir; e se eu não tivesse outros motivos para recusar a proposta, este seria peremptório” [apud Alonso, 2007: 35-36]. De nada valeram os bons ofícios do diretor da Inspetoria da Instrução Pública Primária e Secundária do Rio de Janeiro, Homem de Mello, amigo do senador Nabuco de Araújo, nem sequer a intermediação do próprio Imperador. O austero ministro impôs a sua vontade. Funcionário público imperial era outra coisa.

Em 31 de agosto de 1873, o nosso autor partiu para a sua primeira viagem à Europa. No navio conheceu a jovem aristocrata, sobrinha do conservador Barão de Vassouras, Eufrásia Teixeira Leite, com quem iniciou tumultuado namoro, que se prolongaria por anos a fio, sem que tivessem chegado ao casamento. Ela, herdeira de grande patrimônio. Ele, aristocrata remediado. As diferenças econômicas teriam sido o motivo das dificuldades que o namoro teve. A primeira escala do jovem viajante foi Paris. Ali, pela mão de aristocratas brasileiros, amigos de seu pai, como o barão de Itajubá, circulou pelos mais importantes salões, tendo tido a oportunidade de conhecer figuras importantes como Adolphe Thiers, Jules Simon, Victor Schoelcher, Edmond Schérer, Édouard de Laboulaye, Charles Edmond, Saint-Hilaire, Renan, Hipólito Taine e a já velha senhora George Sand, com quem conversou animadamente sobre amenidades literárias e políticas.

Em junho de 1874, o nosso autor chegou a Londres. A majestade da *city* impressionou fortemente Nabuco. No entanto, ele ficou balançado entre a feminina Paris e a máscula capital britânica, Meca do capitalismo. Mas a balança pendia, no peito do jovem viajante, em favor da metrópole francesa. Quincas avaliava esta com o coração e Londres com a razão. Como, aliás, fazia com os seus inúmeros amores parisienses. Eufrásia, radicada na capital francesa, era a *prima donna* das suas preferências afetivas. As namoradas britânicas que teve, durante as várias permanências em Londres, eram pragmáticas demais para o jovem advogado.

Em *A minha formação* escreveu a respeito dessa ambigüidade, transportada para os respectivos povos, o francês e o inglês: “Às vezes me distraio a pensar que povo eu salvaria, podendo, se a humanidade se devesse reduzir a um só. Minha hesitação seria entre a França e a Inglaterra – aliás, sei bem que no começo do século quem eliminasse a Alemanha do movimento das idéias, da poesia, da arte, eliminaria o que ele teve de melhor. Entre a França e a Inglaterra, porém, fico

sempre incerto. O meu dever seria, talvez, socorrer a França. *Se madame Récamier e eu estivéssemos a nos afogar, qual de nós duas o senhor salvaria?* – perguntou uma vez madame de Staël ao seu amigo Talleyrand. *Oh! Madame, vous savez nager.* A Inglaterra, também, sabe nadar” [Nabuco, 2005: 70].

Mesmo a Inglaterra sabendo nadar, ou talvez por isso, desde o início a preferência prática de Nabuco foi por Londres e não por Paris. Foi na *city* onde o nosso autor passou a maior parte dos anos vividos na Europa, antes da sua final destinação estado-unidense. Vale a pena acompanhar o raciocínio de Nabuco em relação à sua apreensão de ambas as metrópoles, que é uma apreciação das duas culturas, a inglesa e a francesa, muito semelhante, aliás, à que já tinha efetivado François Guizot nessas duas magistrais lições (13 e 14) da sua *Histoire de la civilisation en Europe*. O nosso autor escreveu, a respeito: “O gênio francês tem todos os raios do espírito humano, principalmente os raios estéticos; o gênio inglês não os tem todos, tem até uma opacidade singular nos focos do espírito, que merecem o nome de franceses, em quase todos os que merecem o nome de atenienses. A Inglaterra – a associação de idéias tem sido muitas vezes feita – é a China da Europa; isto é, tem uma individualidade inamolgável, incapaz de tomar a fisionomia comum. Latinos, alemães eslavos formarão uma só família, por muitíssimos traços comuns, antes que o inglês deixe de ser um tipo *sui generis*, à parte do tipo coletivo europeu. Por esse motivo, a França, só, representaria melhor a humanidade do que a Inglaterra; há nela mais atributos universais, maior número de faculdades criadoras, de qualidades de tronco, maior soma de hereditariedade humana, de possibilidades evolutivas portanto, do que no particularismo e no exclusivismo inglês. Em compensação, a raça inglesa parece ser mais sã, mais elástica; ter maior vigor mesmo de gênio e de criação; maior provisão de vida e de força – ainda que a força sem a imaginação e a cultura (que na Inglaterra tem sido, em grande parte pelo menos, estrangeira) possa degenerar em brutalidade e egoísmo. Estão aí as razões da minha hesitação, quando imagino um novo dilúvio universal e me pergunto que país, nos mais altos interesses da inteligência humana, mereceria o privilégio de construir a arca” [Nabuco, 2005: 70].

Londres, para Nabuco, era grande como grande foi a Roma dos Césares. “Qualquer que seja a explicação, – escreveu em *A minha formação* – o fato é que nunca experimentei esse prazer de viver em Paris, que foi e é a paixão cosmopolita dominante em redor de nós. A grande impressão que recebi não foi Paris, foi Londres. Londres foi para mim o que teria sido Roma, se eu estivesse entre o século II e o século IV, e um dia, transportado da minha aldeia transalpina ou do fundo da África Romana para o alto do Palatino, visse desenrolar aos meus pés o mar de ouro

e bronze dos telhados das basílicas, circos, teatros, termas e palácios; isto é, para mim, provinciano do século XIX, foi, como Roma para os provincianos do tempo de Adriano ou de Severo: a *Cidade*. Essa impressão universal, da cidade que campeia acima de todas, senhora do mundo pelo *milliarium aureum*, o qual no século tinha de ser marítimo; essa impressão *soberana*, tive-a tão distinta como se a humanidade estivesse ainda toda centralizada. O efeito dessa impressão de domínio foi uma sensação de *finalidade*, que somente Londres me deu (...)” [Nabuco, 2005: 70-71].

Porém, não foi a *City*, como monumento, foram as instituições políticas inglesas, todas elas criadas para garantir a liberdade dos cidadãos, as que mais fortemente impressionaram Nabuco. Após a sua permanência em Londres, o nosso autor passou a defender, com ardor, o modelo britânico de monarquia constitucional como o mais civilizado da Terra. As instituições do governo representativo, a magistratura e o papel simbólico da monarquia: eis os três elementos que constituíam a pedra de toque das instituições britânicas. A propósito, escreve Nabuco: “O que deixa tão funda impressão na Inglaterra é, antes de tudo, o governo da Câmara dos Comuns: a suscetibilidade daquele aparelho, ainda perante as mais ligeiras oscilações do sentimento público, a rapidez dos seus movimentos e a força, em repouso, da reserva, que ele concentra. Mais ainda, porém, do que a Câmara dos Comuns, é a autoridade dos juízes. Somente na Inglaterra, pode-se dizer, há juízes. Nos Estados Unidos a lei pode ser mais forte do que o poder; é isso que dá à Corte Suprema de Washington o prestígio de primeiro tribunal do mundo, mas só há um país no mundo em que o juiz é mais forte do que os poderosos: é a Inglaterra. O juiz sobreleva à família real, à aristocracia, ao dinheiro e, o que é mais do que tudo, aos partidos, à imprensa, à opinião; não tem o primeiro lugar no Estado, mas tem-no na sociedade (...). Esta é, a meu ver, a maior impressão de liberdade que fica da Inglaterra. O sentimento de igualdade de direitos ou de pessoa na mais extrema desigualdade de fortuna e condição é o fundo da dignidade anglo-saxônica” [Nabuco, 2005: 83].

Fazendo especial referência à instituição monárquica, eis a apreciação entusiasmada de Nabuco, convertido, após a sua primeira viagem a Londres, em incondicional defensor da monarquia constitucional: “Foi na Inglaterra que senti que nunca a nossa raça atingiu o mesmo ponto de altivez moral que em uma Monarquia. Com o privilégio dinástico, que também o meu radicalismo rejeitava, eu agora o via bem, não se fazia no século XIX senão aproveitar a tradição nacional mais antiga e mais gloriosa para neutralizar a primeira posição do Estado. A concepção monárquica ficava sendo esta: a do governo em que o posto mais elevado da hierarquia fica fora

de competição. Era uma concepção simples como a da balança, como a do eixo. Nenhum direito se transformou tanto no decurso deste século no Ocidente como o direito real, que de divino passou a ser passivo. O rei da Inglaterra, se quiser influir na política com as suas idéias próprias e a sua iniciativa, tem primeiro de abdicar e – se a hipótese é admissível – fazer-se eleger à Câmara dos Comuns ou tomar a direção da Casa dos Lordes. Entre o czar e a rainha Vitória a diferença de autoridade é infinitamente maior do que entre a rainha Vitória e o presidente dos Estados Unidos. O governo pessoal é possível na Casa Branca; é impossível em Windsor Castle” [Nabuco, 2005: 84-85].

2. Uma pauta política: *O abolicionismo*

Tardiamente Quincas entrou no universo da política partidária. Preferiu, antes dela, a tarefa de correspondente de imprensa, como colunista do *Jornal do Comércio* em Londres. Deu preferência, outrossim, aos trabalhos como consultor de empresas, atividade que desempenhou juntamente com o jornalismo econômico. Também escreveu artigos jornalísticos sobre política, mas em menor escala, em decorrência do fato de o jornal para o qual escrevia estar interessado mais naquilo que tangia aos negócios. Exerceu Quincas, outrossim, funções públicas: primeiro, como adido da Legação Brasileira nos Estados Unidos (entre junho de 1876 e fevereiro de 1878) e, depois, na mesma função junto a Legação em Londres (entre fevereiro e abril de 1878). Morto o pai nesse ano, Nabuco viu-se obrigado a regressar ao Brasil e ocupar a trincheira parlamentar que o seu progenitor tinha dignificado durante décadas, como senador do Império. Em 5 de setembro, o nosso autor elegeu-se deputado.

Embarcado na carreira política pouco à vontade, Nabuco passou a buscar um norte para a mesma, na escolha de algum tema que lhe servisse de bordão parlamentar. Curiosa a situação do Quincas, muito parecida, aliás, com a vivida, décadas atrás, pelo jovem advogado Alexis de Tocqueville, que procurava uma atividade diferente daquela para a qual foi encaminhado pela família, como magistrado. Descontente com a dificuldade oratória para as funções de juiz, Tocqueville partiu, em 1831, para viagem de pesquisa sobre o sistema penitenciário americano, em companhia do amigo Gustave de Beaumont. Nove meses depois, o ainda magistrado desembarcava na França com um ensaio sobre o tema mencionado, mas também munido do rascunho da obra que marcaria a sua vida daí para frente: *A democracia na Amé-*

rica (1833). O jovem advogado, deixada a magistratura que exercia em Versailles, dedicou-se aos estudos sobre o grande tema da democracia moderna, que lhe deu inspiração para a sua participação no parlamento como deputado. Diferentemente de Tocqueville, Quincas estava bem dotado para a oratória parlamentar. E, de modo semelhante ao escritor francês, elaborou acurada análise acerca de um tema de momento: a escravatura, que deu ensejo ao seu livro *O abolicionismo*. Na defesa das teses levantadas na obra, Joaquim Nabuco virou figura de proa do parlamento brasileiro e se firmou, outrossim, como ativista humanitário em nível internacional.

Marco Aurélio Nogueira sintetizou, com clareza, nos seguintes termos, a contribuição do nosso autor ao debate parlamentar sobre a escravatura: “O abolicionismo e Nabuco se completaram. A causa da libertação ajudou a amortecer o impacto da política imperial sobre o jovem deputado (impedindo que ele fosse, por exemplo, cooptado) e nele acabou por encontrar um de seus mais brilhantes e talentosos porta-vozes. Como parlamentar e propagandista – e, nos momentos eleitorais, eficiente agitador – Nabuco deu o melhor de si ao abolicionismo, ajudando decididamente a fazer com que o movimento adquirisse operacionalidade política e os protestos das senzalas ecoassem no parlamento, nos jornais, nas cidades. Nele, pôde ser verdadeiramente *radical*, ir às raízes da sociedade. Personalidades, instituições, partidos, doutrinas e procedimentos, nada escaparia à sua crítica ferina e veemente, mas sempre ponderada; saberia como poucos aliar à denúncia apaixonada dos crimes da escravidão uma análise abrangente da estrutura social brasileira e dos grandes problemas nacionais. Beneficiado pelo renascimento do liberalismo brasileiro, que naquela década agitava-se como um todo, Nabuco não se limitaria a ser um mero repetidor das plataformas partidárias ou dos jargões abolicionistas: seria um renovador, um ideólogo. E acabaria por se aproveitar (não se sabe com que dose de consciência) da formação inglesa recebida ao longo dos anos 70, que lhe permitirá manter saudável distância do liberalismo mesquinho e limitado que se praticava no Brasil. Pôde, com isso, aderir de forma intransigente e não conservadora à luta pela emancipação dos escravos – uma causa grandiosa e humanitária até então desfocada pelo viés liberal-conservador predominante dos partidos e no sistema político” [Nogueira, 1988, apud Nabuco, 2000: 10-11].

Uma breve anotação acerca da forma em que Nabuco utilizou as fontes inglesas. A magnífica biografia escrita por Angela Alonso deixa claro que o nosso autor louvou-se, conscientemente, na questão abolicionista, de duas fontes: de um lado, os discursos reformistas de Gladstone, que se encaminhavam em direção da democratização das instituições (sem pregação republicana e mantendo os institu-

tos da monarquia constitucional); de outro lado, a plêiade de autores britânicos, irlandeses e americanos que, a partir da *The British and Foreign Anti-Slavery Society*, fundamentavam a luta abolicionista, pelo mundo afora, como uma questão de ordem moral. A Sociedade Brasileira contra a Escravidão (SBCE), nascida, em 1880, na casa dos Nabuco, no Rio de Janeiro, recolheu essa herança moderada (as grandes mudanças sociais realizam-se com reformas liberais, *à la* Gladstone, não com revoluções, *à la* Karl Marx), bem como a idéia dos anti-escravagistas anglo-saxões, da criação de uma rede política internacional que pressionasse o governo brasileiro em prol da abolição [cf. Alonso, 2007, p. 116 seg.].

Quais foram as teses centrais da obra de Nabuco, *O abolicionismo*, publicada pelo autor, em Londres, em 1883? Essas teses (que passaram a inspirar a pregação parlamentar do nosso autor, ao longo da segunda parte da década de 1880), são as seguintes, nas palavras dele:

“Queremos acabar com a escravidão (...) pelos seguintes (motivos): 1- Porque a escravidão, assim como arruína economicamente o país, impossibilita o seu progresso material, corrompe-lhe o caráter, desmoraliza-lhe os elementos constitutivos, tira-lhe a energia e a resolução, rebaixa a política; habitua-o ao servilismo, impede a imigração, desonra o trabalho manual, retarda a aparição das indústrias, promove a bancarrota, desvia os capitais do seu curso natural, afasta as máquinas, excita o ódio entre classes, produz uma aparência ilusória de ordem, bem-estar e riqueza, a qual encobre os abismos de anarquia moral, de miséria e destruição, que do Norte ao Sul margeiam todo o nosso futuro. 2- Porque a escravidão é um peso enorme que atrasa o Brasil no seu crescimento em comparação com os outros Estados sul-americanos que a não conhecem; porque, a continuar, esse regime há de forçosamente dar em resultado o desmembramento e a ruína do país; porque a conta dos seus prejuízos e lucros cessantes reduz a nada o seu apregoado ativo, e importa em uma perda nacional enorme e contínua; porque somente quando a escravidão houver sido de todo abolida, começará a vida normal do povo, existirá mercado para o trabalho, os indivíduos tomarão o seu verdadeiro nível, as riquezas se tornarão legítimas, a honradez cessará de ser convencional, os elementos de ordem se fundarão sobre a liberdade, e a liberdade deixará de ser privilégio de classe. 3 – Porque só com a emancipação total podem concorrer para a grande obra de uma pátria comum, forte e respeitada, os membros todos da comunhão que atualmente se acham em conflito, ou uns com os outros, ou consigo mesmos: os escravos, os quais estão fora do grêmio social; os senhores, os quais se vêem atacados como representantes de um regime condenado; os inimigos da escravidão, pela sua incompatibilidade com esta; a massa inativa da população, a qual é vítima desse monopólio da terra e dessa maldição do trabalho; os brasileiros em geral que ela condena a formarem, como formam, uma nação de proletários” [Nabuco, 2000: 91-92].

Em síntese, o que Nabuco pregava era, apenas, que o Brasil se modernizasse plenamente, alargando a conquista da liberdade a todos os habitantes deste imenso país e adotando, de forma plena, uma economia de mercado que preservasse as instituições de governo representativo existentes no Império. Não aderiu à pregação republicana. Exorcizava, pioneiramente, a deletéria tese, nascida nos arraiais do jacobinismo e do socialismo marxista, da divisão irreconciliável da Nação brasileira em campos irreconciliáveis que confrontassem, em fratricida luta, negros contra brancos, empresários contra empregados, silvícolas contra habitantes das cidades, etc. Pena que o nosso autor não tivesse compulsado os escritos de Alexis de Tocqueville (com os quais, certamente, encontraria plena identificação, de forma semelhante à simpatia que despertaram, nele, os discursos de Gladstone). É que os tempos eram outros e Tocqueville, nos idos de 1870, tinha se ocultado nos canais subterrâneos das tradições que não são esquecidas, mas que dormitam à espera de um novo amanhecer: o grande escritor francês somente seria redescoberto no século XX, ao ensejo da luta heróica da Europa, arrasada por duas guerras mundiais, na trilha da luta a morte entre o totalitarismo e a Liberdade.

Concluamos

Qual foi a relevância de Joaquim Nabuco para o pensamento brasileiro? Responderia brevemente: a lição de moderação liberal nas reformas a serem executadas, a defesa das instituições que – como a monarquia e o governo representativo – garantiam o exercício da liberdade por parte de todos os cidadãos, a coragem para lutar por aquilo que ele considerava questão de justiça (a abolição da escravidão, notadamente) e, em matéria de política externa, um sadio realismo que consultava os interesses da Nação, não apenas as mesquinhas perspectivas partidárias ou de pessoas. Este último ponto exigiria que fosse analisada, com detalhamento, a passagem de Nabuco pela embaixada brasileira em Washington, no final da sua brilhante corrida de estadista.

Façamos para terminar, uma apertada síntese do que significou a lição de diplomacia deixada pelo nosso autor. Duas tendências da política externa brasileira foram delineadas no início da República: o Brasil deveria privilegiar, no seu relacionamento internacional, a perspectiva sul-americana, em decorrência da urgência de delimitação clara das nossas fronteiras, a fim de evitar confrontos ulteriores. Esta foi a opção adotada pelo ministro do exterior, o Barão do Rio

Branco. A segunda tendência, formalizada por Nabuco, consistia em privilegiar, na nossa política externa, a perspectiva de pan-americanismo que se desenhava nesse momento e que ia colocar o Brasil no contexto da globalização da época, ao abrigo da doutrina Monroe. O nosso autor achava que essa opção não conflitava com a primeira; mas destacava que não poderia o Brasil se fechar numa opção sul-americana, que compromettesse a abertura ao grande mercado que se desenhava, o norte-americano e que nos trancafiasse, ressentidos, no pequeno universo da nossa vizinhança. Pareceria que o nosso primeiro embaixador em Washington tivesse enxergado os impasses ensejados por uma visão terceiro-mundista, ao ensejo de uma Unasul contraposta à Organização dos Estados Americanos. Tremenda atualidade das lições diplomáticas de Joaquim Nabuco!

Uma última observação. Cometi a injustiça de não analisar, nestas páginas, uma das obras-mestras do nosso autor, *Um estadista do Império*. Problema de tempo e de espaço que espero futuramente equacionar. Mas valha apenas destacar uma lição que se depreende dessa magna obra: a defesa desassombrada do Segundo Reinado, não na trilha de um saudosismo vácuo, mas no caminho construtivo de mostrar o que essa experiência poderia iluminar a nossa vida republicana. O Império, para Nabuco, colocou em alto a idéia da necessidade de uma aristocracia sobre a qual tivesse estabilidade o serviço público. Ele próprio trocou a aristocracia dos salões pela encontradiça nos círculos intelectuais, como a Academia Brasileira de Letras. Ora, o nosso autor adaptou essa consideração às exigências republicanas, quando da sua fecunda passagem pela embaixada de Washington, cargo no qual culminou a sua brilhante carreira – e a vida.

Fez algo semelhante ao que Tocqueville pensou quando, ao ensejo da descoberta da democracia americana, percebeu que, nos Estados Unidos, a velha aristocracia de origem feudal foi substituída pela idéia de idoneidade e de responsabilidade nas funções de gestão do Estado. Desde os *Selected Men* das localidades, até os Ministros de Estado, os Magistrados da Suprema Corte, os Congressistas e o Chefe do Executivo, o pensador francês encontrava, em todos eles, a exigência, de parte da sociedade, de uma capacitação para o exercício do cargo, bem como a pressuposição de que todos eles fossem responsáveis perante os cidadãos, não ficando ninguém fora do domínio da lei. Ora bem, essa foi exatamente a lição que Nabuco tirou do estudo do sistema inglês, bem como da sua adaptação à democracia americana. Em todos esses contextos, como, aliás, no desenho que traçou do ideal de regime republicano brasileiro (tardia e pragmaticamente aceito), o pensador pernambucano destacou os dois ideais de *capacidade* e de *responsabilidade* dos funcionários

públicos, sem exceções. Bela lição de civilidade, muito atual em momentos em que o Brasil chafurda em abjeto populismo patrimonialista que coloca alguns – beneficiários do peleguismo, do compadrio político e dos lucros exorbitantes das empresas cooptadas pelo Estado – por fora da produtividade no trabalho e da prestação de contas a que somos obrigados os demais brasileiros.

Bibliografia

- ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BOSI, Alfredo. “Joaquim Nabuco, o ícone do novo liberalismo”. In: *Ideologia e contra-ideologia: temas e variações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CARON, Jean-Claude. *La France de 1815 à 1848*. Paris: Armand Colin, 1993.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO (organizador). *Dicionário biobibliográfico de autores brasileiros*. Salvador-Bahia: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro; Brasília: Senado Federal, 1999 (Coleção Biblioteca Básica Brasileira).
- CHACON, Vamireh. *Joaquim Nabuco: revolucionário conservador (Sua filosofia política)*. Brasília: Senado Federal, 2000. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira).
- GLADSTONE, William. *The Throne and The Prince Consort; The Cabinet and Constitution*. New York: Charles Scribner’s Sons, 1886.
- GUIZOT, François. *Histoire de la Civilisation en Europe depuis la chute de l’Empire Romain jusqu’à la Révolution Française*. 8.^a edição. Paris: Didier, 1864.
- LÉVY, Artur. *A vida íntima de Napoleão*. (Tradução de Emil Farhat). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.
- NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. 10.^a edição. (Introdução de Gilberto Freyre). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981. (Coleção Itinerários).
- NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. (Introdução de Gilberto Freyre). Brasília: Senado Federal, 1998. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira).
- NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. 6.^a edição. (Introdução de Marco Aurélio Nogueira). Petrópolis: Vozes, 2000.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 4.^a edição. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975.
- SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999, volumes I e II. (Coleção Brasil 500 anos).
- STAËL, Madame de (Germaine Necker de Staël-Holstein). *Dix années d’exil*. (Edição crítica preparada por Simone Balayé e Mariella Vianello Bonifacio). Paris: Arthème Fayard, 1996.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. 2.^a edição. (Tradução, prefácio e notas de Neil Ribeiro da Silva). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1977.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras – Volume I: Fundamentos sociais do Estado (direito público e cultura)*. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Universidade Federal Fluminense; São Paulo: USP, 1987.

II – REPÚBLICA

HENRIQUES NOGUEIRA E A REPÚBLICA

José Esteves Pereira*

1. Portugal e a Europa em 1848

Henriques Nogueira aparece, até hoje, como arauto do socialismo e do republicanismo, em Portugal, mas será um erro inscrever as suas propostas como algo que retroceda, linearmente, do 5 de Outubro ao seu ideário. Em todo o caso, na reflexão nogueiriana invoca-se, efectivamente, de modo expresse, a República como Estado feito “pelo povo e para o povo” em contraste, no mais imediato da circunstância histórica, com o “regime espoliador, traiçoeiro e faccioso da monarquia constitucional”¹. Nesse sentido, pode dizer-se que existe sintonia ideológica do republicanismo subsequente, não só enquanto desejada mudança de regime mas, também, como ideal permanente além da importância de que se reveste a sua argumentação para os projectos federalistas e iberistas².

Quanto ao socialismo, o autor dos *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, filia-o nos grandes princípios da igualdade e da fraternidade, desafiando a hegemonia do liberalismo económico e insinuando uma tarefa doutrinadora consubstanciada numa exortação clara: “Ensine a moderna economia política os ricos a serem riquíssimos, que a ciência social guiará, modestamente, o operário pela vereda difícil mas segura do trabalho, da economia e da morigeração, até o elevar à desejável independência”³.

O teor exortatório nogueiriano, com algo de imperativo, afirma-se como expressão romântica em que o individualismo característico da ideia de progresso,

* Universidade NOVA de Lisboa / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

¹ J.F. Henriques Nogueira, *Obras Completas* (Organizada por António Carlos Leal da Silva), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976-1979, I, 22. A partir de agora citadas como *O. C.*

² Magalhães Lima, *La Fédération Ibérique*, Paris, Imprimerie Gautherin & Cie, 1892, pp. 145 e ss.

³ *O. C.*, I, 172.

enquanto eixo de uma teleologia liberal, se transmuda nas preocupações sociais em que uma certa leitura regeneradora do cristianismo tem o seu lugar⁴. Entram em cena e são atentamente lidos por Nogueira, quer Lamartine, quer Mazzini, ambos envolvidos no movimento republicano da segunda metade da década de 40 de Setecentos a culminar na “primavera dos povos” que, no que respeita a Paris, transcorreu durante os fugazes meses revolucionários de Fevereiro a Junho de 1848. De salientar, igualmente, a percepção exacta da conjuntura política portuguesa desse período, por parte de Nogueira, e a consciência das abissais diferenças existentes entre o seu país e os de maior desenvolvimento agrícola e industrial na Europa.

Deve atender-se, ainda, a que Henriques Nogueira, embora se distancie do liberalismo teórico e prático, nem por isso deixou de louvar algumas das ideias de personalidades como Richard Cobden (1804-1865) nomeadamente as que diziam respeito ao debate anti-protectorista em torno das *corn-laws* e ao investimento excessivo em despesas militares pondo em causa a paz europeia.

“Liberdade de comércio com todos os povos, paz duradoura, que permita o completo desarmamento de todos eles, direito internacional fundado na máxima independência de cada um compatível com os princípios da justiça, congresso de árbitros de todas as nações para decidirem todas as pendências, que hajam de suscitar-se, poder central composto de contingentes de todas elas para executar as sentenças do grande júri, protecção e benevolência recíproca de todos os povos, harmonia universal, numa palavra, entre todos os membros da espécie humana – eis os grandes pensamentos que preocupam os políticos eminentes que, como Cobden, vêem a felicidade do seu país, não no atraso, não na miséria, não nas desgraças dos outros povos, mas no seu adiantamento, na sua opulência, no seu bem-estar”⁵.

⁴ Para um enquadramento do tema e das suas diversas expressões ver Maria Manuela Tavares Ribeiro, *Portugal e a Revolução de 1848*, Coimbra, Minerva, 1990.

⁵ O. C., I, pp. 235-236. Como em outras reflexões Henriques Nogueira estava muito bem informado. Assim como acontecera com Silvestre Pinheiro Ferreira é bem provável que o contacto mais directo com o admirador incondicional de Adam Smith (*the luminary*) tenha sido feito através da obra de Frédéric Bastiat, *Cobden et la Ligue ou l'agitation anglaise pour la liberté des échanges*, que veio a lume, em Paris, em 1845, depois incorporado na obra completa do autor francês. A obra é composta por uma introdução de Bastiat seguida da publicação de discursos de Cobden, intervenções parlamentares e documentação da polémica em que o economista inglês se envolveu, ao lado de outros participantes entre os quais Brigh, Fox, e Ricardo. Constituindo um clássico do pensamento económico liberal encontra-se acessível em http://oll.libertyfund.org/?option=com_staticxt&staticfile=show.php%3Ftitle=2344. Sobre a necessidade de um sistema de arbitragem internacional acompanhada da redução recíproca dos armamentos veja-se a carta de Cobden sobre a política estrangeira, dirigida aos seus eleitores de West Riding (*Richard Cobden. Notes sur ses voyages, correspondances et souvenirs recueillis par Mme Salis Schwabe*, Paris, Librairie Guillaumin et Cie, 1879, pp. 128-135. Esta obra rara, muito importante para a compreensão das ideias e da movimentação europeia de Cobden contém, igualmente, um apontamento notável da organizadora do livro sobre os acontecimentos europeus de 48. Ver pp. 118-128.

Entretanto, o publicista português acompanharia com atento cuidado todos os movimentos revolucionários e de aspiração nacionalista europeus na sequência dos acontecimentos ocorridos em França.

Em meados de Março verificavam-se, também, sublevações em Viena, Pest, Milão e Veneza. Em Junho, quando a revolução parisiense perde força, Praga e Bucareste movimentam-se e a Polónia parece acreditar na sua autonomia. No espaço germânico, na Prússia, na Baviera, em Baden e em Frankfurt as ideias políticas de França alimentavam a revolta.

O discurso nogueiriano não me parece compreensível sem atender a todas estas circunstâncias europeias marcadas por forte pulsão nacionalista. Entretanto, em França, na sequência de um processo plebiscitário, seguido do golpe de Estado, o “Petit Napoléon” encaminhava-se, para um longo trajecto político de cariz autoritário.

O que se me afigura de mais significativo na apreciação que Henriques Nogueira vem a fazer de figuras como as de Ledru-Rollin, Mazzini, Kossuth, Raspail ou Louis Blanc, muitas vezes utilizando os seus pensamentos para epígrafes de alguns capítulos ou mesmo citações no corpo do texto, é o significado político-ideológico que lhe anda associado. Superando a pura evocação dos acontecimentos que, eventualmente, chegavam à finisterra portuguesa – onde se viviam as consequências decorrentes da Convenção de Gramido⁶ imposta pelas potências europeias – o publicista português situa de modo problematizador, mesmo que em notas fugazes, acontecimentos e personagens europeus. Em Portugal o impacto prático de 48 foi bastante relativo. Em todo o caso, por essa data, surgem os primeiros jornais republicanos (*O Republicano* e *A República* entre outros). O *Eco dos Operários* e *A Esmeralda* serão, igualmente, indicadores de novos desafios sociais e Henriques Nogueira daria a lume os seus *Estudos sobre a Reforma* (1851) a que se seguiram os *Almanaques Democráticos* e do *Agricultor* e, em 1856, *O Município no século XIX*.

A situação do país político decorria, como disse, das consequências da Convenção assinada em Gramido⁷, no concelho de Gondomar, em 29 de Junho de 1847.

A estrutura social do país caracterizava-se, nesse desfecho histórico, que pusera termo a meio século de lutas fratricidas, por um lado, pelo peso, ainda significa-

⁶ Cfr. José Esteves Pereira, *Henriques Nogueira e a conjuntura portuguesa (1846-1851)*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1976, pp. 2-5 (Sep. da *Revista de História das Ideias*, vol. I (1976), pp. 160-163.

⁷ <http://www.flickr.com/photos/9480263@N02/2577733328>

tivo, da antiga nobreza, do clero e de estratos da burguesia agrária, financeira e comercial, por funcionários superiores do estado constituindo a força de apoio do cabralismo tendo por oposição, a pequena burguesia urbana, semiurbana e rural acompanhada por fracções, bastante pequenas, de proletariado urbano e de intelectuais. Estava distante, em todo o caso, a presença de uma formação social operária resultante da revolução industrial verificada na Inglaterra e na França reflectida nas condições dramáticas dos muitos que viviam para não morrer.

O *ludismo* e o *trade-unionismo* são realidades generalizadamente ausentes de Portugal como aconteceria, igualmente, com o tipo de problemas analisados em *La misère des classes laborieuses en Angleterre et en France* (1840)⁸ de Eugène Buret (1810-1842) ou em *Les classes ouvrières pendant l'année de 1848 en France*⁹, de Adolphe Blanqui (1798-1854). No entanto, Henriques Nogueira estava a par dessas análises como o demonstra um artigo inserto no *Almanaque Democrático para 1853* quando dizia que a revolução que ocorrera em França, em 1848, podia ser considerada como um “grito doloroso das classes pobres naquele país”¹⁰, afirmação influenciada pela leitura da célebre obra de Buret que conhecia bem e haveria de invocar ao longo da sua obra.

Os acontecimentos de 1848 conjugavam dois aspectos que se reflectiram no andamento da situação política francesa e que estão igualmente presentes nas reflexões de Nogueira. Temos, por um lado, o problema do sufrágio universal e, por outro lado, a organização do trabalho e a promoção da associação que, nos votos de Anthime Corbon¹¹ (1808-1891), citado em epígrafe pelo publicista português, conduziria à emancipação definitiva da classe operária. Os resultados, todavia, não seriam tão positivos como se esperava. Sabemos como o desiderato do sufrágio universal comprometeu definitivamente a marcha dos acontecimentos

⁸ http://books.google.lu/books?id=5OdCAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

⁹ <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k863257>

¹⁰ O. C., II, p. 215.

¹¹ Editor do jornal socialista operário, *L'Atelier*, que se publicou entre 1840 e 1850, contribuirá, depois de 1871, para a consolidação da III República francesa. Sobre a *associação*, no contexto de 1848, Anthime Corbon considerando em 1863, três sistemas: a associação operária, o direito ao trabalho e à instituição corporativa, dirá o seguinte: “Des trois systèmes entre lesquels la classe ouvrière pouvait choisir celui de l'association dans le travail est, à coup sûr, le plus radical et le plus conforme aux tendances modernes. Les ouvriers le considéraient comme tel. Il a eu même, pendant la période de 1848, le privilège d'attirer fortement l'attention populaire et il a pu déterminer des efforts considérables pour être mis en pratique. Cependant je dois reconnaître que l'enthousiasme pour les associations c'est bientôt refroidi, qu'a beaucoup près les efforts n'ont pas été persistants sur toute la ligne, et que ce beau mouvement n'a guère été qu'un feu follet (A. Corbon, *Le Secret du Peuple de Paris*, Paris, Paginerez, Libraire-Éditeur, 1863, p.121). Em 1863, Corbon era de opinião que se deveria ter como mais adequado a reivindicação do direito ao trabalho.

tais como Lamartine ou Ledru-Rollin os tinham auspiciado nos dias frios do Fevereiro da capital gaulesa. Sabemos, igualmente, que a hipótese socialista se afirmaria, em 1848, muito mais como problema teórico do que impulso para uma ruptura.

Em todo o caso, quer a dimensão universal do sufrágio que aponta para República, quer a liberdade de associação conjugada com a organização do trabalho, que se anuncia, constituem referências de base do projecto e da narrativa política, social e económica nogueiriana.

A primazia da universalidade do sufrágio era inquestionável para o publicista luso, embora fosse peremptório em distinguir o socialismo racional, ilustrado e humanitário do comunismo absurdo, tirânico e contrário á natureza e sentimentos do homem”¹². Esta tomada de posição, consequente com o que é, também, a sua abordagem da propriedade, conflui na simpatia que nutria por Mazzini. A seguinte passagem que cita do autor italiano reitera as suas convicções:

“As palavras de comunismo e de socialismo, contra as quais parece encarniçar-se toda a ira papal, não são na Encíclica¹³ senão um artifício oratório para prevenir os espíritos timoratos e ignorantes, que vêem nestas palavras sinónimo de anarquia, de divisão violenta das terras, de abolição da propriedade e, mais ainda, são os bodes emissários sobre os quais devem cair todas as iniquidades de Israel “ (...) ” O papa sabe ou deve saber que o *comunismo*, desconhecido na Itália e repellido pela maior parte dos republicanos, é olhado por nós como uma decepção inimiga do progresso, hostil á liberdade humana e de uma aplicação impossível; ele sabe ou deve saber que o *socialismo*, mais aspiração do que sistema, não pretende outra coisa senão substituir á anarquia desenfreada dos direitos e dos privilégios individuais que estão hoje me luta, a *associação progressiva*, consequência prática da fraternidade ensinada por Cristo”¹⁴

2. O panóptico esperançoso da revolução frustrada

A ideia de República e do Socialismo, à luz da associação, embora “sem revolver os fundamentos da sociedade” nem os “princípios santos da família e

¹² *Idem*, p. 176.

¹³ Encíclica *Nosce et Nobiscum*, de 8 de Dezembro de 1849 (<http://digilander.libero.it/magistero/p9noscit.htm>). Pio IX increpa os “perversos sistemas do socialismo e do comunismo”. Cfr. Giuseppe Mazzini, *Il papa nel secolo XIX*, Bastia, 1850, p.5.

¹⁴ O. C., I, p. 176.

da propriedade”¹⁵, tanto na mente de Henriques Nogueira, como em alguns da sua geração alimenta-se, como referi, de uma influência directa e reflectida dos acontecimentos europeus. Daí a importância que devo dar a essas circunstâncias mesmo que sem o aprofundamento que porventura o tema mereceria.

No *Almanaque Democrático para 1852*, dedicado especificamente aos democratas portugueses mas, genericamente, aos de todos os países como testemunho de simpatia, fraternidade e penhor de aliança, há um conjunto de artigos assinados por Henriques Nogueira, ou a ele atribuíveis, em que desfilam perfis de actores significativos da história europeia do seu tempo de cujas ideias comunga.

Entre eles, Alexandre Auguste Ledru-Rollin (1807-1874), integrante do governo provisório da França, estabelecido em 25 de fevereiro de 1848, na sequência da dissolução da Câmara, numa coalizão que decorre de um compromisso dos que se agregavam em torno do jornal *National*. Era o caso de Alphonse de Lamartine (1790-1769), de Dupont de l’Eure, (1767-1865), de François Arago (1786-1853), de Adolphe Crémieux (1796-1880), de Marie (Pierre Marie de Saint-Georges (1795-1870), de Louis Antoine Garnier-Pagès (1803-1878). Mas havia, contrapolarmente, o grupo dos que, instalados no Hotel de Ville, se auto-proclamavam governo socialista: Ferdinand Flocon (1800-1866), Louis Blanc (1811-1882), o operário mecânico Albert (Alexandre Martin Albert (1815-1895) e Armand Marrast (1801-1852), apoiados pelo jornal *La Réforme*.

Henriques Nogueira virá a traçar um perfil bem informado sobre as circunstâncias em que se reclamou a nomeação do governo provisório e a convocação da convenção nacional em França. A curta apreciação que dedica á decisiva importância para que o regime republicano fosse concretizado é ocasião, também, para avaliar o malogro de “esperanças por prematuras e injustificáveis exigências”¹⁶ conducentes á actuação de Cavaignac e ao desenrolar repressivo imediato¹⁷.

Nogueira, quando escreve sobre Ledru-Rollin já este se encontra no exílio, em Inglaterra, não encontrando nada de mais simbólico para o elogiar do que invocar a trilogia de Danton. *audácia, audácia e sempre audácia*¹⁸. À homenagem a um dos vencidos franceses de 48 segue-se a admiração pelo “Catão da moderna Roma”, Giuseppe Mazzini (1805-1872). O autor de *O papa no século XX*, exi-

¹⁵ *Idem*, I, p.174.

¹⁶ *Idem*, p. 188.

¹⁷ *Idem, ib.*: “caídas uma a uma todas as conquistas da democracia na Europa, o partido republicano não pode sustentar a carreira retrógrada duma assembleia timorata e a política insidiosa de um presidente, antigo aspirante à coroa imperial”.

¹⁸ *Idem, ib.*

lado em Londres, como Ledru-Rollin, merece de Nogueira, o apreço pela sua luta, quer em prol da república, quer pela abolição do poder temporal do papa. Trata-se, quanto ao segundo aspecto, de um problema que também se reflectia sobre a situação portuguesa, onde um regalismo estrutural prolongava a protecção da Igreja e a discutível legitimidade de imiscuição desta na actividade política.

O artigo de Henriques Nogueira sobre Lajos Kossuth (1802-1894) é ocasião para lembrar “a mais bela e esperançosa de quantas primaveras tem florido para os povos”¹⁹. Luis Kossuth simbolizando a revolução da Hungria recordava a mesma ideia e a mesma palavra saudada em Paris, Viena, Milão, Berlim e em Madrid. O herói magiar que passou em Lisboa, em 18 de Outubro de 1851, representava, como Mazzini, uma esperança de resgate republicano no intento de substituir o “pacto egoísta e anti-humanitário dos reis” na medida em que se concretizasse “a aliança fraternal e civilizadora dos povos”²⁰.

Henriques Nogueira não esquecerá, igualmente, o papel de Robert Blum (1807-1848), precursor da criação de um estado nacional alemão. Em texto que lhe dedica no *Almanaque Democrático para 1853* afirmará: “Nós companheiros nas crenças, nos combates e nas esperanças, solidários com a causa da democracia, que nossos braços hão- de um dia fazer triunfar na escravizada Europa, vimos humedecer com uma lágrima sentida a cova do amigo do povo, que novos fariseus assassinaram para que não revelasse o alcance político da máxima cristã, tantas vezes repetida e nunca aplicada- *vós todos sois irmãos*”²¹.

Entretanto, no *Almanaque Democrático para 1854*, seriam invocados Victor Hugo (1802-1885), Guiglielmo Pepe (1783-1855) e David d’Angers (1788-1856).

Victor Hugo que apoiou, esperançado, a candidatura de Luiz Napoleão constata na sequência do golpe de estado de 2 de Dezembro de 1851 que caiu num embuste que denunciará em *Histoire d’un Crime*²². Henriques Nogueira, filho de uma geração que cultua o autor de *Hernani* não pode esquecer o seu célebre panfleto *Napoléon, le Petit*²³, de generalizada divulgação, dele recolhendo um conjunto de ideias e preceitos de que, sinceramente, partilha e significativamente transcreve:

¹⁹ *Idem*, p. 193.

²⁰ *Idem*, p. 196.

²¹ *Idem*, p. 232.

²² <http://www.archive.org/details/histoireduncrim04hugogoog>

²³ <http://www.gutenberg.org/ebooks/22048>

“A comuna soberana regida por um chefe eleito; o voto universal por toda a parte, subordinado, unicamente que toca à administração. Os sindicatos e os peritos regulando as contendas particulares das associações e das indústrias, o jurado, o magistrado de facto, esclarecendo o juiz, magistrado de direito, o juiz eleito, eis aqui pelo que toca á justiça. O padre fora de tudo, excepto da igreja, vivendo com os olhos postos sobre o seu livro e sobre o céu, estrangeiro ao orçamento, ignorado do Estado, conhecido só dos seus crentes, não exercendo mais a autoridade, mas tendo a liberdade, eis aqui pelo que toca á religião. A guerra limitada à defesa do território, a nação guarda nacional, dividida em três bandos, e podendo levantar-se como um só homem; eis aqui pelo que toca á força. A lei sempre, o direito sempre, o voto sempre, o sabre em parte nenhuma. Ora para este futuro, para esta magnífica realização do ideal democrático, quais são os obstáculos? Existem quatro obstáculos materiais, ei-los aqui. O exército permanente, a administração centralizada, o clero funcionário, a magistratura inamovível”²⁴.

A terminar o verbete, Nogueira augura melhores dias para o escritor: “Actualmente V. Hugo vive com a sua família em Jersey. Dali poderá avistar ao menos, no longínquo horizonte, as costas da sua França, que um dia, acabada a dura provação por que está passando, há-de acolhê-lo e aos seus companheiros de exílio, com o respeito devido aos inabaláveis propugnadores de suas liberdades”²⁵.

Henriques Nogueira prestará atenção, igualmente, ao General Guglielmo Pepe que, já em 1799, participara do movimento republicano, em Nápoles, tendo desempenhado um papel importante na mobilização da Carbonária, com a qual manteve permanente contacto. Em 1848, depois de longo exílio, Pepe é encarregado de assegurar a luta napolitana contra as tropas austríacas não se tendo tornado o recuo político do rei impedimento para que ele ajudasse, em seguida, Veneza e o seu herói Daniele Manin (1804-1857) na acção militar que, infelizmente, se viria a saldar pela derrota frente aos exércitos adversários.

Manin, com quem o publicista português se encontrou em Paris, aparece referenciado no *Almanaque para 1855*²⁶, com uma gravura de David d’Angers personalidade que mereceu, também, a atenção de Nogueira. É muito importante atender á notícia do encontro de Nogueira com Daniele Manin sendo-nos mesmo possível descortinar algo da conversa que tiveram. Muito naturalmente, na comunhão de ideias de quem não apreciava a marcha dos acontecimentos

²⁴ *Idem*, p. 247.

²⁵ *Idem*, p. 248.

²⁶ Cfr. *Idem*, pp. 273-275.

europeus, percebe-se o interesse do veneziano em querer saber quais eram os aspectos mais negativos da realidade política portuguesa. O nosso compatriota, defensor da forte descentralização municipal referiu, a esse propósito, a imitação servil do modelo administrativo francês que nos regia ou, o mesmo será dizer, a matriz napoleónica que, efectivamente, marcou toda a política centralizadora lusa, decorrente da reforma administrativa de 1832. Manin, esclarecido, concorda e fala sobre as consequências catastróficas do sistema liberal francês. Não espanta, por isso, que a defesa da magistratura municipal fosse sublinhada nas considerações do ex-presidente veneziano tal como Nogueira a desenvolve na sua obra *O Município no século XIX*.

Esta perspectiva do português, abrangente dos mais significativos expoentes republicanos europeus do tempo, foi completada com alusões mais curtas mas não menos significativas. Entre elas, a revolução de Espanha de 1854 (a que se tem de agregar a greve geral do ano seguinte), a propósito de um texto de Joaquín Martínez²⁷.

Na adução de referências, importa avaliar, também, a escolha das epígrafes que presidem aos vários capítulos dos *Estudos* que não constituem meras sugestões mas, bem pelo contrário, tópicos problematizadores extraídos de Lamartine, de Marrast ou de Raspail. Quanto a citações no corpo do texto, salientam-se Louis Blanc, Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) que o autor assume como inspirador de algumas das suas reflexões, Alexandre Herculano (1810-1877) pela incidência nos projectos municipalistas e António Feliciano de Castilho (1800-1875).

3. Entre os *Quisera*...

Henriques Nogueira empresta a sua voz a um movimento europeu de resgate dos povos tiranizados através de uma obra a que procurou imprimir a racionalidade sem hipotecar o entusiasmo sincero.

Nos seus conhecidos e vibrantes *quisera*, o publicista português começa em maiúsculas pela REPÚBLICA e encerra pelo “*Quisera*, por último que Portugal, como povo pequeno e oprimido, mas cónscio e zeloso da sua dignidade, procurasse na FEDERAÇÃO com os outros povos peninsulares a força, a importância, e a verdadeira independência que lhe faltam na sua tão escarnecida nacionalidade”

²⁷ *Idem*, pp. 283 e ss.

Provavelmente o espírito dos *quisera* estaria presente no breve encontro de Paris com o veneziano Manin.

Entre esse *quisera* assume significativa importância, precisamente, o desejo de que os interesses da localidade fossem atendidos primeiro do que tudo. Pretendia-se que o território se dividisse, para todos os efeitos, em grandes e bem regidos municípios e que as aldeias obtivessem os melhoramentos indispensáveis ao bem comum dos moradores. Quanto ao modelo associativo aplicado ao município, Henriques Nogueira, para além da invocação de Herculano, parte do princípio de que “o concelho não satisfazia os grandes fins para que era destinado” devendo ser, antes, um “elo da cadeia social que, por um lado, prende ao governo e por outro ao lugar”²⁸. Mais do que uma defesa histórica da afirmação local ou um contributo para o que era, e viria a ser, a sucessiva panóplia de projectos de reforma administrativa²⁹ verifica-se no convicto municipalista um projecto estruturante e funcional do próprio Estado. A confiança na essência regeneradora das unidades locais justificam a epígrafe que retirou da obra *La Democratie en Amerique*, de Alexis de Tocqueville: “A instituição municipal parece ter saído directamente das mãos de Deus”³⁰.

Todavia, na óptica nogueiriana, o radicalismo anti-centralizador também poderia pecar por excesso. Na verdade, as pequenas povoações, fundadas em apertadas circunstâncias, sem possibilidade de ulterior desenvolvimento, ganhariam muito em unir-se a outras, em vez de “conservarem uma existência independente, vã, fidalga que lhe não proporciona as necessárias comodidades”³¹.

Não cabe no âmbito deste estudo referir mais do que alguns elementos que nos ajudem a compreender o essencial do projecto municipalista de Nogueira³² que se encontra, obviamente, correlacionado com a sua ideia de República. Bastará recolher a lição de que o município nasceu no nosso país pela influência das tradições romanas, se desenvolveu “pelo instituto de liberdade dos nossos maiores, definhou pela acção compressora do absolutismo” parecendo-lhe que “no período que decorre da nossa era revolucionária, de 1820 até ao presente,

²⁸ *Idem*, p.140.

²⁹ Cfr. Paulo Ferreira da Cunha, *Prelúdio histórico ao problema do centralismo em Portugal*, in *Teoria do Estado Contemporâneo*, Lisboa, Verbo, 2003, pp. 153-177.

³⁰ *O.C.*, II, p.15.

³¹ *Idem*, p.18.

³² Cfr. Vitor Neto, *As ideias políticas e sociais de José Felix Henriques Nogueira*, Torres Vedras, Câmara Municipal, 2005, pp. 67 e ss.

os destinos do município passaram por diversas fases, mas infelizmente a sua sorte não melhorou”³³

Como já verificámos, o *município novo*, na concepção nogueiriana, não é entendido enquanto intocável manutenção das unidades históricas. Sob o signo da associação, nada impede que o município, para ser económica e funcionalmente viável, tenha que encontrar condições para deter uma suficiente autonomia. Ao município vigente, formalmente autárquico mas, efectivamente, dependente da vontade do poder central, deveria suceder o município independente, grande e rico. No fundo, coincidindo nesse ponto com Alexandre Herculano, havia falta de um arquétipo a que procurou dar resposta, quer numa perspectiva comparada com outros municípios, quer através de proposta organizativa que veio a desenvolver.

O *quisera* de fecho da sua apresentação da obra é a *federação*, concretizável, de modo mais imediato, através de uma solução ibérica³⁴, respeitadora das identidades nacionais próprias dos diversos Estados que constituem a península.

Fundamentando-se num princípio natural originário da *família* (federação de *indivíduos*) congregada no *lugar* como federação de famílias, por vínculos de parentesco, vizinhança e indústria vem a resultar que o *município* seja federação de lugares, o *povo* federação de municípios, a *nação* federação de povos de tal modo que a humanidade deveria ser, por fim, uma federação de nações “que se entendessem, aproximassem e amassem, no próprio *desiderandum* evangélico de *omnes unum sint*”³⁵, para que todos se tornem um só indivíduo. Mesmo que não haja alusão expressa a um modelo concreto nesta concatenação o entusiasmo federativo está associado, inegavelmente, ao ciclo revolucionário de 48 e aos movimentos de independência nacional que os acompanharam como se depreende de afirmações como esta:

³³ O. C., II, p. 66.

³⁴ Particularmente significativa, a este propósito, é a empática referência que Nogueira vem a fazer da *La Iberia-Memoria de las ventajas de la unión de Portugal y España*, de Sinibaldo de Más y Sanz (1809-1868), obra urdida em Macau e publicada em Lisboa em 1851. Cfr. Maria da Conceição Meireles Pereira, *Sinibaldo de Más: el diplomático español partidario del iberismo*, in *Anuario de Derecho Internacional*, Pamplona, Universidade de Navarra, XVII (2001), págs. 351-370; *Idem*, *Sinibaldo de Más. A difusão da Ibéria em Portugal e do Iberismo no Oriente* (<http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/20282/2/revpopsoc82002mcmeireles000084763.pdf>). Em 1853, na recensão empática, datada de Paris, da mais recente edição da tradução portuguesa realizada por Latino Coelho (*Memória em que se provam as vantagens políticas, económicas e sociais da união das duas monarquias peninsulares em uma só nação*) de onde retira extensa citação, o iberista português ainda não sabia, muito provavelmente, quem era o autor. A identificação autoral, de facto, só viria a aparecer na 3.ª edição, em 1855. Ver O. C., I, pp. 260-263.

³⁵ *Idem*, I, p. 164.

“Não é só pelo que respeita à nossa Península que julgamos a federação altamente necessária, mas para todos os outros povos da Europa, que tendem a agrupar-se em nacionalidades robustas. É ou parece-nos ser este o caminho que provavelmente tem de seguir, em seu laborioso movimento de regeneração, os povos italianos, alemães, eslavos e magiares”³⁶.

4. Fundamentos de uma reforma social, económica e política

Henriques Nogueira, motivado e atento às expressões revolucionárias europeias, preocupou-se com a fundamentação do seu ideário mediante uma abordagem com alguma pretensão sistematizadora. O que estava em causa era a elaboração de um projecto de reforma social e económica para Portugal, com base na agricultura, embora sem esquecer a indústria e o comércio. Como motor desse projecto, a *associação* emerge como conceito nuclear tal como se anunciara, antes, no pensamento social e económico de Pinheiro Ferreira.

Estes pressupostos confrontam-se, certamente, com a realidade concreta. Uma das preocupações nogueirianas reside nos problemas da administração e de economia do seu país e alertam-no para a reforma de vícios administrativos ancestrais. Deve entender-se, pois, que pela abolição do regime e pela instauração da República a construir, se poderia concretizar a aplicação de dispositivos, autenticamente regeneradores, que ultrapassassem os obstáculos e que solicitavam medidas como as que se seguem: 1. Estabelecer despesas públicas inferiores às receitas e solucionar a grave situação, persistente, da dívida pública; 2. Conseguir bons efeitos da aplicação ao dos rendimentos do Estado; 3. Estabelecer um imposto único progressivo sobre os rendimentos; 4. Promover a circulação de capitais a juros baixos; 5. Proteger a agricultura, a indústria fabril e o comércio. 6. Possibilitar o alargamento da propriedade a um maior número de indivíduos remindo todos os encargos que a oneravam.

Nestes pontos, extraídos dos célebres “quisera” de Henriques Nogueira³⁷, ressoam, quer os acontecimentos revolucionários de 1848, em que nos detivemos, quer o projecto de reforma encetada por Mouzinho da Silveira (1780-1849), nomeadamente no que concerne às leis sobre morgadios e à necessidade de superação das relações enfitêuticas. Importa dizer, ainda, que o associacionismo

³⁶ *Idem*, p. 163.

³⁷ *Idem*, pp. 22-23.

do autor do *Município do século XIX* tem que ser entendido dentro do espírito de solidariedade social, de contornos cristãos mazinianos.

Quanto ao âmbito administrativo, Henriques Nogueira critica, veementemente, os excessos da burocracia propondo uma reforma do funcionalismo de modo tal que este venha a ser empregado em serviços úteis à economia: “Carecemos mais de empresas de aperfeiçoamento material do que fazer cortejo a chefes de repartição. Cuidemos dos campos que deles nos vem tudo, e deixemos a vida das cidades aos artistas e aos poderosos”³⁸.

Ainda sobre as referências que fiz relativamente à dívida pública e aos impostos, Henriques Nogueira salientaria a incompetência da gestão dos dirigentes do seu tempo denunciando que o encaminhamento habitual dos fundos existentes estava longe de criar riqueza. Por isso, quando alude à dívida pública, por exemplo, pergunta: de que serve acabar com o feudalismo da terra se vier a ser substituído pelo do dinheiro?

“Foram-se os gordos e reverendos usufrutuários dos quartos, oitavos e dos dízimos; mas ficaram outros senhorios e donatários com o direito de encher as algibeiras em paragem mais certa e cómoda no tesouro público”³⁹.

Porém, as críticas ao estado liberal e a urgente necessidade de reforma sistémica exercem-se, também, a propósito do imposto seja ele a décima, o subsídio literário, os direitos de alfândega, o imposto de selo, as fintas, as licenças, os direitos de passagem, de entrada e de consumo, a licença de loja ou a cônica. O remédio para uma tributação mais justa seria o imposto único, mediante um sistema proporcional e progressivo, a partir do rendimento líquido de cada cidadão.⁴⁰

³⁸ *Idem*, pp. 43-44.

³⁹ *Idem*, p. 60-61.

⁴⁰ *Idem*, p. 64. A reflexão nogueiriana, neste ponto, não foi insensível ao sentido mais profundo do projecto de Mouzinho da Silveira de modo tal que entendeu incorporar na argumentação sobre os impostos, um dos parágrafos do *Relatório* ao Decreto de 19 de Abril de 1832: “Multiplicar os nomes da receita pública é diminuir a receita na razão da superior despesa dos satélites do fisco, multiplicado por cada nome, e na razão da capacidade da superfície da evaporação. Assim pode a ignorância aumentar as bicas duma nascente e julgar-se mais rica a água. Mas se dantes havia bica espaçosa para todos, a água não cresce para ser dividida por mais bicas. Em todo o caso querer finanças de gente pobre é ideia verdadeiramente turca, ou é cortar a árvore para lhe comer o fruto” (*Idem*, p. 66). A opção, sem qualquer reserva, pelo imposto único só não é seguida, atendendo à pertinência do imposto sucessório para um melhor acesso à propriedade, admitindo-se também, que existam, temporariamente, pautas para as importações, embora seja conveniente que “tais direitos protectores se vão diminuindo pouco a pouco, de ano para ano, ate chegarem a extinguir-se sem prejuízo das industrias, cuja aclimação eles favoreceram” (*Idem*, p.67). Esta última questão, pedra de toque da efectiva afirmação do livre cambismo, teve um largo debate na época em que Nogueira publica sua obra e em que se envolveram António Pedro Lopes de Mendonça (1826-1865), António de Serpa Pimentel (1825-1900), Sebastião José Ribeiro de Sá (1822-1865), entre os mais significativos e de onde resulta o confronto entre atitudes de aberto liberalismo económico *versus* organização do trabalho que fizesse frente à supremacia do capital.

Quanto ao *capital*, Henriques Nogueira virá a propugnar, na linha do que Silvestre Pinheiro Ferreira concebeu sobre soluções para o crédito hipotecário⁴¹, a criação de bancos municipais. Os motivos apresentados para tal estrutura de crédito são, antes de mais, os de obrigar “a agiotagem a capitular fazendo-a alistar-se voluntariamente como companheira nas lidas da produção, onde dominara como senhora”⁴² tendo o autor estabelecido, para o efeito, um quadro das relações de capital com o juro e a respectiva amortização. A este respeito é importante, a meu ver, que Nogueira indique a autoridade municipal como instância desencadeadora de acções de reforma económica e financeira. A concepção nogueiriana de Município significa, no fundo, a constatação da impossibilidade de se gerar uma reforma social plena, a partir do estado liberal vigente, extremamente centralizado e, por isso mesmo, incapaz de dimensionar, harmoniosamente, do ponto de vista económico, os diferentes sectores produtivos.

Os propósitos socioeconómicos de Henriques Nogueira visavam, é certo, possibilidades pouco viáveis no Portugal oitocentista dos anos 50 mas pretendiam ser, em todo o caso, uma resposta aos problemas do pauperismo, do desemprego, do acréscimo de natalidade num país em que a desmontagem das estruturas da sociedade tradicional, do morgadio e da propriedade vinculada encontravam persistentes obstáculos. A sua ideia de *associação* não comportava, em todo o caso, qualquer reivindicação radical. A defesa da propriedade⁴³ fica reiterada quando parte do princípio de que economia é o produto não consumido do trabalho ou da renda “enquanto mãe das riquezas, tanto para os que tem mais como para os que tem menos”⁴⁴. Na expectativa optimista da libertação de encargos que oneravam a agricultura, Henriques Nogueira não se esquecerá, a este propósito,

⁴¹ Ver Silvestre Pinheiro Ferreira, *Das Reformas na Administração da Fazenda Pública (1846)*, in *Textos escolhidos de Economia Política e Social (1813-1851)*, Lisboa, Banco de Portugal, 1996, pp. 287-301.

⁴² *O.C.I.*, p. 70.

⁴³ Ver *supra* p. 5.

⁴⁴ *Idem*, p. 155. O ponto de partida agrarista de reflexão social do económico em Henriques Nogueira é inquestionável. Neste proprietário agrícola estremenho, natural de Dois Portos (Torres Vedras), autor de uma *Sinopse bibliográfico-agrícola de Portugal*, inserta num dos *Almanaques do Agricultor* está muito presente o pendor fisiocrático “eclectico” que vem das *Memórias Económicas da Academia das Ciências*, passa pela reflexão jurídico- económica de Joaquim José Rodrigues de Brito, pelo Vintismo e pela actividade publicística de contemporâneos de Nogueira como é o caso do Visconde de Vilarinho de S. Romão (1785-1863) e de José Maria Grande (1799-1857). Henriques Nogueira, inspirado em publicações europeias do género do *Farmer's Almanach* ou do *Almanaque du Cultivateur*, insere-se numa linha de divulgação de conhecimentos agrícolas que se intensifica ao longo da segunda metade do século XIX. Todavia, este labor publicístico vem acompanhado, em Nogueira, por mais fundas preocupações. Nos *Estudos*, em capítulo tutelado por epígrafe extraída de *A Felicidade pela Agricultura*, de António Feliciano de Castilho afirma peremptoriamente que “somos, e ainda bem que assim é, um povo essencialmente agrícola” (*Idem*, p. 79) e a base para a “prosperidade da indústria fabril e o engrandecimento do comércio” (*Idem*, p. 80).

de reiterar o lado positivo das medidas reformadoras de Mousinho da Silveira que importava concretizar.

A intensificação da agricultura⁴⁵ deveria estar ligada à indústria, quer no que respeita à utilização de matérias-primas, quer no que respeita ao consumo, vindo o comércio, por seu turno, a estabelecer o valor do produto agrícola e fabril sem esquecer os entraves estruturais persistentes no âmbito do comércio interno e/ou externo. Também aqui, é o princípio e a prática associacionista possível que deverá viabilizar o circuito mais adequado entre a produção agrícola a sua comercialização:

“Associe-se quanto possível o produtor e o comerciante, em pequenas e grandes companhias sem nenhuma espécie de privilégio. Não só por este meio os lucros reverterem em maior quantidade a favor da indústria, mas também, os produtores se livram da opressão e frequentes quebras dos negociantes. Talvez o crédito dos nossos géneros, da vinha, sobretudo, ganhasse em que os próprios lavradores fossem os comerciantes”⁴⁶.

Em conclusão, Henriques Nogueira propõe uma lógica associacionista para a dinamização do tecido económico que, por volta de 1850, se revia numa estrutura, predominantemente agrária, de imprevisível industrialização e, quanto ao comércio, de feição marcadamente dispersiva com a plena consciência dos obstáculos aos seus *quisera* agravados que estavam por uma conjuntura política que não se vislumbrava promissora:

“A Regeneração, amálgama de diversas parcialidades e resultante de forças opostas, não tem pensamento político nem economia de um certo alcance. Daqui derivam, principalmente, os seus desacertos e a quase esterilidade da sua passagem no regimen do País. A Regeneração, mostra veleidades reformadoras, que pretende tocar em tudo e apenas agita a superfície do profundo lago dos abusos. É que lhe falta o arrojo, o desprendimento a consciência da própria força, a sinceridade de vistas, que são essenciais a um governo verdadeiramente reformador” (...) ” Entretanto, à falta de outros merecimentos a Regeneração possui em subido grau o instinto da conservação e a esse instinto sacrifica tudo o mais, incluindo os seus mesmos projectos”⁴⁷.

Parecia estar muito longe a *República* e o *Socialismo* – sonho de muitos dos que na Europa do meio século de Oitocentos assumiram as suas convicções

⁴⁵ *Idem*, pp. 80-81.

⁴⁶ *Idem*, p. 91.

⁴⁷ *Idem*, III, p. 120. Trata-se de uma passagem de um artigo publicado, em 1856, no jornal *O Progresso* (3.ª série).

e projectos. Antero de Quental, nas páginas de *O Operário*, de 30 de Maio de 1880, num artigo dedicado a António Pedro Lopes de Mendonça (onde lembra Lamartine, Arago, Hugo, e muitos outros que acima mencionei), tenta compreender a geração romântica de que Henriques Nogueira participa “mais entusiasta que reflectida, poética e facilmente crente”⁴⁸ que viu os seus sonhos tornarem-se pesadelos. Mas, em todo o caso, o generoso exemplo, na avaliação final de Antero, parecia representar um ponto de referência para as soluções a prazo que, como sabemos, teriam desfechos muito mais problemáticos do que a sincera crença do poeta micaelense sugere:

“O espírito inexorável da guerra social soprou sobre a Europa e é para guerra que caminhamos, é só pela guerra que será cortado o nó dos problemas que a mão suave da fraternidade não vingou desatar. A revolução socialista, que se aproxima, não será uma poética mascarada republicana como a revolução de 1848, mas uma séria tragédia histórica. As classes não se convertem: podem morrer, mas morrem impenitentes”⁴⁹.

⁴⁸ Antero de Quental, *Prosas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, vol. II, p. 303.

⁴⁹ *Idem*, p. 305.

EMÍLIO COSTA E A REPÚBLICA

António Ventura*

O nome de Emílio Costa pouco dirá, hoje em dia, aos estudiosos da Primeira República e do movimento republicano em Portugal, mas, nos anos que antecederam a mudança de regime, ele foi um dos mais categorizados propagandistas inseridos no chamado «anarquismo intervencionista», isto é, naquele corrente do movimento libertário luso que, sem abdicar dos seus ideais último de construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados, considerava que a República representaria uma evolução positiva na senda do progresso e da justiça social. Por isso mesmo, contrariando um dos princípios básicos do anarquismo, não enjeitavam a luta política. Convergiam tacticamente com os republicanos, mas não se confundiam com eles. A proclamação da República seria uma etapa, enquanto para os republicanos ela seria o fim último.

Nesta nossa comunicação analisaremos apenas as ideias de Emílio Costa expostas entre 1902 e 1903, remetendo o leitor interessado para um estudo mais aprofundado que publicámos há anos¹.

O periódico onde o autor em apreço expôs inicialmente as suas ideias políticas e sociais foi o semanário portalegrense *O Amigo do Povo* (1901–1903) O Partido Republicano não era hostilizado nas suas páginas, mas a atitude demonstrada para com ele estava longe do aplauso incondicional. Considerava frustradas as esperanças depositadas no congresso de Coimbra, em 1902. Em vésperas do início dos trabalhos, Emílio Costa escrevia: «Os nossos votos são para que o partido revolucionário tire mais alguns resultados do que dos outros congressos tem tirado (...). Aguardemos as resoluções do congresso com o maior desejo de as aplaudir, o que faremos se assim for de justiça»². Mas não foi. A divulgação dos

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹ António Ventura, *Entre a República e a Acrácia. O Pensamento e a Acção de Emílio Costa (1897 – 1914)*, Lisboa, Colibri, 1944, 318 p.

² Demétrio, «Congresso Republicano», *O Amigo do Povo*, nº 4, de 5 de Janeiro de 1902, p. 2.

resultados do conclave, que aprovou a nova lei orgânica do PRP, causou profundo desapontamento. Emílio escrevia a propósito: «A única coisa que os verdadeiros democratas têm a fazer, é supor a não existência de semelhante organização do Partido Republicano, e trabalhar revolucionária e conscientemente para a queda definitiva do regime actual, substituindo-o por outro que possa oferecer mais garantias de expansão às ideias puramente sociais, do que aquela que os magnatas politiquieiros do republicanismo sem ideais nos vêm magnanimamente conceder, como uma esmola dada regamente: de coroa e manto de arminho³. Esta é, sem dúvida, uma posição intervencionista, mas com uma demarcação nítida face à direcção do PRP, acusada de falta de firmeza perante o regime, nomeadamente durante a discussão do Convénio – «O Partido Republicano exceptuando individualidades que não se aproveitam dele – tem enganado o povo»⁴. A distinção entre «personalidades honestas» e estrutura partidária não deixa de ser interessante. Aí residia a razão do elogio de João de Meneses, a inclusão de artigos de João Chagas e de Heliodoro Salgado. *O Amigo do Povo* caminhava paralelamente ao PRP, censurando o que lhe parecia negativo e apoiando o que entendia ser meritório. Havia uma identidade de opiniões entre *O Amigo do Povo* e a Federação Socialista Livre, uma organização animada por socialistas e anarquistas intervencionistas, embora aquele se mostrasse menos seguidista em relação aos republicanos. Em 1903, face, por um lado, à discussão da orientação do Partido Republicano iniciada pelo jornal de Coimbra *A Resistência* e, por outro, perante o debate que na imprensa operária se travava em torno do intervencionismo, *O Amigo do Povo* publicava uma pequena nota do seguinte teor: «Nós, que não pertencemos ao número dos que julgam inútil uma mudança de instituições, que olham com indiferença a queda da Monarquia e o estabelecimento da República, apoiaremos os republicanos, sempre que se trate do ataque ao inimigo comum, a Monarquia»⁵. E prometia abordar o problema em breve e detalhadamente nas páginas do jornal. No número seguinte, Emílio Costa desenvolvia o seu pensamento, analisando as diferentes posições em confronto, dos socialistas autoritários e dos libertários face aos republicanos. Reconhecia que em ambos os campos se debatiam duas correntes, a abstencionista na luta pela República, e outra, onde ele próprio parcialmente se integrava, que aceitava uma colaboração com os republicanos, mas não a qualquer preço – «A queda da Monarquia é condição

³ Demétrio, «Congresso Republicano», *O Amigo do Povo*, nº 6, de 19 de Janeiro de 1902, p. 1.

⁴ Demétrio, «Os Salvadores», *O Amigo do Povo*, nº 27, de 15 de Junho de 1902, p. 1.

⁵ «República», *O Amigo do Povo*, nº 54, de 31 de Dezembro de 1902, p.1.

indispensável para o progresso do povo português; com a continuação do regime autocrático-oligárquico que nos governa, só podem continuar os desastres de que o povo é vítima; o reconhecimento desta verdade é o reconhecimento da necessidade de actuar o mais energicamente possível, para a constituição de um regime melhor»⁶.

No entanto, a série de artigos que o autor prometia não continuou, quedando-se pelo primeiro. Aquele texto fora publicado no nº 55, de 11 de Janeiro de 1903, num momento em que, desde o nº 51, já eram visíveis dificuldades na publicação do semanário. O nº 53 saiu a 21 de Dezembro de 1902 e não a 18 como devia. O nº 55 sofreu um atraso de 3 dias, o mesmo sucedendo ao seguinte. Os intervalos passaram a ser de 11 dias. O nº 59 era publicado 15 dias depois do anterior. No derradeiro número, informavam-se os leitores de que «nº 62 deste jornal publicar-se-á no dia 25 do corrente» 66, o que não veio a suceder.

Em Junho de 1903, três meses após o desaparecimento de *O Amigo do Povo*, saía o livro *É Precisa a República?*, de Emílio Costa⁷, o maior contributo teórico produzido no âmbito do debate entre anarquistas intervencionistas e anti-intervencionistas. O livro sintetiza o pensamento de muitos integrantes daquela primeira corrente, mas, acima de tudo, do próprio autor, que partia de um tema largamente cultivado desde as últimas décadas de oitocentos – a decadência de Portugal. Esse estado de debilidade geral da sociedade e da nação influenciava os próprios governos, mesmo aqueles que o vulgo rotulava de tirânicos. E, que, em sua opinião, «eles não passam de medíocres tiranetes de comédia, que ao menor protesto sério cairão com uma facilidade que há-de causar espanto aos que os tinham na conta de tiranos a valer» (p. 2). Esta descrição antecipada do 5 de Outubro, sete anos antes da sua ocorrência, não deixa de ser curiosa. No Capítulo I, «A República impõe-se», o autor fez uma exaustiva análise da vida portuguesa, com aquele título como corolário lógico. O maior mal nacional era o alheamento – «à grande massa da população é-lhe absolutamente indifferente que os negócios públicos corram desta ou doutra maneira». O português insensibilizou-se e afastou-se da política como «se fugia da peste»; não atacava o mal – afastava-se dele. Errado seria culpabilizar a política em geral – como muitos anarquistas faziam – desprezando-a, mas era igualmente errado sobrevalorizar as questões políticas. A realidade não podia, porém, ser ignorada: «enquanto

⁶ Demétrio, «A República», *O Amigo do Povo*, nº 56, 21 de Janeiro de 1903, p. 2.

⁷ Emílio Costa, *É Precisa a República?* Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1903, 104 p.

existirem governos – o que há-de acontecer durante muitas gerações ainda – a política há-de existir». Mas havia que considerar que a situação diferia de país para país, pelo que não existiam fórmulas universais. O maior perigo continuava a ser o desalento – «de descrentes estão sempre cheias as épocas de decadência, principalmente dos descrentes que nunca acreditaram em coisa alguma» (p. 10). Para encontrar as raízes históricas da nossa decadência – viagem que outros autores precedentes, como Antero ou Oliveira Martins, já tinham efectuado – Costa socorreu-se precisamente daquele último, mas também de Teófilo Braga, concluindo que tudo quanto a nação tem sofrido se devia, no essencial, a “três grandes desastres de que foram responsáveis D. Manuel e D. João III, a saber – a expulsão dos judeus, o estabelecimento da Inquisição e a introdução da Companhia de Jesus. Até então, «o povo é grande com os reis; Costa chegava mesmo a elogiar a acção inteligente e honesta dos dirigentes até D. João I». Depois, tudo se agravou, com raras excepções. Castelo Melhor e Pombal «são dois homens de valor (...) porque dois reis fracos se lhes entregaram nas mãos» (p. 15). A dinastia de Bragança, considerava-a a pior de todas, citando a propósito o célebre discurso de Guerra Junqueiro no comício de 27 de Julho de 1897, em Lisboa, promovido pelo Grupo Republicano de Estudos Sociais. Apenas uma ressalva positiva para D. Pedro V, com o comentário – «se é bom vive pouco». Tudo isso gera um povo sem capacidade criadora, meramente «reprodutor de ideias assimiladas com a facilidade de quem não tem ideias próprias».

Emílio Costa criticava o liberalismo monárquico, em especial o centralismo que caracterizou a vida nacional depois de Evoramonte – «era indispensável absorver, centralizar todos os poderes, todas as atribuições de importância, para acostumar o povo a ver no governo central o único dispensador de benefícios, o senhor supremo sem o qual nada se pode conseguir (...). Era preciso habituar o povo a recorrer ao poder central» (p. 17). Esta opinião, quanto ao carácter perverso da centralização, irá mantê-la no futuro, não poupando a República quando ela enveredou por um caminho, não de ruptura com o passado liberal, mas de continuidade. Emílio Costa sempre apoiou as iniciativas locais, as ligas regionais, como a Liga Alentejana, assumindo o estatuto de homem da província.

Antero era outro dos autores trazidos à colação a propósito da decadência nacional, também evidente no campo das letras e das artes. Mesmo países como a Turquia e a Rússia estariam, em seu entender, numa situação moralmente superior à nossa, apontando como exemplos as figuras da história pátria que considerava exemplares – Camões e Nun’Álvares. A proximidade do abismo poderia ter um

efeito positivo, possibilitando um ponto de viragem – «quando um povo chega ao estado de indiferença, de inconsciência em que o povo português se encontra, entra-se na fase revolucionária, na acção enérgica para o salvar». Mas essa salvação passaria pela implantação da República? Não necessariamente. Neste ponto, Costa aproximava-se de alguns socialistas, como Antero, para quem a questão do regime não era relevante. A Monarquia mostrara-se inoperante, incapaz de melhorar a situação do país, sobretudo no plano moral, o que gerou uma completa incompatibilidade entre o quadro institucional vigente e a possibilidade de uma administração séria e honesta das coisas públicas sob aquele regime. «Se à monarquia (...) fosse possível transformar-se (...), bem dispensável se tornava a mudança de regime» (p. 27). Mas, tal não sucedeu. «Ou se faz a República em pouco tempo (...) ou o povo português deixará de ser um colaborador autónomo e consciente da grande civilização universal. A República impõe-se». Respondia assim à pergunta que escolhera para título do livro.

Tinha como inevitável que «a revolta há-de fatalmente surgir; mas ela seria dirigida pelo PRP? O partido representaria todos os republicanos? Estas questões foram analisadas no Capítulo 11, intitulado «Os Republicanos Portugueses». Impiedoso perante o regime, Emílio Costa não o foi menos face ao Partido Republicano, censurando-lhe o profundo silêncio que guardava sobre muitas questões públicas essenciais e o facto de não ser constituído por «homens que o país reconheça aparte 4 ou 5 pessoas da velha guarda) como capazes de o salvar» (p. 32). O recuo do PRP afigurava-se-lhe claro – «a evolução das ideias republicanas parece ter-se feito pela ordem natural da marcha do caranguejo» –, historiando as razões desse retrocesso – o 31 de Janeiro, o exílio e a prisão dos principais dirigentes. Distinguia o PRP dos republicanos, porque «republicanos de que ninguém duvida que sejam elementos de primeira ordem sob todos os pontos de vista, nada querem em geral com o partido». Uma das soluções para ultrapassar a crise seria a discussão interna – acusava o partido de falta de debate de ideias e uma depuração geral – «cortar e queimar à larga onde e quando for preciso» (p. 34). O PRP não era transparente no seu funcionamento interno – «como é que um partido que se diz do povo e para o povo, procede para com ele usando os mesmos mistérios de que se revestem os monárquicos?». Mais ainda – o PRP era incapaz de apresentar um programa governativo credível. A única excepção nesse panorama catastrófico fora a constituição do Grupo Republicano de Estudos Sociais, que, como vimos, coincidiu com o despertar de Emílio Costa para a política. Mas o GRES falhou porque era «um agrupamento de homens

verdadeiramente aristocrático, ainda que da aristocracia de papel selado». Os protestos e as promessas do Partido Republicano serviam, afinal, para mascarar uma triste realidade – o PRP existia apenas de nome, não estava organizado, era incapaz de sustentar a mais pequena luta, descurava completamente os meios de propaganda. Condicionado desta maneira, o que podia o povo esperar dele? Limitar-se-ia a assistir aos discursos demagógicos dos seus chefes «que lhes vêm repetir pela milésima vez que só o PR pode salvar a pátria?». E a adesão que por vezes se notava às iniciativas do partido, demonstraria que o povo apoiava as suas propostas? Emilio Costa pensava que não – «se o país parece estar republicano, é pelo ódio a homens que o exploram e não pelo amor à república, que não sabe o que é. Odeia-se a monarquia sem se amar a república, quando devia acontecer o contrário, se o povo estivesse civicamente educado pelos republicanos. Amar-se a república, sem se odiar a monarquia, porque as instituições não se odeiam» (p. 39).

No congresso republicano de Coimbra, realizado há ano e meio, repetiram-se «as mesmas tiradas patrióticas e democráticas». As reuniões periódicas realizadas pelo Partido Republicano eram pouco motivadoras. Nada produziam de concreto, revelavam-se estéreis. «Mil congressos que se promovam, hão-de ter os mesmos resultados, enquanto neles houver a preocupação de tratar exclusiva e rotineiramente de mera política partidária» (p. 40). Por outro lado, o PRP mostrava-se incapaz de aproveitar o descontentamento popular, como sucedera em 1901 com a onda anti-congreganista, «quando uma grande parte do país se encontrava, se não completamente revolucionado contra a permanência das congregações, pelo menos bastante interessado pelos acontecimentos» (p. 44). O mesmo aconteceu por ocasião do Convénio. Emilio Costa pormenorizava: «nunca faltaram os republicanos nas ocasiões em que a sua intervenção é necessária; quem nunca aparece é o PR». Esta distinção que o autor frequentemente fez entre republicanos e PRP revelava uma aversão visceral pela organização partidária, qualquer que ela fosse, posição que sempre conservará no futuro. Para ela, o «espírito de partido» era pernicioso e cerceador da liberdade individual; recusava o jugo partidário – «quem se sujeitar à disciplina partidária, quem seguir a sua orientação, está perdido. «Deixa de ser um homem e passa a ser uma máquina» (p. 47). Desvalorizava, por isso, os directórios e os partidos organizados, «onde existe a bestificante disciplina». Outra das consequências da vida partidária era a existência de direcções, onde o exercício do poder temperava os ânimos mais revolucionários – «parece condição fatal: em entrando para a direcção do partido,

qualquer bom republicano fica imediatamente atacado pelo mal da prudência e do estudo. Deixa de ser o mesmo; faz-se logo republicano, mas sem república, revolucionário, mas sem revolução» (p. 46). Esta situação consagrava um certo «revolucionarismo» folclórico, inofensivo, em última instância, para o poder. Era-se revolucionário «como se é habitué do S. Carlos». Conspirava-se, mas inocentemente, de modo a não se ser incomodado se o governo viesse a saber alguma coisa. «Contam-se aos milhares os revolucionários... que não querem a revolução». Mas será que Emílio Costa desprezava todo e qualquer tipo de estrutura organizativa? De modo nenhum. Defendia a existência de uma organização «entre homens conscientemente livres, que sabem por onde e para onde caminham, respondendo cada um pelo que faz», mas onde não existisse a disciplina de partido a que todos se devem submeter sob pena de, em caso contrário, serem tratados como rebeldes. Reconhecemos naquela definição os princípios que deram corpo à FSL, com uma grande coincidência de pontos de vista com os defendidos por José do Vale nos artigos publicados em 1902.

O caminho a seguir era a preparação do povo através da educação, mas, contrariamente àqueles que defendiam ser necessário instruir previamente as massas como condição para o advento da República, Emílio Costa manifesta-se favorável a uma acção revolucionária urgente – «é mais útil estabelecer primeiramente a república e educar-se depois o povo» (p. 48). Uma das consequências do enfraquecimento do PRP foi o crescimento, embora modesto, das correntes socialistas, tanto autoritária como libertária, não obstante os entraves levantados pelas autoridades. O republicanismo já tivera a sua época de propaganda. Agora era necessário passar a uma outra fase, revolucionária, para a qual o partido não estava preparado. Não esqueçamos que este livro foi escrito em 1903. Por isso mesmo, não deixa de ser esclarecedora a afirmação de Costa de que «o revolucionarismo secreto, a conspiração, há-de surgir fatalmente, como única solução de carácter prático, para a queda definitiva dum regime que nos esmaga, que nos rouba e que nos vende» (p. 52). De facto, sabemos como foi decisiva a acção da Carbonária Portuguesa a partir de 1907 nos preparativos revolucionários, bem como o papel fundamental que lhe coube no advento do novo regime.

Emílio Costa enunciava as características essenciais que deveriam, em sua opinião, nortear a futura República, a qual não podia ser, de modo nenhum, a mera substituição do rei por um presidente, objectivo secretamente acalentado por muitos pseudo-republicanos. Embora o PRP se conservasse silencioso quanto ao modelo a adoptar e o povo desconhecesse qual o seu projecto de administração

alternativo, ou se a futura República seria unitária ou federativa, Costa defendeu a construção de uma democracia orientada segundo as modernas correntes sociais, que preparasse o terreno para a edificação de «outros monumentos sociais mais elevados» (p. 55). Era um primeiro estádio. As instituições democráticas seriam evolutivas. Se permanecessem inalteráveis e não aceitassem as novas fórmulas sociais, acabariam por se tornar improgressivas e até reaccionárias. A futura República Portuguesa devia, quanto a ele, assentar em três pilares fundamentais. O primeiro era a descentralização administrativa, que permitiria ao novo regime destruir toda a obra centralizadora da monarquia, garantindo plena liberdade individual e uma grande autonomia às instituições locais. E apontava o mau exemplo da Espanha, onde as províncias mais ricas eram tradicionalmente prejudicadas pelo sistema centralista de Madrid, que vivia à custa delas. O modelo defendido para Portugal era o de uma República federalista, descentralizada, com amplo respeito pela autonomia regional.

O segundo vector que Costa tinha como essencial era a separação da Igreja e do Estado, preocupação que reflectia ainda os ecos do clima anticlerical vivido desde 1901, com a sobrevalorização do problema. O autor tornara-se prisioneiro do seu empenhamento pessoal naqueles eventos, ao afirmar que «a questão religiosa é ainda a que mais se impõe, de cuja solução dependem as questões política e económica» (p. 64). Este exagero do problema, tratado em algumas páginas, sintetiza-se na fórmula simplista e que contrasta com a generalidade do livro – «eliminar o padre é sanear o povo» (p. 67)... o terceiro ponto era uma consequência dos dois anteriores. Se as novas autoridades republicanas levassem a cabo a descentralização e resolvessem o problema religioso, elas não podiam deixar de atender à questão económica e social. Deviam assegurar plena liberdade de imprensa, de reunião e de ensino, auxiliando ao mesmo tempo as iniciativas individuais, mas com uma total liberdade de actuação. O Estado devia favorecer a criação de todas as instituições que trouxessem algum bem-estar à população, sem intervir no seu funcionamento. Limitar-se-ia a fazer despertar a iniciativa individual e, quando muito, a colaborar com ela. Mas logo que a sua acção se tornasse dispensável, o Estado devia retirar-se, sob pena de se converter num factor de estagnação: «Quanto menor é a intervenção do Estado na vida do indivíduo, isolado ou associado, maior é o bem-estar e o progresso dum povo» (p. 71).

O terceiro e último capítulo de *É Precisa a República?* intitula-se «Socialistas e Libertários». Nele se faz um completo ponto da situação em Portugal tanto do socialismo autoritário como do anarquismo, analisando o autor, ao mesmo

tempo, o evoluir das duas correntes e, dentro de cada uma, das sensibilidades intervencionistas. Para Emílio Costa, o maior obstáculo para o progresso de ambas era a monarquia e a repressão governamental, com todo o cortejo de restrições. Paralelamente, a Igreja Católica tentava aliciar o operariado com a criação de agremiações por ela influenciadas – «fundam asilos e associações para operários, onde lhes ensinam a repudiar os ideais que os companheiros lhes pregam» (pp. 76-77).

Embora fosse libertário, Emílio Costa reconhecia que todos tinham praticado erros, até semelhantes aos do regime, e o maior de todos era a aplicação em Portugal de ideias e princípios importados, transpostos mecanicamente para o nosso país como se se tratasse de receitas universais. A propaganda de um ideal fazia-se, normalmente, sem alterações de detalhes ou particularidades, como se as ideias socialistas e libertárias devessem ser propagadas em toda a sua pureza teórica, sem «adulterações», o que constituiria, em sua opinião, um erro, porque «não há doutrina alguma que produza os mesmos resultados em toda a parte» (p. 80). Emílio Costa passava depois em revista a situação do movimento operário europeu – Alemanha, Rússia, Inglaterra, Espanha, Itália e França – para pôr em relevo as diferentes características que apresentava em cada país. Quanto a Portugal, «quer-se impor a doutrina tal como foi importada, sem se atender à necessidade de coadunar a propaganda da ideia com a índole e as necessidades dos portugueses» (p. 82). Desta prática resultara a desarmonia entre propagandistas que defendiam a pureza do ideal e aqueles outros que, mais realistas, julgavam ser preciso transigir consoante as necessidades do país e as características do povo. Comparando as duas grandes correntes socialistas – autoritária e libertária – o autor verificava que a primeira se desenvolvera pouco em Portugal, o mesmo sucedendo com o individualismo de inspiração “stirneana”. Enquanto o libertarismo tinha feito visíveis progressos, o marxismo não avançava porque não se adaptou à índole portuguesa, estava em contradição com os costumes, com a vida do povo. Tudo isso agravado pelos sucessivos erros praticados pelos dirigentes socialistas, cujas ideias estariam mais de acordo com o espírito inglês ou alemão do que com o português, onde se tornava difícil entender os textos complexos, recheados de alusões económicas, dos teorizadores. Pelo contrário, o anarquismo era de fácil divulgação, mercê de uma linguagem simples e directa, resumindo Emílio Costa a situação de um modo elucidativo – «Em cada cem portugueses, dez compreendem melhor o Capital do que a Conquista do Pão; noventa preferem o livro de Kropotkine ao de Marx» (p. 88).

Os socialistas autoritários não entendiam que Portugal era um país essencialmente agrícola, descuravam a propaganda entre os camponeses, reduzindo-a aos centros urbanos industriais, do que resultava ter a ideia socialista medrado apenas numa minoria, «pois que, mesmo nos centros laborais, tem de se defrontar com os libertários que lhes estão a levar a melhor» (p. 89). Os acratas, em contrapartida, serão pródigos na propaganda nos campos e farão, mais tarde, abundante colheita, em especial no Alentejo e no Ribatejo. Outro erro dos socialistas era o desprezo pela propaganda feminista – «Portugal é o país da Europa onde a mulher se conserva mais afastada do movimento social» (p. 90). Quanto ao anarquismo, ele progredia, não obstante um certo refluxo registado em finais do século XIX em consequência da lei de 13 de Fevereiro de 1896. No entanto, Costa apontava um mal que afectava também os libertários – «a grande desunião que lavra entre uns e outros» (p. 92). O facto não era por si só negativo por serem normais as diferenças de opinião entre anarquistas que prezavam a liberdade. Mas elas tinham adquirido nos últimos tempos «um carácter tão acentuado que em lugar de, pelo combate de ideias, se fazer mais luz para todos, parece que as ideias se chocam para fazer perder a todos o bom senso que os devia harmonizar» (p. 93). O que mais os dividia era a acção política e, neste particular, Emílio Costa distinguia entre «questão política» e «questões políticas», não confundindo o grande problema social – a política – com as «manobras dos politiquieiros de eleições e nomeações, que é tudo o que há de mais reles na vida pública dum país» (p. 95). Quanto à posição a tomar face à República, Costa era bastante claro – «uma mudança de instituições políticas em Portugal, o estabelecimento duma democracia digna deste nome, é um enorme auxiliar de propagação da ideia libertária; (...) os libertários têm todo o interesse em que a revolução política republicana se faça, pelo que a devem apoiar no que puderem» (p. 96). Procedendo assim, os anarquistas agiam coerentemente – pugnando «por tudo que é progressivo na vida das sociedades, têm de defender as liberdades políticas já adquiridas, porque sabem que perdendo-se essas, muito mais dificilmente se adquirem outras que lhes são superiores» (p. 98). O gradualismo está bem presente nesta concepção de evolução da sociedade. Emílio Costa reconhecia que os libertários deviam trabalhar «para que a república se faça» não por uma questão de coerência de princípios, mas somente por uma questão de interesse. Quanto à forma como essa intervenção deveria ocorrer, não deixava margem para dúvidas – «Nada de questões partidárias (...), nada de eleições e de parlamentos (...). Os libertários não se unem, não se aliam com os republicanos. Cooperam

revolucionariamente na sua obra, sempre que se trate de atacar um inimigo comum (p. 99). Isto não significava quebra de princípios para os libertários que oferecessem cooperação nem para os republicanos que eventualmente a aceitassem. Uma república federativa, “que é a forma de constituição democrática que mais convém ao nosso país” (p. 100) traria vantagens para os anarquistas. Por isso, “em todas as questões fundamentais que se agitam na sociedade, devem os libertários intervir (...), devem servir a causa republicana, porque a república em Portugal é um passo dado no caminho da verdade e da justiça, um passo a mais no caminho da civilização» (p. 102).

Este livro reflecte uma posição bem marcada no tempo e teve uma ampla repercussão. Mas o autor não tomou directa e pessoalmente parte na polémica entre intervencionistas e anti-intervencionistas porque, quando o debate atingiu o auge, já se encontrava fora do nosso país, como veremos a seguir. No entanto, no decurso dessa disputa fratricida, apareceram esporadicamente algumas referências àquele estudo. Benjamim José Rebelo, por exemplo, num dos artigos que publicou em *A Obra*, depois de argumentar em defesa do intervencionismo, rematava: «Muitas outras considerações poderia citar, mas a pequenez do jornal não mo permite e elas poderão ser encontradas no livro *É Precisa a República?* do meu prestimoso camarada Emílio Costa, que com bastante proficiência trata este assunto»⁸73. Também no campo adverso o livro foi tomado como referência, mas negativa. Neno Vasco, que só marginalmente interveio na polémica, num artigo publicado no mesmo semanário; em Novembro de 1903, embora não o citasse explicitamente, mostrava surpresa perante certos argumentos intervencionistas; para ele, não havia grandes diferenças entre monárquicos e republicanos «tão bons são uns como os outros (...) acho simplesmente estranho – cada qual com a sua! – o facto de quem se proclama anarquista afirmar que, por exemplo, é necessária a república»⁹. A alusão ao livro é clara.

Este trabalho de Emílio Costa, publicado num momento de grande agitação nas hostes libertárias, constituiu um importantíssimo contributo, o mais conseguido, extenso e consequente de quantos foram produzidos pelos intervencionistas portugueses.

⁸ Benjamim José Rebelo, «Tribuna Livre. Reaccionarismo idealista», *A Obra*, nº 450, de 19 de Setembro de 1903, pp. 2 e 3.

⁹ Neno Vasco, «Questão de Método», *A Obra*, nº 450, de 19 de Setembro de 1903, p. 1.

ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA E A REPÚBLICA¹

Ernesto Castro Leal*

«Revolucionário dentro da monarquia, com o fim de a derrubar, proclamada a República, entrámos no caminho da evolução»

António José de Almeida,
«Interpelação parlamentar»,
Diário da Câmara dos Deputados (5 de Março de 1912)

«Estes anos de Presidência envelheceram-no. Está todo branco e trêpego, mãos como dois molhos de brócolos, desarticulados pela gota, e uma única preocupação teimando até ao fim – a política. Mas que distância deste António José ao outro da propaganda, confiado e romântico!...».

Raul Brandão,
Memórias. Vale de Josafat (1933)

«Oxalá que a todos os portugueses, correligionários ou não, admiradores do verbo inflamado do grande tribuno ou desprezadores do seu romantismo incorrigível, uma coisa fique da vida daquele insigne cidadão: o exemplo da sua impoluta honestidade».

«A figura de António José de Almeida»,
Era Nova (6 de Fevereiro de 1932)

1. Consideração inicial

A promoção política na vida portuguesa contemporânea revestiu formas diversas e longevidade de vária grandeza. Do fenómeno ocasional e circunscrito

¹ Este texto é o desenvolvimento pontual de uma conferência que proferi em Vila Nova de Famalicão, no dia 20 de Fevereiro de 2004, dentro do programa do *Ciclo – Os Presidentes da República*, coordenado cientificamente pelo Professor Doutor Norberto Ferreira da Cunha e organizado pelo Museu Bernardino Machado/Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Em Junho desse ano, seria publicado por Luís Reis Torgal, *António José de Almeida e a República. Discurso de uma vida ou vida de um discurso*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

a uma área de opinião pública até à expressão nacional de uma liderança política, existem, de facto, afirmações públicas distintas, mas algumas recobriram a dimensão categórica de *mito político*. Facilmente se reconhece no itinerário cívico e político de António José de Almeida a vivência de uma variante de promoção e afirmação de um ideário que implementará uma memória de exemplaridade junto de vasto segmento das ideias e das práticas políticas nacionais.

António José de Almeida nasceu em Vale da Vinha, freguesia de S. Pedro de Alva do concelho de Penacova, a 18 de Julho de 1866, e faleceu em Lisboa, a 31 de Outubro de 1929, no mesmo dia da morte do seu companheiro político José Relvas, quer na propaganda republicana, quer no Governo Provisório da I República Portuguesa. Após terminar o curso do ensino secundário no Liceu de Coimbra, frequentou a Universidade de Coimbra, primeiro na Faculdade de Matemática e Filosofia Natural, entre 1885 e 1889, não concluindo o curso, depois na Faculdade de Medicina, a partir de 1889, obtendo a grau de Bacharel em 30 de Julho de 1895, com a informação literária de Bom, 15 valores, e a classificação de distinto.

O percurso profissional de médico iniciou-se em Angola, a 23 de Março de 1896, vindo a fixar-se nesse mesmo ano até meados de 1903 em São Tomé, onde exerceu clínica e participou em campanhas públicas de assistência humanitária. Em 1902 fundou a associação humanitária *Pro Patria*, com o objectivo de repatriação e assistência médica a colonos necessitados. No Verão de 1903 deslocou-se a Paris para tomar contacto com as modernas práticas de tratamento das doenças tropicais, aí permanecendo nove meses, mas antes tinha viajado pela Itália, Bélgica e Holanda. Radicou-se em Lisboa a partir de meados de 1904, continuando a desenvolver a actividade clínica, apesar da prioridade que concedeu à acção política republicana.

2. Republicano radical: propaganda política e revolução

Com vinte e três anos, pertenceu à «*geração activa*» que se opôs ao «*Ultimatum*» inglês, sobressalto patriótico nacional iniciado no dia 11 de Janeiro de 1890², o qual, como escreveu o militante republicano João Chagas, despertara

² Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, pp. 34-41; Idem, «Opinião Pública na Província em 1890. Elementos de agitação e antropologia do português durante a crise do “*Ultimatum*” inglês», *Clio*, nova série, vol. 3, Lisboa, Edições Colibri/Centro de História da Universidade de Lisboa, 1998, pp. 39-57; Amadeu Carvalho Homem, «O “*Ultimatum*” Inglês de 1890 e a opinião pública», *Revista de História das Ideias*, vol. 14, Coimbra, 1992, pp. 281-296.

para a vida cívica muitas consciências, incluindo a dele – «golpe de paixão que me levou à política»³ –, com destaque para as actividades das juventudes académicas de Lisboa, Coimbra e Porto. Participante activo nesses protestos públicos, iniciou um percurso de dirigente associativo académico, vindo a ser um dos fundadores em 1891 da Federação Académica Portuguesa e um dos promotores da greve académica de 1892.

O momento primordial da projecção política e da glória republicana deste aluno já adulto do primeiro ano de Medicina aconteceu em 28 de Março de 1890, com a publicação do artigo «Bragança, o último», no jornal académico *O Ultimatum* (número programa), editado em Coimbra, que daria origem a um ressonante processo judicial⁴. A irreverência de opinião perante a Monarquia e o Rei D. Carlos, acusado de «larápio», «gatuno», «inteligência medíocre», «bruto» ou «pacóvio», chegaria ao ponto de sugerir que o melhor seria, «quando os canhões começarem aos urros e quando o sangue principiar a correr, metê-lo numa das gaiolas centrais do Jardim Zoológico, fazer-lhe aí uma cama de palha e deixá-lo ficar muito tranquilo e muito descansado», finalizando veementemente o artigo: «Mais tarde a História repetirá friamente, como um eco: Último animal de Bragança!...».

O processo judicial foi instruído por abuso de liberdade de imprensa contra António José de Almeida, mas também contra Afonso Augusto da Costa, estudante do segundo ano de Direito e autor do artigo «Federação Académica», publicado igualmente nesse periódico e considerado suspeito de conter injúrias ao sistema representativo constitucional, e contra Pedro Augusto Cardoso, proprietário da Tipografia Operária, onde tinha sido composto e impresso o referido periódico. Na audiência de julgamento, a defesa de António José de Almeida foi produzida pelo advogado republicano Manuel de Arriaga (primeiro Presidente da República eleito), que apresentou, como atenuantes, as «circunstâncias singularmente dolorosas em que se encontrava o país, logo após o *Ultimatum* da Inglaterra», a «violência com que foram violadas as liberdades públicas», o carácter puramente literário e doutrinário do artigo, a ausência de intenção de causar dano e de injuriar ou o seu excelente comportamento como estudante e como cidadão.

³ João Chagas, *Trabalhos Forçados*, edição definitiva [1.ª ed., 1900], vol. III, Lisboa, Livraria Aillaud e Bertrand, 1927, pp. 224-228.

⁴ Para acompanhar o artigo de António José de Almeida, a defesa produzida pelo advogado Manuel de Arriaga, a sentença pronunciada pelo juiz Francisco de Assis Caldeira de Queiroz e o artigo solidário do deputado republicano José Maria Latino Coelho, cf. António José de Almeida, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. I, Lisboa, J. Rodrigues & C.ª, 1933, pp. 35-52.

A sentença de 25 de Junho de 1890, evocando algumas atenuantes importantes que a defesa apresentou, condenou-o na pena de três meses de prisão correcional em Coimbra, lavrando-se algo de bastante original num acto jurídico: «[...] o R. [Réu] foi alcançado pela nevrose que acometeu por ocasião do *ultimatum* inglês grande parte do nosso povo, e a que as grandes colectividades estão por vezes também sujeitas, desnordeado no meio da excitação pública que se traduziu em paroxismos de irritação patriótica, em cóleras desvairadas, em ódios sem objecto definido, perdeu transitoriamente o equilíbrio das suas faculdades e se achou colocado num estado de espírito perfeitamente anormal [...]»⁵.

Na reacção pública à sentença, através do panfleto *Palavras de um intransigente*⁶, António José de Almeida confirmava as apreciações feitas sobre o Rei, redigidas com «firme tranquilidade», e insistia no diagnóstico de profunda crise nacional, do «nosso organismo enfraquecido e gasto, onde o temor habita», exclamando: «Vasco da Gama! Albuquerque! Camões!... Nada temos com eles. O povo que eles simbolizam perante a História há muito que morreu. Não somos mais que um rebanho de cordeiros que usufrui o espólio de um leão ou o peito doente onde já não pulsa um coração heróico. Que desgraçados nós somos!...»⁷. A resposta encontrava-a na urgência redentora da República em Portugal.

A sua acção política inicial enraizou-se nessa mobilização estudantil de Coimbra contra o «*Ultimatum*», mas rapidamente se articulou com outros níveis da organização académica e das causas republicanas. Assim, participou no Congresso fundador da Federação Académica Portuguesa em 1890, esteve comprometido com a revolta republicana do Porto de 31 de Janeiro de 1891, promoveu com mais 45 estudantes⁸ a greve académica de Coimbra de Maio de 1892 e, em 15 de Janeiro de 1893, afirmava-se definitivamente na sua área política ao discursar no funeral do lente republicano de Coimbra, José Falcão, professor de Mecânica Celeste e Astronomia e autor da muito lida *Cartilha do Povo*. Surgia, nessa cerimónia, o orador eloquente e galvanizador, dimensão que o há-de caracterizar no

⁵ António José de Almeida, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. I, 1933, p. 45.

⁶ António José de Almeida, *Palavras de um intransigente. Aos patriotas, aos sinceros*, Coimbra, [Tipografia Operária], 1890. Este panfleto foi escrito na Cadeia de Coimbra e tem as datas de 1 e 4 de Julho de 1890, oferecendo o autor e o editor o produto líquido da venda à Filantrópica-Academia e ao Centro Eleitoral Republicano de Coimbra.

⁷ António José de Almeida, *Palavras de um intransigente*, p. 7.

⁸ De entre os 45 estudantes, ressalte-se, também, Afonso Costa, Paulo Falcão (filho de José Falcão) e João de Freitas (alunos de Direito), Pires de Carvalho (aluno de Medicina), Fernando Brederode, Alexandre Vasconcelos e Sá e Malva do Vale (alunos de Filosofia).

longo processo de desgaste político da Monarquia, construindo a característica dominante de «tribuno da República».

Cultivou também o publicismo, dirigido ora aos republicanos, ora a uma alargada opinião pública. Quase sempre de cariz radical, nesta primeira fase é de salientar a colaboração na *Via Latina* (1889), *O Ultimatum* (1890), *A República Portuguesa* (1890), de João Chagas, *O Alarime* (1891), de Pedro Cardoso, *O Raio* (1894), de João de Freitas e Carlos de Lemos ou na *Resistência* (1895), publicando nesta uma significativa série de artigos sob a denominação de «Diário de um rebelde». Este rebelde republicano acabaria o curso de Medicina em 1895, sendo-lhe oferecido a 31 de Julho desse ano, pela redacção da revista *Resistência*, um banquete de homenagem onde estiveram presentes, entre outros, os professores Guilherme Moreira e José Bruno Cabedo, Afonso Costa, Joaquim Martins de Carvalho, António Cerqueira Coimbra, José Bessa de Carvalho (representante do diário republicano portuense *A Voz Pública*) e muitos destacados republicanos da época.

De Paris, onde se encontrava em missão de estudo médico, enviou o importante artigo «Partido Republicano» para o diário *O Mundo*, que o publicaria em 21 de Novembro de 1903⁹. O Partido Republicano Português atravessava, nessa época, uma fase crítica a exigir reconstituição¹⁰ e António José de Almeida, adepto da metodologia revolucionária – simulando ser um *sans-culotte* luso –, nesse artigo, apontava a urgência de articular a «obra da propaganda» e a «obra da organização», operando-se uma rigorosa escolha dos dirigentes políticos republicanos, e expunha, desta maneira, a sua concepção de revolução: «Os velhos tempos passaram. A espada romântica que nos pendia da cinta, há muito que a transformámos na rude e pesada picareta, com que, na luz ou na treva, temos engrandecido o filão generoso do nosso credo. E o barrete frígio só dá valor a quem o leva, quando a cabeça que ele cobre tem ideias e ponderação».

Dois anos depois, num outro artigo, com o mesmo título de «Partido Republicano», publicado agora no diário *A Lucta*, em 14 de Janeiro de 1906, voltava a diagnosticar o «estado caótico» das estruturas partidárias republicanas e a propor a sua urgente reorganização que devia ser concluída num congresso partidário, advertindo, sem equívocos: «Deve considerar-se passado o tempo da declamação. Sendo preciso, sempre, instruir, educar, evangelizar, chegou o

⁹ António José de Almeida, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. I, 1933, pp. 79-86.

¹⁰ Amadeu Carvalho Homem, *A Propaganda Republicana (1870-1910)*, Coimbra, [Coimbra Editora], 1990, pp. 51-64.

momento de fazer mais alguma coisa. [...] bateu o minuto implacável em que é preciso sacudir as almas...»¹¹.

Em 1905, já radicado em Lisboa, será proposta a sua candidatura a deputado pelo círculo de Azambuja, mas não foi eleito. A partir de 1906 alargou a área de intervenção ao ser eleito deputado pelo círculo oriental de Lisboa. O agitador da *rua* tumultuosa e do jornal incendiário acrescentava, assim, a tribuna parlamentar como mais um palco de combate político. Norteou sempre a propaganda republicana por um convicto «plano moral», como observou o professor de Filosofia da Universidade de Coimbra, Joaquim de Carvalho.

A sua oratória parlamentar exprimiu-se, em parte, através das regras discursivas dos comícios – uma das grandes excepções foi o fundamentado discurso de resposta ao discurso da Coroa, proferido em 18 de Outubro de 1906 –, pois, como também nos comunicou Joaquim de Carvalho, «a eloquência de António José de Almeida foi acima de tudo lírica. Não hesitou nunca em patentear o seu “eu” profundo, e antes de conquistar as inteligências procurou sempre arrebatá-los os corações. As imagens poéticas inundam os seus discursos e panfletos de predicador; dir-se-ia um poeta, pelo apelo frequente à sensibilidade e pelo ritmo da linguagem [...]»¹².

Em 10 de Novembro de 1906, dentro da Câmara dos Deputados, em cima de uma das carteiras, clamou para os soldados, chamados a expulsar os deputados republicanos, a proclamação da República. Nas legislaturas de 1906-1907 e 1908 tratou como deputado algumas questões públicas essenciais: remuneração dos militares (23 de Novembro de 1906), liberdade de imprensa (14 de Janeiro de 1907), descanso semanal (1 de Fevereiro de 1907), saúde pública (26 de Fevereiro de 1907), greve académica nacional (9 de Abril de 1907), professorado do ensino primário (6 de Abril de 1907) ou a situação política, social e económica nacional (3 de Junho de 1908)¹³. Continuava, no entanto, a animar as concentrações do «povo republicano», ficando célebres os discursos proferidos no Bairro Andrade em Lisboa (actual zona dos Anjos) assim como os elogios fúnebres – depois do já referido a José Falcão – a Rafael Bordalo Pinheiro (1905) e a Cândido dos Reis e Miguel Bombarda (1910).

¹¹ António José de Almeida, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. I, 1933, pp. 111-116.

¹² Para uma análise da sua oratória política, cf. Prefácio de Joaquim de Carvalho (Coimbra, Dezembro de 1933), in António José de Almeida, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. II, 1933, pp. V-XVIII.

¹³ Este último discurso seria publicado por um grupo de republicanos, com distribuição gratuita – cf. António José de Almeida, *A monarquia «nova»*, Lisboa, [Tipografia Eduardo Rosa], 1908.

A dimensão pública de António José de Almeida como pedagogo cívico do ideal republicano, por via do texto jornalístico, do elogio fúnebre, do discurso em comício ou do discurso parlamentar, revelou um eficaz panfletário e tribuno profético, muito popular nas massas republicanas citadinas (particularmente de Lisboa) mas também respeitado junto das elites políticas do Partido Republicano Português e na classe política da época. Contribuiu também para a criação de algumas publicações pedagógicas, como, por exemplo, o *Boletim da Escola Livre* (Coimbra, 1907), dinamizado por Campos Lima, ou *A Higiene Popular* (Lisboa, 1909-1910), dirigida por D. António de Lencastre, Ricardo Jorge e Alfredo Luís Lopes, sem contudo ter publicado nelas qualquer artigo.

A prioridade educativa atribuída ao ensino primário, na linha dominante do pensamento pedagógico republicano, adquiriu grande exemplaridade com o longo discurso que proferiu na Câmara dos Deputados, em 6 de Abril de 1907, o qual, seria, durante muitos anos, «recordado» aos governantes da I República Portuguesa pelas associações de professores. Veja-se alguns excertos: «À monarquia convém a ignorância e o boçalismo do povo. Depois dos crimes que ela tem praticado, instruir o povo é o mesmo que incitá-lo a que se revolte [...]. É indispensável ir de antemão traçando o rumo que há-de seguir a Pátria Nova e esse rumo há-de ter por baliza capital a educação do povo [...]. O sr. João Franco disse que não dava aumento de ordenado, porque se os professores portugueses estão mal pagos, [...] os de Lisboa e Porto, no seu sapiente dizer podiam, nas horas vagas, dedicar-se a qualquer género de trabalho particular que lhes fosse remunerado e os da província, tendo em geral uma horta onde cultivam batatas, que continuassem nesse cultivo, que alguma coisa representa [...]. O desprezo da monarquia não significa o desprezo da nação. Pelo contrário, a Pátria, estando com todos os que trabalham, com maioria de razões se encontra identificada com os professores primários que, devendo já hoje ser um alento de propaganda para a transformação política, serão depois um formidável elemento de reconstituição nacional [...]»¹⁴.

Iniciado *maçon* por comunicação no ano de 1907, adoptou o nome simbólico de Álvaro Vaz de Almada (companheiro do Infante D. Pedro e com ele morrera na batalha de Albarrobeira) e filiou-se na célebre Loja «Montanha», n.º 214, de Lisboa, à qual também pertenciam Artur Luz de Almeida, fundador e venerável,

¹⁴ António José de Almeida, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. II, pp. 123-160.

ou António Machado Santos¹⁵. António José de Almeida foi eleito Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido para o triénio de 1929-1932, porém o seu grave estado de saúde impediu-o de tomar posse. Nas vésperas da revolução republicana de 5 de Outubro de 1910, fazia parte da Alta Venda da Carbonária Portuguesa – organização fundada por Luz de Almeida –, tendo sido eleito após o Congresso Republicano de Setúbal de 1909 para o *comité* civil revolucionário, ao lado de João Chagas e de Afonso Costa.

António José de Almeida envolveu-se no movimento revolucionário de 28 de Janeiro de 1908, planeado por republicanos e dissidentes progressistas, e por isso foi preso até 6 de Fevereiro seguinte. Em 10 de Fevereiro de 1910, fundou e dirigiu em Lisboa a revista *Alma Nacional*, que tinha Carlos Babo como secretário de redacção. A revista terminou publicação em 29 de Setembro desse ano, após a saída de 34 números, onde publicaram artigos destacados republicanos portugueses: António José de Almeida (34 artigos), Raul Proença (24 artigos), Tomás da Fonseca (13 artigos), Manuel de Sousa Pinto e A. de Matos Silveira (10 artigos cada um), Leão Azedo (7 artigos), António Ferrão (5 artigos), Basílio Teles e José Barbosa (4 artigos cada um), Guerra Junqueiro, Teófilo Braga, Miguel Bombarda, Aquilino Ribeiro, Emílio Costa e António Aurélio da Costa Ferreira (1 artigo cada um)¹⁶.

3. Republicano moderado: regime político e evolução

No Governo Provisório da I República Portuguesa ocupou o lugar central de Ministro do Interior, cabendo-lhe preparar o primeiro acto eleitoral do novo regime – foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo círculo de Lisboa oriental –, estabeleceu a semana obrigatória de seis dias e, como os serviços de Instrução Pública pertenciam a esse Ministério, influenciou algumas importantes reformas desse sector: a do Ensino Médico, em 22 de Fevereiro de 1911; a das Escolas Normais Superiores, em 21 de Março de 1911; a do Ensino Superior, criando a Universidade de Lisboa e a Universidade do Porto com novos planos de estudos, em 22 de Março de 1911; a da Instrução Infantil, Primária

¹⁵ A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Lisboa, Editorial Delta, 1986, vol. I, cols. 43-45, vol. II, cols. 1293-1295.

¹⁶ Fernando Piteira Santos, *Raul Proença e a «Alma Nacional». Da colaboração com António José de Almeida à ruptura*, Mem Martins, Publicações Europa-América, [s.d.].

e Normal, em 29 de Março de 1911; a da Constituição Universitária, em 19 de Abril de 1911, alargando a autonomia; ou a do Ensino Artístico, em 26 de Maio de 1911¹⁷.

O ideal pedagógico de António José de Almeida enraizava-se nos grandes princípios da cultura cívica republicana – alfabetização, laicismo, descentralização e autonomia individual –, colocando algumas reservas à «republicanização integral» do ensino, o que conduziu a um confronto político-pedagógico com João de Barros, então director-geral da Instrução Primária, que se demitiria do cargo a 13 de Março de 1911¹⁸. Valorizou a reforma do ensino médico, o que se compreende, dada a sua condição socioprofissional, e em 2003 dois proeminentes professores universitários e cientistas de Medicina, João Lobo Antunes e Manuel Sobrinho Simões, consideraram essa reforma «de tal modernidade que, sob muitos aspectos, se mantém actual um século depois [...]»¹⁹. Entre as novas disposições, encontramos as seguintes: uniformização do modelo das Faculdades de Medicina, curso único de seis anos e estágio de um ano, abolição do Curso de Preparatórios Médicos (substituído por Estudos de Física e Química Biológicas e Ciências Naturais), maior carga horária experimental em laboratórios, novas especialidades clínicas, obrigatoriedade de tese apenas para obter grau de doutor, reformulação da carreira docente.

Refira-se a circunstância de António José de Almeida tutelar politicamente um vasto sector de médicos civis, de médicos militares e de professores de Medicina, destacando-se alguns que, a partir de 1912, o acompanharam na elite política dirigente do Partido Republicano Evolucionista, mostrando o poder político dos

¹⁷ Cf. «Reorganização dos estudos médicos» (artigo de 24 de Fevereiro de 1911), «A reforma da instrução primária» (artigo de 30 de Março de 1911) e «A reforma universitária» (discurso na Assembleia Nacional Constituinte), in António José de Almeida, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. III, 1934, pp. 31-35, 53-65 e 73-87. Uma personalidade monárquica havia de valorizar o trabalho ministerial de António José de Almeida na área da Instrução Pública: «Quem quiser conhecer razoavelmente o que foi a anárquica vida do regime [republicano], no seu conjunto, durante a pouco mais do que a primeira década da sua existência, exceptuando o trabalho útil de Afonso Costa, nas Finanças, e o de António de José de Almeida, na Instrução, leia a obra de Jesús Pabón *A Revolução Portuguesa* e as honestas *Memórias* de Cunha Leal [...]» – cf. Luís Cabral de Moncada, *Memórias. Ao longo de uma vida. (Pessoas, factos, ideias)*, 1888-1974, [s.l.], Editorial Verbo, s.d. [1992], p.76.

¹⁸ Esta reforma teve de início a colaboração técnica do director-geral da Instrução Primária, João de Barros (com apoio de, entre outros, João de Deus Ramos e José Lopes de Oliveira), todos defensores intransigentes de uma «republicanização integral» – cf. *A pedagogia e o ideal republicano em João de Barros*. Selecção de textos de Maria Alice Reis, nota introdutória de Joaquim Romero Magalhães, Lisboa, Edições Terra Livre, 1979; Ernesto Castro Leal, «Almeida, António José de», e Alberto Filipe Araújo, «Barros, João de», *Dicionário de Educadores Portugueses* (direcção de António Nóvoa), Porto, Edições Asa, 2003, pp. 58-59, 138-145.

¹⁹ João Lobo Antunes e Manuel Sobrinho Simões, «Exigir, avaliar, distinguir, premiar», *Público*, Lisboa, 21 de Setembro de 2003, p. 11.

médicos, que se afirmava desde os finais do século XIX, dentro da divulgação do cientismo pelo republicanismo dominante no então Partido Republicano Português: Abílio Barreto, Adriano Pimenta, Alberto da Rocha Brito, Alexandre Vasconcelos e Sá, António Aurélio da Costa Ferreira, António Egas Moniz, Celestino de Almeida, Eduardo Alfredo de Sousa, Fernando Bissaya Barreto, José Alfredo Mendes de Magalhães, José Paulo Lobo, José Simões Raposo, Júlio Martins, Júlio de Lima Duque ou Leão Azedo.

Em 1911, aos 44 anos, casou catolicamente com D. Maria Joana de Moraes Queiroga, filha de um rico proprietário alentejano, e cada vez mais se sentia espiritualmente um «livre-pensador religioso» ou um «panteísta cristão», cultivando o espírito tolerante e tendo encontrado em S. Francisco de Assis uma referência essencial. Anos mais tarde, em Fevereiro de 1927, ditou, porque já não conseguia escrever, um texto sobre «S. Francisco de Assis», publicado postumamente em 1932 e que seria parte do seu livro *Em louvor de S. Francisco*, onde afirmava: «Toda a obra de proselitismo, de aliciação e de fé vale pelas ideias que são a sua essência, pelas circunstâncias que a determinam e pela força sugestiva do verbo que proclama. Esta verdade observa-se de uma maneira resplandescente na vida de S. Francisco de Assis. [...] proclamo o desejo de que o nome de S. Francisco de Assis seja eterno e eternamente glorificado, na memória agradecida dos homens»²⁰. Por pouco, anos antes, não seria linchado, em 20 de Outubro de 1911, no Rossio, em Lisboa, por um grupo de carbonários republicanos radicais, muito críticos da sua nova postura moderada e conciliadora: «Vi-o quase a ser morto pelos que na véspera o adoravam», recordou Raul Brandão²¹.

Momento decisivo para o desenvolvimento da ruptura entre as várias facções políticas dentro do Partido Republicano Português foi o da eleição do primeiro Presidente da República, Manuel de Arriaga (121 votos), no dia 24 de Agosto de 1911 (evocando a já longínqua revolução liberal portuguesa de 24 de Agosto de 1820), que tinha sido indicado por António José de Almeida e apoiado pela sua facção política e pelas facções políticas de Manuel de Brito Camacho e de António Machado Santos. Constituíram o Bloco, contra o outro candidato, Bernardino Machado (86 votos), apoiado pela facção política de Afonso Costa²².

²⁰ *Era Nova*, Lisboa, ano I, n.º 2, 6 de Fevereiro de 1932, p. 2.

²¹ Raul Brandão, *Memórias. Vale de Josafat*, vol. III, Lisboa, Perspectivas & Realidades, [s.d.], p. 47.

²² Para a evolução ideológico-política partidária, cf. Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

Entre 27 e 30 de Outubro seguinte reuniu-se o Congresso do Partido Republicano Português, em Lisboa, sendo eleito um Directório afecto aos amigos políticos de Afonso Costa, e confirmava-se o domínio partidário por essa facção política e o afastamento irreversível das facções políticas de António José de Almeida, de Manuel de Brito Camacho e de António Machado Santos, o que formalizou, na prática, o fim do *histórico* Partido Republicano Português, criado a partir de Congresso Republicano de Junho de 1883, realizado em Lisboa.

A convergência parlamentar dos *bloquistas*, que elegeu o Presidente da República, Manuel de Arriaga, evoluiu durante os meses de Setembro e Outubro de 1911, já sem o apoio da facção política de António Machado Santos, para uma aliança parlamentar nomeada de União Nacional Republicana, com programa político comum e alguma hesitação quanto à sua transformação em partido, vinda particularmente da facção política de Manuel de Brito Camacho. Apesar da promoção nacional de um amplo movimento de adesão e da estruturação de algumas comissões municipais e paroquiais, a União Nacional Republicana sobreviveu apenas entre Novembro de 1911 e Fevereiro de 1912, dando depois lugar à organização política separada das duas facções políticas.

A 15 de Fevereiro de 1912, na Câmara dos Deputados, António José de Almeida e Manuel de Brito Camacho reuniram-se e esclareceram que a União Nacional Republicana não representava a fusão das duas facções políticas, mas tão-só uma aliança parlamentar, aceitando António José de Almeida, transitoriamente, o *Programa da União [Nacional] Republicana*, que, de facto, era o programa da facção política de Manuel de Brito Camacho²³. Em resposta, António Aresta Branco, secretário da União e também co-autor do programa, enviou uma carta aos dois, demonstrando a sua mágoa²⁴. Estava criado o ambiente para a constituição autónoma dessas duas áreas políticas: a 24 de Fevereiro surgiu o Partido Republicano Evolucionista, de António José de Almeida, e a 26 de Fevereiro anunciou-se a União Republicana, de Manuel de Brito Camacho²⁵. Desse modo, se institucionalizava partidariamente as duas mais importantes dissidências oriundas do *histórico* Partido Republicano Português, as quais, nesta primeira fase do novo regime, não conseguiriam uma eficaz política de convergência.

²³ *A Lucta*, Lisboa, ano 7.º, n.º 2215, 17 de Fevereiro de 1912, p. 1.

²⁴ *A Lucta*, Lisboa, ano 7.º, n.º 2220, 22 de Fevereiro de 1912, p. 1.

²⁵ O nome idêntico deste novo partido político com o da anterior aliança parlamentar evidencia a sua autoria inicial na facção política de Manuel de Brito Camacho.

Em 1925 Manuel de Brito Camacho, aquando do anúncio aos seus eleitores do distrito de Beja da intenção de abandonar a actividade política, leu assim os tempos primordiais do regime republicano: «Como lutar eficazmente, no campo da legalidade, contra o despotismo do Partido Democrático, exercendo o Poder em monopólio de facto? Fundindo os dois outros partidos, o unionista e o evolucionista, fusão que nada teria de artificial ou de absurdo, visto ambos serem ou se dizerem conservadores [...]»²⁶. A fusão só surgiria em 1919 com o Partido Republicano Liberal, apesar da grande resistência feita pelo grupo evolucionista de Júlio Martins que constituiria em 1920 o Partido Republicano Popular.

O Partido Republicano Evolucionista prolongou a sua existência entre 1912 e 1919, realizando três Congressos partidários na cidade de Lisboa: Agosto de 1913, Abril de 1915 e Setembro/Outubro de 1919. Dispôs do jornal *República* (n.º 1, 15 de Janeiro de 1911), que prolongaria a sua existência até depois de 25 de Abril de 1974, como o mais importante órgão de imprensa e teve uma significativa rede de imprensa local e regional que lhe era afectada. Os *evolucionistas* ou *almeidistas* perfilhavam um método reformista e conciliador de transformação, revendo António José de Almeida a anterior colocação ideológica de pendor revolucionário, promoviam acções sobre a necessidade de corrigir o excessivo pendor parlamentarista, recusavam o radicalismo de algumas medidas do Governo Provisório (em particular o anticlericalismo radical), e promoviam a «política de atracção», com «selecção e subordinação» à República, daqueles que, por razões de Estado e guiados por uma ética de responsabilidade, apesar de não serem republicanos, se dispunham a uma colaboração institucional²⁷.

Sintomático é o artigo-programa «Paz», publicado no primeiro número do jornal *República*, em 15 de Janeiro de 1911, onde António José de Almeida afirmava que, para que a «República viva com serenidade e progrida na laboração pacífica do seu esforço revolucionário, é preciso que ela seja ordeira e conciliadora. No caso contrário, ela viverá, mas de uma vida exígua e estéril, e dentro da qual nem será possível o progresso nem será eficaz o trabalho [...]. Ser violento não custa coisa nenhuma. Basta para isso ter o temperamento impulsivo que dá a cegueira no ataque e a força bruta que efectiva os desmandos da agressão. Ser conciliador é mais difícil. Essa qualidade é já uma ciência alta das almas educadas na escola da solidariedade [...]»²⁸.

²⁶ *A Lucta*, Lisboa, 20.º ano, n.º 5486, 6 de Setembro de 1925, p. 1.

²⁷ Cf. «A aministia a crimes políticos» (discurso parlamentar de 5 de Março de 1912), in António José de Almeida, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. III, 1934, pp. 103-123.

²⁸ António José de Almeida, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. III, 1934, pp. 12-13.

Este ideário político seria reafirmado ao Presidente da República, Manuel de Arriaga, em resposta ao convite formulado a 6 de Dezembro de 1914 para o Partido Republicano Evolucionista colaborar num Ministério de «concentração republicana», respondendo a mais uma crise ministerial, com o objectivo de regular a intervenção na Primeira Guerra Mundial e realizar eleições legislativas: «O partido evolucionista [Partido Republicano Evolucionista] não pode nem deve partilhar do Governo, porque as suas ideias e os seus processos são quase radicalmente, e na maioria das questões que agitam a nossa vida política, diferentes das ideias e processos do partido democrático [Partido Republicano Português («Partido Democrático»)] e, sob vários aspectos, muito dissemelhantes dos do partido unionista [União Republicana]. [...] na questão externa, que a todos sobrepuja neste momento, os evolucionistas, susceptíveis de se entenderem com os democráticos, discrepam do modo de ver dos unionistas [...]. E, sob o ponto de vista interno, a diversidade de critérios dos três partidos é flagrante a vários respeitos como, por exemplo, sob o ponto de vista religioso [...], defendendo a reforma da lei da Separação, pois sem ela «não pode haver paz interna [...]»²⁹.

Entre os principais dirigentes evolucionistas, estiveram António José de Almeida (afastou-se gradualmente após 1915, deixando a direcção do diário *República*), Alfredo Pimenta (colaborador na redacção do programa, adere ao monarquismo em 1915), Alexandre Vasconcelos e Sá (líder do grupo parlamentar evolucionista, dissidente em 1917), Ângelo da Fonseca e Antero de Figueiredo (dissidentes em 1917), António Aurélio da Costa Ferreira, António Egas Moniz (dissidente em 1917), António Joaquim Granjo, Casimiro Rodrigues de Sá (padre de Paredes de Coura, dissidente em 1917), Celestino de Almeida, Constâncio de Oliveira, Eduardo Alfredo de Sousa, Eduardo de Almeida (dissidente em 1917), Fernando Bissaya Barreto, Francisco Couceiro da Costa, João de Freitas (morto pela população no Entroncamento, em 1915, depois de ter ferido a tiro João Chagas), Joaquim Pedro Martins (líder dos senadores evolucionistas), José Alfredo Mendes de Magalhães (dissidente em 1917), José Augusto Simas Machado (dissidente em 1917), José Perdigão, Júlio Martins, Manuel Maria Coelho, Vítor Macedo Pinto.

²⁹ Espólio Particular do Dr. Manuel de Arriaga, *Carta de António José de Almeida dirigida a Manuel de Arriaga, datada de 7 de Dezembro de 1914*. Agradece-se a cedência do documento no âmbito da preparação da minha intervenção no *Colóquio: O Tempo de Manuel de Arriaga*, organizado pela Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta e pelo Centro de História da Universidade de Lisboa (Lisboa, 24/26 de Setembro de 2003).

O *Programa do Partido Republicano Evolucionista*³⁰ desenvolvia-se ao longo de dez capítulos, intitulados, sucessivamente, de instrução e educação nacional, assistência pública, saúde e higiene públicas, economia nacional, finanças nacionais, revisão da Constituição, poder judicial, problema religioso, defesa nacional, problema colonial. Entre as reivindicações específicas estavam, entre outras, a revisão da «Lei da Separação do Estado das Igrejas» em sentido moderado, a implementação da reforma da instrução primária, a reforma tributária (taxas progressivas e degressivas), o alargamento do sufrágio, a descentralização administrativa, a organização do Senado com «representantes dos agrupamentos e interesses nacionais», a concessão ao Presidente da República do direito de dissolução do Congresso da República, em «determinadas condições, como garantia do sistema parlamentar»³¹, a organização de sindicatos operários ou o direito de voto às mulheres nas eleições administrativas.

O vimaranense Alfredo Pimenta fez parte da comissão encarregada de elaborar esse programa político, escrevendo um texto doutrinário de base, onde estavam sistematizadas algumas directrizes de correcção ao excessivo parlamentarismo republicano da Constituição de 1911, como, por exemplo, a eleição directa do Presidente da República, com mandato de dez anos, a independência do poder executivo face do poder legislativo ou as restrições das atribuições parlamentares quanto à discussão e votação das medidas propostas pelo poder executivo³², ideias políticas que não foram aprovadas pela maioria dos fundadores do Partido Republicano Evolucionista.

De entre os dois partidos republicanos moderados, o Partido Republicano Evolucionista foi a primeira força política de implantação nacional, entre 1912 e 1917, mas a sua representação parlamentar ficava a muita distância da do Par-

³⁰ *Programa do Partido Republicano Evolucionista. Aprovado pelo Congresso em 8 de Agosto de 1913*, Lisboa, [Tipografia José Assis & A. Coelho Dias], 1913.

³¹ Este será um tema recorrente no discurso dos partidos políticos e grupos políticos que criticavam o parlamentarismo republicano, com crescente audiência pública após o Sidonismo ou «República Nova». A revisão da Constituição de 1911, que a Lei n.º 891, de 22 de Setembro de 1919, consagrou, estipulava o direito do Presidente da República dissolver o Congresso da República. O n.º 10, do artigo 1.º, dessa Lei, determinava que ao Presidente da República competia «dissolver as Câmaras Legislativas quando assim o exigirem os superiores interesses da Pátria e da República, mediante prévia consulta do Conselho Parlamentar», novo organismo a ser criado com um máximo de dezoito membros, «de forma a nele serem representadas todas as correntes da opinião», sendo depois eleito pelo Congresso da República. O novo sistema nunca funcionou plenamente, assistindo-se a dissoluções parlamentares sem ter havido a consulta prévia ao Conselho Parlamentar, dado que este nunca verdadeiramente se constituiu – cf. Marcelo Rebelo de Sousa, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português. Dissertação de Doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas na Faculdade de Direito de Lisboa*, Braga, Livraria Cruz, 1983, pp. 222-223.

³² Alfredo Pimenta, «Um programa», *Política Portuguesa. Elementos para a solução da crise nacional*, Coimbra, Moura Marques, 1913, pp. 283-298.

tido Republicano Português («Partido Democrático») e com algum destaque em relação à da União Republicana. Veja-se a seguinte amostra, quanto ao número de deputados: em Outubro de 1911 (*PRP*-68; *PRE*-41; *UR*-36); em Dezembro de 1912 (*PRP*-60; *PRE*-34; *UR*-25); em Dezembro de 1913 (*PRP*-82; *PRE*-36; *UR*-25); em Junho de 1915 (*PRP*-106; *PRE*-26; *UR*-15)³³.

O artigo «O partido dos escândalos», escrito por Alfredo Pimenta contra o Partido Republicano Português («Partido Democrático») e publicado no jornal *República*, em 12 de Junho de 1914, abriria uma profunda crise nas relações entre António José de Almeida, líder dos evolucionistas, e Afonso Costa, líder dos democráticos³⁴, e marcaria o irreversível percurso de Alfredo Pimenta de afastamento do republicanismo, consagrado em Maio de 1915 com a adesão à Causa Monárquica. Nesse artigo, Alfredo Pimenta denunciava o «partido democrático» (leia-se, Partido Republicano Português) como «aquele que alberga todos os escândalos, e sobre que recaem todas as suspeitas», enumerando alguns casos: Ambaca, ópio, prescrições de S. Tomé, favorecimento político, venda do prédio Grandela ou violência pública.

O desenvolvimento da participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial fez com que esses dois líderes partidários se encontrassem novamente no Ministério da «União Sagrada» (15 de Março de 1916 a 25 de Abril de 1917), presidido por António José de Almeida (também Ministro das Colónias, coadjuvado pelo subsecretário de Estado das Colónias, Celestino de Almeida), com Afonso Costa em Ministro das Finanças (coadjuvado pelo subsecretário das Finanças, Artur de Almeida Ribeiro)³⁵. Ambos convergiram no esforço nacional de guerra, defendendo a participação de Portugal no teatro de operações europeu³⁶, atitude que veio a ser sujeita a grande debate na opinião pública portuguesa³⁷.

³³ A.H. de Oliveira Marques, *A 1.ª República Portuguesa (Alguns aspectos estruturais)*, 3.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1980, pp. 126-127.

³⁴ Para toda esta controvérsia, cf. António José de Almeida, *Uma pendência célebre*, Lisboa, Livraria Ventura Abrantes, 1914; Idem, *Por minha honra*, [Tipografia Minerva Central], 1914; Idem, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. III, 1934, pp. 129-145.

³⁵ Cf. «A União Sagrada» (declaração ministerial lida no Congresso da República, em 16 de Março de 1916) e «Ainda a União Sagrada» (discurso parlamentar de 20 de Maio de 1916), in António José de Almeida, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. III, 1934, pp. 231-250.

³⁶ Cf. «A intervenção de Portugal na Guerra de 1914» (discurso parlamentar de 23 de Novembro de 1914), com a proposta governamental para intervir militarmente, e «O estado de guerra entre Portugal e a Alemanha», in António José de Almeida, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. III, 1934, pp. 177-185 e 223-227.

³⁷ Para uma análise detalhada, cf. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Portugal e a Grande Guerra, 1914-1918*, Matosinhos, QuidNovi, 2010.

Guiado por um critério político de base contra as ditaduras militares, António José de Almeida adoptou obviamente uma posição política diferente perante o Governo extrapartidário e extraparlamentar do general Pimenta de Castro, que configurava uma ditadura administrativa³⁸, e perante a Ditadura pós-revolucionária (o Dezembrismo) do major-lente Sidónio Pais, que evoluiria, a partir de Abril de 1918, de forma bastante contraditória, para uma República presidencialista e autoritária (o Sidonismo ou «República Nova»), que já era, de acto, uma ditadura política³⁹. Quanto ao Governo de Pimenta de Castro, começou na expectativa e evoluiu para uma atitude de apoio crítico, recusando todos os procedimentos antiparlamentares e antirepublicanos praticados; quanto à «República Nova» sidonista, opôs-se frontalmente desde o início.

Apoiou em Julho de 1918 a formação da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, presidida por Anselmo Braamcamp Freire até à sua morte em 1921, vindo a ser seu presidente honorário entre 1919 e 1923, período durante o qual foi Presidente da República. A Cruzada, concebida como uma liga patriótica de elites centrais e notabilidades locais de origens ideológicas e espirituais diversas, propugnou, nesse tempo, pelo primado da moral na governação pública, pelo culto cívico e religioso a Nuno Álvares, pelo recentramento político moderado da República e pela constituição de um ministério extra-partidário, formado por especialistas competentes⁴⁰.

O político que se experimentou, desde a juventude universitária, na rua, no parlamento monárquico, nas organizações legais e clandestinas republicanas, no Governo Provisório, na direcção política do Partido Republicano Português e do Partido Republicano Evolucionista, que liderou, chegaria à Presidência da República através do acto eleitoral de 6 de Agosto de 1919, conseguindo, no 3.º escrutínio, 123 votos contra os 31 votos que recolheu Manuel Teixeira Gomes. Aí permaneceria, ininterruptamente, até que o acto eleitoral presidencial de 6

³⁸ Cf. «Vamos a ver» (artigo de 29 de Janeiro de 1915), «Reflexões» (artigo de 6 de Março de 1915) e «Na hora grave» (artigo de 26 de Maio de 1915), in António José de Almeida, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. III, 1934, pp. 187-191, 199-202 e 209-215.

³⁹ Cf. «Os presos políticos» (artigo de 9 de Março de 1918), in António José de Almeida, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. III, 1934, pp. 251-257. Cf. Armando Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

⁴⁰ Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999; para uma síntese, cf. Idem, «A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)», *Análise Social*, quarta série, vol. XXXIII, n.º 148, Lisboa, 1998, pp. 823-851.

de Agosto de 1923 deu a vitória, no 3.º escrutínio, a Manuel Teixeira Gomes (121 votos) contra Bernardino Machado (5 votos).

Os quatro anos de mandato (5 de Outubro de 1919 a 5 de Outubro de 1923) podem ser periodizados em dois momentos políticos. No primeiro biénio, ocorreu uma grande instabilidade política, tendo sido empossados catorze Governos, com um final trágico em torno dos acontecimentos de «A Noite Sangrenta» de 19 de Outubro de 1921, altura em que foram assassinados, entre outros, almirante António Machado Santos, advogado e presidente do Governo António Joaquim Granjo, capitão-de-mar-e-guerra José Carlos da Maia, capitão-de-fragata Carlos Freitas da Silva e coronel Alexandre Botelho de Vasconcelos. No segundo biénio, assistiu-se a alguma estabilidade política, com a posse de três Governos, todos presididos por António Maria da Silva. O Presidente da República usou duas vezes o direito de dissolução do Congresso da República, em Julho de 1921 e em Outubro de 1921.

Seria neste mandato que, pela primeira e única vez, ao longo da I República Portuguesa, se apurou, nas eleições legislativas de 10 de Julho de 1921, uma maioria parlamentar relativa de um partido que não o Partido Republicano Português («Partido Democrático»), apesar de ser muito reduzida para assegurar uma governabilidade estável – composição da Câmara dos Deputados: Partido Republicano Liberal (79 deputados), Partido Republicano Português (54 deputados), Partido Republicano de Reconstituição Nacional (12 deputados), Independentes (5 deputados), Monárquicos (4 deputados), Católicos (3 deputados), Dissidentes (3 deputados), Regionalistas (2 deputados) e Partido Republicano Popular (1 deputado); composição do Senado: Partido Republicano Liberal (32 senadores), Partido Republicano Português (22 senadores), Partido Republicano de Reconstituição Nacional (7 senadores), Independentes (6 senadores), Monárquicos (0 senador), Católicos (3 senadores), Dissidentes (1 senador), Regionalistas (0 senador) e Partido Republicano Popular (0 senador).

António José de Almeida cultivou uma postura de homem de Estado, prestigiando Portugal nas relações externas, e promoveu um clima de diálogo político tolerante e de pacificação institucional que encontraria alguns obstáculos e incompreensões. De entre os seus actos oficiais de maior simbolismo, devem referir-se os contactos com a Imprensa, no início e no fim do mandato, e com as Universidades, as recepções ao Rei Alberto da Bélgica e ao Príncipe do Mónaco, a cerimónia de tumulização dos Soldados Desconhecidos no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, a visita apoteótica aos Estados Unidos do Brasil

aquando das comemorações do I Centenário da Independência e da realização da Travessia Aérea do Atlântico Sul por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, e a imposição do barrete cardinalício ao Núncio Apostólico em Lisboa, acto este que assinalou definitivamente a vontade de uma relação cordial entre o Estado laico republicano e a Igreja Católica Romana⁴¹.

Durante as cerimónias em honra dos Soldados Desconhecidos, realizadas em Lisboa, no Palácio do Congresso da República, a 7 de Abril de 1921, o Presidente da República, António José de Almeida, aproveitou a ocasião para comunicar uma leitura redentorista da acção militar portuguesa durante a Primeira Guerra Mundial. Após declarar ter sido «sempre contra o messianismo político» e ter «em mínima conta as faculdades sobrenaturais dos grandes condutores de homens», não deixou também de promover a necessidade de um messianismo social como guia, «um messianismo triunfal e sadio, partindo da alma da Nação, intrinsecamente, fisiologicamente popular, incutindo fé, dando esperança, [...] cheio de complacência e de bravura, de heroísmo e de perdão [...]»⁴².

Parece ser bastante sintomático, para a percepção da autonomia e da pluralidade dos diferentes processos de legitimação simbólica, política e cultural, as posições que exprimiu nesse discurso em honra dos Soldados Desconhecidos – trasladados para o Mosteiro da Batalha dois dias depois, teriam a «Chama da Pátria» aí acesa permanentemente desde 9 de Abril de 1924 –, como se pode também verificar neste excerto discursivo:

«Mas se a escolha do átrio do Congresso, para exposição dos corpos dos heróis, foi acertada, a deliberação de os levar em definitivo para a Batalha traduz o melhor preito que à sua memória se podia prestar. O Mosteiro da Batalha é, conjuntamente, uma obra de poetas, de guerreiros e de crentes [...]. O crente católico pode ajoelhar e rezar, porque como casa de Deus, não a há mais pura e acarinhadora. Quem tiver outras crenças sentir-se-á comovido pelo aspecto imponente das naves, que proclamam grandeza, ou pela solidão enternecida dos claustros, que traduzem recolhimento, lenda, mistério, tudo envolvendo uma tradição que vem de longe [...]. Toda a gente lá pode entrar, toda, a principiar pela própria República-Regime, pela própria República-Estado, que, sem adoptar nenhuma confissão religiosa, mas respeitando todas as religiões, não pode deixar de sentir especiais deferências por aquela que,

⁴¹ Para o encontro com os discursos alusivos a todos estes acontecimentos, cf. António José de Almeida, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. IV, 1934. Para a reportagem da visita ao Brasil, cf. Luís Derouet, *Duas Pátrias: o que foi a visita do Sr. Dr. António José de Almeida ao Brasil*, Lisboa, Sociedade Editora O Mundo, 1923.

⁴² António José de Almeida, «Em Honra dos Heróis Desconhecidos», *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. IV, 1934, pp. 111-113.

além de ser a da grande maioria dos portugueses, tem por suprema divindade o mesmo Cristo que [...], não é só o Deus dos católicos, mas também, na História de Portugal, o companheiro de armas de Nun'Álvares [...]⁴³.

Após vinte anos de interrupção, na cerimónia diplomática de imposição do barrete cardinalício ao Nuncio Apostólico, agora na pessoa de Achilles Locatelli, no Palácio Nacional da Ajuda, a 3 de Janeiro de 1923, o Presidente António José de Almeida voltou a reafirmar a importância do catolicismo na sociedade portuguesa e na definição da identidade nacional, ressaltando o simbolismo da «Cruz de Cristo», presente nalguns momentos identitários da construção de Portugal, em terra, no mar e no ar:

«[...] a quase totalidade da Nação segue o credo católico e o Estado republicano, sem desdouro para os princípios neutrais, ou menoscabo das suas leis, já declarou um dia, por meu intermédio, e com aplauso unânime, na soleníssima cerimónia patriótica em honra dos Soldados Desconhecidos, que tem especiais deferências para com essa mesma religião, que é tradicionalmente a da grande maioria dos portugueses [...].

[...] os vossos votos para que este belo país conserve, conforme dizeis, a nobre característica cristã do seu carácter e do seu génio, terão fácil realização, porque, como sem esforço verificaís, os intuitos cristãos da grande massa dos portugueses são evidentes e tão assinalados que a cruz de Cristo aparece sempre com um prestígio a cada momento revigorado, através da sua história, ou nos épicos acontecimentos que determinaram a formação da nacionalidade, ou nos nossos famosos empreendimentos marítimos de há séculos, ou nos nossos magníficos feitos aéreos de há meses [...]⁴⁴.

Esta atitude inscrevia-se no arquétipo prometeico do humanismo laico republicano em busca do ideal do «homem novo», que incorporou a ritualização cívica sociolátrica aos «grandes homens» e aos «grandes acontecimentos», como prova a republicanização de Luís Vaz de Camões a partir do tricentenário da sua morte comemorado em 1880, o novo calendário de feriados civis oficiais da República (1 de Janeiro/Fraternidade Universal, 31 de Janeiro/Precursores e Mártires da República, 3 de Maio/Descobrimento do Brasil⁴⁵, 5 de Outubro/

⁴³ António José de Almeida, «Em Honra dos Heróis Desconhecidos», *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. IV, 1934, pp. 106 e 107.

⁴⁴ António José de Almeida, «A Imposição do Barrete Cardinalício ao Nuncio Apostólico», *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. IV, 1934, pp. 293 e 294.

⁴⁵ Uma tradição secular atribuía, erradamente, ainda em 1912, ao dia 3 de Maio, o dia do descobrimento do Brasil. Certo é que a famosa *Carta a el-rei dom Manuel sobre o achamento do Brasil*, de Pêro Vaz de Caminha, tem escrita a data final de 1 de Maio de 1500, e no dia seguinte a armada levantou ferro para Calecute e a nau de Gaspar de

Heróis da República, 1 de Dezembro/Autonomia da Pátria Portuguesa e 25 de Dezembro/Família), a panóplia discursiva patriótica sobre a Primeira Guerra Mundial ou a liturgia cívica e laicista aos Soldados Desconhecidos, que será recatolizada após a revolução de 28 de Maio de 1926⁴⁶.

Em Maio de 1925, António José de Almeida, no texto «Dois Protectores», publicado no órgão oficial da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, voltou a reflectir sobre a fundamentação heróica do destino português, colocando Nuno Álvares Pereira e Luís Vaz de Camões em lugar tutelar da Pátria: «Nun'Álvares e Camões são as mais altas expressões da nacionalidade portuguesa. Do primeiro se costuma dizer que ele é o nosso patrono; do segundo é uso afirmar-se que ele é o nosso próprio génio em incandescência eterna. Qual é o maior? Impossível sabê-lo. Sem Nun'Álvares não seríamos, talvez, portugueses. Sem Camões não seríamos como somos, no mundo, a mais surpreendente encarnação do verbo heróico [...]»⁴⁷.

A posição de António José de Almeida perante o movimento revolucionário republicano radical de 19 de Outubro de 1921, dirigido pelo coronel Manuel Maria Coelho, foi o acto político, enquanto Presidente da República, que gerou mais dúvidas e incompreensões, chegando a elaborar um projecto de renúncia presidencial dirigido ao Presidente do Congresso da República⁴⁸, inviabilizada pela viagem oficial ao Brasil. O problema colocava-se na legitimação constitucional do acto revolucionário outubrista, através do reconhecimento do novo Governo de Manuel Maria Coelho, após algumas hesitações iniciais, e na assinatura do decreto que adiava as eleições gerais marcadas para 11 de Dezembro de 1921.

Os assassinatos de «A Noite Sangrenta» do dia 19 de Outubro de 1921 mudaram a atitude política de António José de Almeida: «Corri ao telefone e

Lemos seguiu para Lisboa a dar notícia do feito. Apesar de ter sido publicada pela primeira vez, pelo Padre Manuel Aires Casal, na sua *Corographia Brasilica*, em 1817, de ter tido a 2.ª edição em 1826, no n.º III do tomo IV da *Colecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, publicada pela Academia Real das Ciências de Lisboa, e de ter várias outras edições no Brasil e em Portugal, continuava a persistir o erro nos inícios da I República Portuguesa.

⁴⁶ Amadeu Carvalho Homem, *A Ideia Republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989, pp. 171-206; Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1991, pp. 441-464; Ernesto Castro Leal, «Narrativas e Imaginários da 1.ª Grande Guerra. “O Soldado-Saudade” português nos “nevoeiros de morte”», *Revista de História das Ideias*, vol. 21, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, pp. 441-460.

⁴⁷ António José de Almeida, «Dois Protectores», *Revista Nacional*, Lisboa, ano I, n.º 1, 15 de Maio de 1925, p. 7.

⁴⁸ Para esta questão, cf. António José de Almeida, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. IV, 1934, pp. 129-207.

investi o cidadão Manuel Maria Coelho na presidência do Ministério, concedendo-lhe os poderes mais amplos e descricionários para que, sob a minha inteira responsabilidade, a ordem fosse, a todo o transe, mantida. Depois, a seguir, sem descansar, nomeei ministros e outras autoridades, pelo telefone, comuniquei com o Governo Civil, com a Guarda Republicana [...]. O coronel Manuel Maria Coelho, esse não desmentiu, na sua impetuosa, mas alevantada controvérsia do dia 19 [de Outubro de 1921], aquela linha de correcção que sempre caracterizou o modo de ser do bravo insurrecto de 31 de Janeiro [de 1891]. Que o saiba todo o mundo. Eu não me *verguei* aos homens; *quebrei* perante a brutal imposição dos acontecimentos [...]

⁴⁹

A viagem oficial ao Brasil em Setembro de 1922 e a cerimónia de imposição do barrete cardinalício ao Nuncio Apostólico, no Palácio da Ajuda, em Janeiro de 1923, representariam a consagração triunfal e definitiva do magistério presidencial de António José de Almeida. No dia 1 de Outubro de 1923, a quatro dias do final do mandato de Presidente da República, convocou a Imprensa ao Palácio Nacional de Belém e, no seu discurso, advertiu: «O mundo está passando por uma transformação prodigiosa e vai levado por um grande vento de incerteza e revolta. Mais do que nunca se pode dizer que quem tentar resistir aos seus movimentos, que trazem em si a força dos cataclismos, será derrubado ou pelo menos brutalmente envolvido por eles. Portugal não pode fugir a esse impulso vertiginoso e fatal. A sua transformação, ou melhor dizendo, a transfiguração do seu modo de ser político e social, que já se está fazendo bem perceptivelmente, entrará porventura dentro em pouco na sua fase decisiva.

Qual será a intensidade e a extensão dessa coisa formidável? Ninguém o pode saber [...]. Calculo que a nossa crise nacional, à semelhança das crises dos outros povos, vai ter o seu quê de tormentoso e dramático, embora tenha a certeza de que no fim há-de resultar benéfico para a causa da Liberdade e da Ordem [...]

⁵⁰

Enganar-se-ia, António José de Almeida, quanto ao benefício para a causa da Liberdade. Os três anos seguintes conduziram ao colapso da I República Portuguesa, donde surgiria, a partir da revolução de 28 de Maio de 1926, não a refundação da República, em sentido democrático, progressista e de competição pluripartidária, mas sim uma República autoritária, corporativa, conservadora e de partido único. A Ordem triunfaria, de facto, mas vertida em «ditadura institucio-

⁴⁹ António José de Almeida, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. IV, 1934, pp. 133-134.

⁵⁰ António José de Almeida, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. IV, 1934, pp. 310-311.

nalizada». Ora, como reflectiu Fernando Pessoa, nos anos 30 do século XX, uma «ditadura, apesar de ilegal, pode ser todavia justificada pelas circunstâncias, [...] somente quando não há escolha entre ela e a anarquia, existe, por isso mesmo, só para pôr fim a anarquia. O seu papel é portanto limitado à manutenção da ordem até que a anarquia desapareça; desaparecida esta, está findo o papel da ditadura» que é, «por assim dizer, a suspensão do legislativo pelo executivo; não é a *substituição* do executivo ao legislativo [...]»⁵¹.

O final de vida de António José de Almeida foi de grande sofrimento físico devido à gota. O seu jovem afilhado Alexandre Babo, filho do advogado Carlos Babo, que com ele conviveu nos dois anos anteriores à sua morte, deixou-nos um forte depoimento: «Cabelo e barba de uma brancura de neve, a maravilhosa cabeça expressando força, desassombro, inteligência, cabeça leonina de combatente, agora mais bela talvez, rosto corado pela febre e um olhar fascinante, misto de domínio e de ternura. Fui beijá-lo como antigamente. Ao segurar-me estremei. As suas mãos deformadas, contorcidas, dedos encurvados sem poder distender-se. Mostrou-mas com mágoa e revolta. A gota, disse. O pior não eram as mãos, mas as dores e a febre, anos seguidos, ali encafuado. Fiz esforços desesperados para não chorar, para não ser notado o meu desgosto. Sentei-me junto dele, falei, falei. A pouco e pouco habituava-me a encará-lo só como homem [...]»⁵².

Um dos últimos encontros, que António José de Almeida teve, foi com Raul Brandão, dois dias antes da morte, e que este anotou quando recebeu a notícia do seu falecimento: «Morreu hoje, 31 de Outubro [de 1929], às 2 e meia da manhã. Poucas horas antes ainda a gota o martirizou. Foi até ao último suspiro. Anteontem tinha ido procurá-lo. Esse homem, que conheci hercúleo e com uma voz forte e magnética, estava reduzido à múmia duma criança, com uma barbicha branca, e disse-me, num sopro: – Vou morrer. Irresistivelmente beijei-lhe as mãos. Desci as escadas. No patamar, ao abrir a porta, trocava duas palavras com o Carvalho Mourão, quando senti que alguém descia a toda a pressa. Voltei-me: era a mulher, que me disse: – Ouviu a sua voz e manda-lhe dizer que, quando morrer, diga a toda a gente que faça justiça ao seu carácter. Todos três desatámos a chorar. O seu enterro foi uma apoteose – a maior a que assisti na minha vida»⁵³.

⁵¹ Pessoa *Inédito* (coordenação de Teresa Rita Lopes), Lisboa, Livros Horizonte, 1993, p. 372-373; ortografia actualizada.

⁵² Alexandre Babo, *Recordações de um caminheiro. I – Entre duas guerras*, Fundão, Jornal do Fundão, Editora, Lda, 1984, p. 22.

⁵³ Raul Brandão, *Memórias. Vale de Josafat*, vol. III, nota 1, p. 47.

O culto cívico a António José de Almeida, considerado por largo sector do republicanismo português uma espécie de «Moisés da nação republicana», continuou para além da morte física, devendo salientar-se a edição em 1933 e 1934 da colectânea de artigos e discursos, reunida em quatro volumes e intitulada *Quarenta Anos da Vida Literária e Política*, que foi organizada por um grupo de amigos e prefaciada por Caetano Gonçalves (volumes 1 e 4), Joaquim de Carvalho (volume 2) e Hernâni Cidade (volume 3). Momento alto para a territorialização da sua memória cívica e política foi a inauguração, em Lisboa, no ano de 1937, do Monumento a António José de Almeida, da autoria do escultor Leopoldo de Almeida e do arquitecto Pardal Monteiro, localizado entre o Instituto Superior Técnico e a Casa da Moeda. Transformar-se-ia esse local arquitectónico de memória, ao longo do «Estado Novo» salazarista e marcelista, num espaço de peregrinação cívica e política em luta pela Liberdade e pela Democracia, através das cerimónias evocativas da revolução republicana de 5 de Outubro de 1910.

4. Consideração final

Num olhar longo sobre a vida contemporânea portuguesa, facilmente descorrimos que António José de Almeida foi um dos raros dirigentes republicanos (com auréola de caudilho) que, no tempo da Propaganda republicana, esteve por dentro dos principais planos da estratégia multitudinária: o de rua, o da imprensa, o eleitoral, o conspirativo civil e o conspirativo militar. Por outro lado, deve recordar-se que foi, no tempo do Regime republicano, o único Presidente da República que exerceu de forma continuada e completa o seu mandato (5 de Outubro de 1919 a 5 de Outubro de 1923).

Seguindo as sugestões do historiador Raoul Girardet⁵⁴ quanto aos arquétipos do «Salvador», dentro dos mitos e mitologias políticas, pode afirmar-se que estamos, no caso de António José de Almeida, essencialmente, perante uma sucessão de quatro modelos: *Moisés* (o profeta) – o tempo da agitação académica, da mobilização de rua e da intervenção no parlamento monárquico; *Alexandre* (a aventura) – o tempo da preparação revolucionária clandestina; *Sólon* (o legislador) – o tempo ministerial do Governo Provisório e do Governo da «União Sagrada»; e *Cincinato* (a ordem) – o tempo institucional da Presidência da República.

⁵⁴ Raoul Girardet, *Mythes et Mythologies Politiques*, Paris, Seuil, 1986.

ORTEGA Y GASSET: CRISE DA ESPANHA E PROBLEMAS POLÍTICOS

José Mauricio de Carvalho*

1. Considerações iniciais

A Europa começou o século XX sob o impacto de mudanças significativas. Tais transformações sempre causam inquietação nos homens porque os colocam diante do inesperado que povoa sua existência. A vida rotineira, as instituições consolidadas e as formas de pensamento instaladas não têm uma resposta pronta para os novos desafios quando eles surgem no horizonte. Emerge, na consciência das pessoas, a percepção de que além daquilo que planejam algumas coisas lhes chegam e exigem mudança no seu modo de viver e pensar, querendo elas ou não. A relação entre crises históricas e uma desorientação provocada pelas mudanças profundas da vida foi um tema caro à Ortega y Gasset¹ pelas implicações políticas e fez parte de suas análises sobre a conjuntura histórica. Foi detalhado em ensaios como *Ideas y creencias* e em livros como *En torno a Galileo* onde a vivência negativa e desorientação com as novidades “deixa o homem sem saber a que agarrar-se nem o que fazer” (MIÚDO, 2007, p. 123). Nessas ocasiões é preciso buscar um novo entendimento das coisas e também novos modos de organização social e política. É

* Universidade Federal de São João del-Rei (Brasil). Departamento de Filosofia.

¹ José Ortega y Gasset, escritor e filósofo espanhol, nasceu e morreu em Madrid, respectivamente nos anos de 1883 e 1955. Começou seus estudos no Colégio Jesuíta próximo à Málaga (Andaluzia). Mais tarde estudou nas Universidades de Marburgo, Leipzig e Berlin (Alemanha). Voltando à pátria em 1914 tornou-se professor na Universidade de Madrid. Em 1923 fundou a conhecida *Revista do Ocidente*. Em 1931 teve breve experiência política, elegendo-se deputado da República. Entre os anos de 1920 e 1933 desenvolve suas principais ideias políticas que examinaremos neste trabalho. Com a explosão da Guerra Civil em 1936 é obrigado a deixar a cátedra e refugiar-se no exterior. Reside muito tempo longe de seu país em vários países: França, Holanda, Portugal e Alemanha, voltando à Espanha em 1948. No mesmo ano funda com Julián Marías o Instituto de Humanidades. Suas obras mais importantes são: *Meditações do Quixote*, *A Desumanização da Arte*, *A rebelião das massas* e *O Homem e a Gente*. Ortega y Gasset desenvolveu uma filosofia da vida, partindo de fonte diversa da empregada por Unamuno. Ele foi discípulo de Herman Cohen, mas revela influência de vários autores como observa Sciacca (1968): “Notam-se nele, além da escola neokantiana, as influências do historicismo de Dilthey, do relativismo de Simmel, do intuicionismo de Bergson e do vitalismo em geral” (v. III, p. 199).

o que Ortega y Gasset procurará fazer com sua atuação política pela qual esperava alterar a circunstância e construir uma nova Espanha e uma nova Europa.

No início do século XX surgiram dificuldades que afetaram não só os indivíduos ou nações isoladamente, mas toda a toda a Europa cujos domínios culturais iam além dos limites geográficos do continente. Por esse motivo, quando Edmund Husserl começou a falar de crise da consciência européia por volta de 1930, podemos entender que as dificuldades que ele percebia eram perceptíveis, ao menos, em todo o ocidente. O destino de grande parte da humanidade estava como que suspenso naqueles dias de transformação, pedindo que se investigasse o significado do mundo e a realidade do homem. O filósofo francês Roger Garaudy coloca a raiz da mencionada dificuldade num duplo malogro (1966): “O malogro de um duplo dogmatismo: o da religião e do cientificismo” (p. 11). A síntese do pensador francês para os problemas de então faz sentido porque abarca a revisão que se segue do conhecimento da natureza, da história e de nossa responsabilidade com a existência que temos para viver. Esses acabam sendo os problemas marcantes da filosofia e da ciência na contemporaneidade, encontrar respostas para os problemas que emergiram dessa crise.

Os problemas surgidos com a mudança profunda na vida durante as primeiras décadas do século XX afetaram não só a forma de pensar, mas também a organização social e política das sociedades nacionais. Embora a Europa apresentasse dificuldades comuns a todas as nações, os diversos países construíram respostas particulares, teceram uma espécie de roupagem própria para enfrentar as dificuldades amplas que se abateram sobre o ocidente. O fato deu a sensação de uma particularização da crise, pelo menos foi o que começou a pensar o filósofo espanhol Ortega y Gasset, cada nação deveria buscar suas respostas próprias, sem prejuízo dos seus intelectuais buscarem também explicações mais amplas do fenômeno.

Neste trabalho vamos começar abordando a compreensão orteguiana da crise da Europa, privilegiando o entendimento das soluções políticas que propôs para ela. Nossa atenção privilegiará os escritos políticos posteriores a 1920 quando seus comentadores consideraram que o filósofo alcançara a maturidade intelectual. Há ainda um outro motivo para tomarmos a data como referência geral: os desafios políticos ficaram potencializados com o término da Iª Guerra Mundial e a Revolução Socialista na Rússia em 1917. Mudou a realidade política do continente o que pedia que as nações se posicionassem no novo quadro.

Todas as mudanças não passaram despercebidas ao filósofo que nelas enxergou inspiração para pensar os problemas da Espanha e propor uma forma hispânica

de pensar os desafios daqueles dias². Examinar os elementos políticos da proposta orteguiana para a Espanha enfrentar os problemas de então, notadamente as investigações intelectuais decorrentes de sua atuação parlamentar, é o propósito principal deste trabalho. Nos volumes de *El Espectador* o filósofo desenvolveu meditação imprescindível para entender seu pensamento político. Ali fez um balanço da discussão política para o corpo de suas ideias³.

Mesmo não sendo a política o núcleo da vida intelectual das pessoas, boa parte dos problemas vividos naqueles dias passava pela política, esclarece Ortega y Gasset. Estavam nela as esperanças de enfrentar as tarefas diárias que surgem no convívio social. A vida em grupo é muito mais importante na sociedade contemporânea que foi noutros tempos de nossa história, razão pela qual a problemática política ganhou destaque. O vínculo entre a política, inspiração moral e os problemas sociais leva Ortega y Gasset a concluir que o destino humano está associado à capacidade das pessoas de pensar a vida social e fazer política. Chega a esta compreensão em *Antitípicos* do seguinte modo (1931): “o destino

² A resposta de Ortega y Gasset para os problemas daquele tempo a partir da sensibilidade hispânica é um pensamento metafísico que aproxima o eu e a circunstância. Consiste nisso o núcleo de seu pensamento filosófico. O assunto foi elaborado nas *Meditações do Quixote* e nos livros que compõem a coleção *El Espectador*. Os aspectos fundamentais da metafísica orteguiana foram estudados no artigo publicado na *Revista de Ciências Humanas* da UFSC. Ali escrevemos (2009): “É importante entender o que significa *circunstância* para se chegar ao objeto central da filosofia orteguiana: a *vida*. A vida é única e não se confunde com *circunstância*, pois ela não é pura recepção do que se passa em volta do eu, explica Ortega y Gasset em *Temas de viaje* (1922). A vida é o que cada pessoa faz com a *circunstância* como já comentamos (CARVALHO, 2002, p. 71): “mesmo que fossem iguais os elementos da habitação, não seriam iguais as vidas de dois gêmeos uni vitelinos que vivessem juntos no mesmo local”. Dito de outro modo, vida é realidade radical que aproxima *eu* e *circunstância*. A conhecida passagem orteguiana *eu sou eu e minha circunstância* encontrada nas *Meditações do Quixote* une o eu e a *circunstância* de modo inseparável. A realidade vital é a vida, eu estou aqui no meio de muitas coisas: sentimentos, ideias, valores, época, sociedade, com as quais permaneço em relação enquanto vivo. *Eu* e *circunstância* interagem e se completam. A vida é o resultado desta relação, mas não se confunde com ela, *eu* e *circunstância* só se deixam ver de verdade na vida que é a realidade concreta e real. O principal estudioso da filosofia orteguiana precisa este núcleo metafísico do seguinte modo (1991): Encontro-me, pois, desde logo, na vida, encontro-me vivendo, na vida encontro as coisas e me encontro a mim mesmo; isto é, a vida é o primário, é anterior as coisas e a mim, me é dada, sem suma, e tanto o eu como as coisas são secundárias a ela, ingredientes seus, realidades derivadas, ou, se se prefere, realidades radicadas nela, que é, ao contrário, a realidade radical (MARIAS, 1991; p. 27). Considerar a vida como o núcleo da metafísica orteguiana exige que a consideremos como algo maior do que um fenômeno biológico, exige enxergá-la como expressão de valores: “apontar a vida como o grande problema a ser investigado não significa mergulhar numa forma de viver primitiva, anterior à estruturação da cultura e seus valores” (CARVALHO, 2004; p. 69). E diríamos ainda mais. Segundo Ortega y Gasset a situação concreta, nuclear e vital do sujeito é o ponto de onde se parte para pensar toda a realidade: “o filósofo olha a vida como um princípio, e um princípio é de natureza racional, é uma forma de esclarecimento da razão” (p. 332-333). O resumo do núcleo da metafísica orteguiana nesta nota é suficiente para a compreensão do assunto, razão pela qual não vamos considerar à questão no corpo do texto.

³ No primeiro ensaio de *El Espectador* intitulado *Verdad y Perspectiva*, Ortega y Gasset expressa convicção que orienta sua meditação sobre política. Para ele as ideias políticas são importantes, mas não são o centro de nossa vida mental. Se elas assumem tal condição estabelecem uma doença grave em nossa vida intelectual. Afirma (1998): “A política ou o pensamento útil é uma saudável força de que não podemos prescindir (...), mas quando a política entra na consciência e preside toda nossa vida mental, se converte em uma doença gravíssima” (p. 16).

é a política e vice-versa. Política é o conjunto de problemas que é preciso aceitar (...) a vida não tolera o capricho, ela é uma coisa muito dura, muito séria, com que é forçoso lidar” (p. 152).

2. Raiz da crise vivida na España: as relações entre maiorias e minorias no livro *España Invertebrada*

O livro *La rebelión de las masas*⁴ projetou o filósofo como grande nome do pensamento universal. A obra apareceu em 1930 e trata da crise da Europa e dos sistemas totalitários surgidos naquele tempo. O livro investiga ainda a raiz moral da crise e dos problemas políticos que emergiram naquele momento histórico. Examinamos o conhecido livro orteguiano em *Introdução à filosofia da razão vital de Ortega y Gasset* onde esclarecemos que a crise da Europa tinha, para o pensador (2002):

Uma raiz moral e política, ela nascia de um tipo de homem que a sociedade da abundância havia criado na Europa. Essa sociedade que permitiu ao homem médio enriquecer e a democracia tornou responsável pelo processo político (p. 416).

A preparação de *La rebelión de las masas* ocorreu na esteira da cuidadosa análise da realidade espanhola efetivada quase dez anos antes em *España Invertebrada* (1921). Como notou Julián Marías (1991):

⁴ *La rebelión de las masas* é uma obra magnífica. Ela contém uma análise da cultura européia nas primeiras décadas do século XX, momento marcado pela presença das massas. Foi o livro de Ortega y Gasset mais divulgado e conhecido. Nele o filósofo desenvolve o seu método de fundo historicista necessário para pensar a realidade humana que só é compreendida na circunstância. Ele examina a relação entre o surgimento de uma sociedade de massa e a destruição da vida responsável e singular. No livro o filósofo aprofundou o significado da crise política européia daqueles dias. Ele deixa de buscar os motivos no funcionamento da representação ou na fragilidade dos governos liberais e passa a tratá-los como questão de significado filosófico. As maiorias contemporâneas já não são como antes e não se contentam com os antigos mecanismos de representação da sociedade construídos pelo sistema liberal. O livro sugere que a mudança de atitude da maioria, bem como da minoria, está na raiz da crise identificada naqueles dias. Como é o homem massa que Ortega y Gasset vê surgir no seu tempo? Ele não é apenas o indivíduo de uma grande aglomeração. Sua característica mais marcante é a irresponsabilidade em viver sua vocação, acompanhada da falta de compreensão das dificuldades de vida. O homem massa não se preocupa em melhorar a cultura, tudo lhe parece de pouca importância exceto seu bem estar. Ele não percebe que as comodidades que encontra para viver não nasceram senão do esforço e trabalho dedicado de seus antepassados. Por isso desenvolve outras características: irresponsabilidade e ingratidão para com as gerações passadas que é comportamento típico de uma criança mimada. Eis aí outra de suas características: ele é mimado. E o que é mimar? Ortega y Gasset esclarece no famoso livro que (1994): “mimar é não limitar os desejos e dar impressão a um ser que tudo lhe está permitido e a nada está obrigado” (p. 178). As massas não sentem nenhum constrangimento em satisfazer seus gostos, acreditam que podem tudo realizar. Nas palavras do filósofo sentem que “viver é não encontrar limitação alguma; portanto abandonar-se tranquilamente a si mesma. Praticamente nada é impossível, nada é perigoso e, em princípio, nada é superior a nada” (*idem*, p. 180). O fundamental do que disse Ortega y Gasset é que o homem massa não reconhece uma clara hierarquia de valores, a indiferença é fundamentalmente axiológica.

Em certo sentido, esta foi aquela parte de seu trabalho mais difundida e famosa: basta recordar o enorme sucesso de seus livros *España Invertebrada* e *La rebelión de las masas*, o último dos quais é o livro mais importante que escreveu sobre nossa época (p.16).

Na verdade *España Invertebrada* é bem menos conhecida que a outra obra, mas também é fundamental para o entendimento de suas ideias políticas. No prólogo da 4ª edição que saiu em 1934, portanto bem depois da 1ª edição de *La rebelión de las masas* que é de 1930, Ortega y Gasset explica que antes de examinar a crise da Europa pensou os problemas de seu país. O que nos interessa aqui é destacar de *España Invertebrada* não a gênese da história da Espanha, da qual o autor também se ocupa, mas a sua reflexão sobre assuntos políticos que complementam as teses de seus discursos parlamentares e artigos publicados na imprensa durante toda a década de vinte.

O ponto de partida de *España Invertebrada* é o reconhecimento de que uma nação é uma comunidade ampla de pessoas que engloba comunidades menores, todas elas possuidoras de identidade particular, mas que se integram num projeto amplo de vida comum. O projeto espanhol se formou durante o reinado de Fernando, o católico. O monarca reuniu os projetos de Castela e Aragão numa ação política comum. Mais especificamente aglutinou a gente de Aragão em torno de um projeto comum com Castela. O projeto reconhecia “que Castela tinha razão, que era preciso dominar o esquema das paisagens particulares e incorporar-se a uma Espanha maior” (p. 63). Essa reflexão histórica sobre o projeto espanhol permitiu nosso pensador olhar os movimentos separatistas de Catalunha e Vasconia, nos momentos iniciais da jovem República espanhola nos anos vinte, com olhos mais perspicazes que o daqueles que neles viam uma dissonância absurda do padrão comum. Para esses analistas a Espanha era “uma massa homogênea, sem descontinuidades qualitativas, sem confins interiores de umas partes com outras” (*idem*, p. 60). A noção de nacionalidade desenvolvida no livro em questão é chave para a compreensão da análise política que apresenta à imprensa. Ela também orienta a atuação parlamentar de Ortega y Gasset, especialmente quando examina o *Estatuto da Catalunha* na sessão do Parlamento de 13 de maio de 1932. O reconhecimento da particularidade regional como um fato comum da Espanha, tal como foi elaborada no livro, contrapõe-se à pretensão de soberania regional pleiteada por representantes da Catalunha que viam o país como uma reunião de províncias separadas. Nosso filósofo não via assim o assunto. Ele rejeita o entendimento separatista e critica como lembra Amoedo

(2002): “o particularismo dos grupos sociais, que, nascidos de um movimento diferenciador de funções no seio da sociedade, perderam a consciência da sua necessidade de interdependência e de cooperação” (p. 86).

A meditação política orteguiana concebe críticas ao Poder Central representado pela Monarquia e pela Igreja Católica. Ambas as instituições, assim compreendia nosso pensador, não se comprometiam com a elevação espiritual das Províncias e, portanto, não ajudavam a integrá-las em ações comuns. Esse assunto será também tema de vários discursos parlamentares, em especial dos artigos publicados entre 18 de novembro de 1927 e fevereiro de 1928 reunidos sob o título *La Redención de las Provincias y la Decencia Nacional*. Será igualmente a visão de nacionalidade proposta no livro *España Invertebrada* que orientará sua crítica à atuação do Exército no levante de 1917. Dizia ele que os oficiais estavam orientados pela ideia de particularismo exclusivista. Os líderes militares, em razão do *ethos* que une os membros da corporação militar, perderam de vista que o exército é parte da nacionalidade espanhola e não se compreende fora dela. A primeira parte da obra traz uma série de assuntos que serão desenvolvidos nos escritos políticos elaborados na década de 20.

A segunda parte do livro toca no fundamento da crise espanhola: o fenômeno da *invertebração*. Essa tese foi amadurecida nos anos seguintes para ser também aplicada no exame da crise da Europa no conhecido livro *La rebelión de las masas*. Como o fenômeno das massas se liga à questão política daqueles dias e à emergência dos governos totalitários? Tratamos do assunto no capítulo dedicado à Ortega y Gasset no livro *Problemas e teorías da ética contemporânea* (2004):

O homem massa, espécie representativa do cidadão do século XX, acaba contribuindo para a formação e progresso dos sistemas políticos totalitários. Não se fala do homem que vive na massa, mas daquele pouco ocupado com o destino da humanidade, despreocupado com a unicidade de seu viver, que é chão fértil de onde brotam ideologias despóticas. O homem massa alimenta os governos totalitários com sua alienação e irresponsabilidade, deixando correr os fatos mais constrangedores à vida como se nada daquilo tivesse que ver com ele (p. 94).

Voltando à obra *España Invertebrada*, vemos como o filósofo insere a questão das massas na constituição das nacionalidades. Ele explica que “uma nação é uma massa humana organizada, estruturada por uma minoria de indivíduos seletos” (p. 93). A invertebração era um fenômeno marcante naquele tempo quando a massa se negava ser massa, “isto é, a seguir uma minoria diretora” (*idem*, p. 93). Em outras palavras, a invertebração ocorre, diz López de la Vieja (2000): “devido à perda

de exemplaridade das minorias dirigentes” (p. 140). O resultado desse processo, afirma Ortega y Gasset no livro comentado, é que “a nação se desfaz, a sociedade se desmembra e sobrevém o caos social e a invertebração histórica” (p. 93). O fato é excepcionalmente importante porque o que era inicialmente um assunto moral tornou-se um problema político. A questão não se explica social e economicamente pela hipótese de uma revolta contra os mais ricos ou importantes, mas é uma rejeição das lideranças pelas massas que integram o corpo social. Explica a insubordinação como se segue: “Eu me refiro a uma forma de domínio muito mais radical (...) e não só de uma massa social, senão de todas, em uma espécie de massa com maior poderio: as de classe média e superior” (p. 95). O fenômeno revela um ciclo histórico interessante, há períodos em que as maiorias perdem a humildade resultando num momento histórico de decadência. Nos outros a maioria se torna dócil e imita as minorias exemplares. São os períodos de maior calma e continuidade. Na tentativa de entender a invertebração hispânica associa-a à falta do feudalismo na Ibéria, referindo-se ao fenômeno como típico de França e Inglaterra. No feudalismo, ele explica, há uma minoria dirigente na sociedade, o que cria a cultura de seguir modelos exemplares como ocorre nos países de tradição feudal mencionados.

3. Crise da Europa e da Espanha

O ponto de partida de sua análise sobre a crise política experimentada naqueles dias na Espanha está nos *Puntos Esenciales*, escrito no ano de 1931, como programa para atuação política da *Agrupación al Serviço de la República*. Naquele texto observou nosso filósofo (1994): “A Europa está farta de niilismo” (p. 138). Considerando a avaliação do ambiente cultural europeu a resposta que se espera da Espanha, para não cair na mesmice ou insuficiência, “tem que ser de alegria construtiva e animada” (*idem*, p. 138). Isso significa, esclarece no ensaio intitulado *La Redención de las Provincias* (1927-1928), que as dificuldades existentes naquele momento exigiam um novo tipo de hispânico, com virtudes vigorosas, o que elevaria “o homem espanhol até o nível dos tempos” (p. 198). O modo de promover a melhoria das pessoas foi assunto de seu livro *España Invertebrada* onde ele concebeu, como indicamos no item anterior, uma resposta moral⁵ e outra política para o enfrentamento da

⁵ O aspecto moral da crise européia aparece, para Ortega y Gasset, no estudo metafísico sobre a fidelidade ao núcleo íntimo e insubornável de cada pessoa. O seu componente fundamental se expressa no perfil das novas minorias e maioria daqueles dias em cuja relação insuficiente nasce o problema moral. A minoria porque se nega a ser exemplar,

crise. A resposta política para a questão vem com o uso do Estado. Sabemos que, para o filósofo, “a sociedade cria, à medida que se complexifica, um corpo encarregado de dirigir o poder. É o que se chama Estado” (CARVALHO, 1996, p. 87). Esse instrumento social de organização pública depois de estruturado consegue interferir na vida da sociedade que lhe deu origem. O filósofo esperava empregar os recursos do Estado, afirma-o em *La Redención de las Provincias*, para “criar um espanhol mais ativo, mais capaz e mais desperto” (p. 198). Este entendimento ele já concebera muitos anos antes do texto comentado em *La moral visigótica* (1908), conforme indicamos o artigo *Sugestões para o estudo da política contidas no Espectador de Ortega y Gasset*. Ali escrevemos (2009): “o entendimento orteguiano expresso em *A moral visigótica* é: O Estado tem um dever primário, a cultura; um crime primário; a ignorância de seus membros” (p. 22)⁶.

Em um mundo que passava por tão significativas mudanças sócio-políticas, o povo espanhol somente impregnaria um estilo próprio na resolução de suas dificuldades se pudesse ser educado pelo Estado. O que ele esperava desse processo de aperfeiçoamento moral e político é que os espanhóis buscassem mais do que negociar interesses através de seus representantes, como as velhas gerações de liberais acreditaram ser o caminho do convívio civilizado. O povo da Espanha deve aprender a tirar de si os elementos de entusiasmo, generosidade e motivação que orientam a vida social e estimulam a produção de riquezas. Logo, a atuação política não se resume a defender interesses numa acirrada disputa parlamentar. Se assim fosse, escreveu o filósofo em 1925, em debate com o Conde de Romanones, no artigo *Entreacto polémico*, nós teríamos uma política egoísta e de propósitos exclusivamente materialistas (1994):

a maioria porque quer impor seu estilo. O assunto foi estudado no artigo *O século XX em El Espectador de Ortega y Gasset: a crise como desvio moral* publicado na Revista *Argumentos*. Neste trabalho não voltaremos a ele considerando que os esclarecimentos fornecidos na nota são suficientes. No artigo explicamos que a crise do século XX é a crise de um homem que esqueceu de buscar o melhor, que perdeu de vista as obrigações que regem a vida coletiva, um sujeito que não reconhece lideranças e nem se apresenta como tal, que não se empenha em identificar e enfrentar grandes desafios, que não se entrega aos projetos vitais que singularizam as existências particulares, que deseja o gozo rápido e inconsequente. Este é o tempo das massas e das crises, mas não chega a ser um tempo de derrocada do Ocidente como anunciou Osvald Splenger em *A decadência do Ocidente* (1922). Escrevemos sobre isso (2010): “Em todo ocidente se generaliza um modo de vida que provoca a crise. A Espanha dele participa” (p. 16).

⁶ Tivemos oportunidade de indicar no capítulo *O diálogo entre o racionalismo de Ortega y Gasset e o pragmatismo de William James*, parte do livro *Pragmatismo e questões contemporâneas* (2008) que, para Ortega y Gasset, a sociedade nasceu da disputa entre forças irracionais e que o futuro deve cuidar para que essas forças tenham um impacto reduzido na vida social. É na sua organização e nos ideais culturais que o Estado incorpora que “estão os elementos de racionalidade política” (p. 135) capazes de melhorar as pessoas.

É falso que a realidade se componha de ações interesseiras. Se dermos uma sacudida dentro de nós, veremos que levantam vôo paixões das mais variadas plumagens, e que junto a egoísmos batem suas asas as generosidades, junto a apetites, entusiasmos (p. 63).

O texto acima citado nos mostra porque é tão importante a ação civilizatória do Estado para o aperfeiçoamento do homem espanhol. Viver juntos, conviver em paz, respeitar os outros, enfrentar novos desafios com entusiasmo e dedicação, é algo que se aprende e ensina.

O afastamento da noção de interesse e de outras teses do liberalismo ortodoxo não distancia o filósofo das noções nucleares do liberalismo. Aliás, ele entende que não apenas o liberalismo, mas nenhum sistema político ou forma de governo daquele momento da história teria respostas suficientes para fazer frente às dificuldades que emergiam no horizonte humano. Como observa Cascalès, apesar de imperfeita, para Ortega y Gasset a democracia liberal era a melhor expressão da civilização ocidental. O filósofo entendia que qualquer forma de organização política que fosse construída para enfrentar os problemas emergentes precisava preservar o que de fundamental havia no liberalismo. Resumiu assim o comentarista o propósito orteguiano (1957): “qualquer que seja o novo tipo de vida que imaginamos, ele deverá conservar o essencial do liberalismo, todo retorno a formas de vida anteriores a do século XIX apareceria como suicídio” (p. 107). Portanto, como o liberalismo das gerações passadas já não respondia aos desafios daqueles dias era importante pensar em novas formas de liberalismo. É o que ele esclarece no já mencionado *Puntos esenciales* (1994):

O Estado atual não pode ser só liberal como naqueles tempos. O liberalismo tem que se integrar (e portanto limitar-se) com o Estado social. Cada nova época acerta quando encontra a equação exata correspondente ao tempo, repartindo as fronteiras que sempre há que fazer de novo entre o indivíduo e a sociedade (p. 140).

Esse novo liberalismo há de ser democrático, mas de uma forma singularíssima, técnica e eficiente, segundo esclarece nos artigos e discursos reunidos em *Rectificación de la República*. Ali ele expressa (1931), “o propósito de construir um Estado eficaz” (p. 365). Há outros aspectos do liberalismo orteguiano que o afastam das formulações ortodoxas. É do que vamos tratar, a seguir.

Vimos que o liberalismo, na compreensão orteguiana, para enfrentar a crise de então, precisava ser democrático, embora liberalismo não fosse sinônimo de democracia. Uma democracia sem Parlamento, por exemplo, pode se tornar um

sistema totalitário e bem diferente do liberal como ocorreu na Itália e Alemanha. Um regime totalitário, como os mencionados anteriormente, não era um caminho válido para a Espanha, avaliava Ortega y Gasset. Ao contrário, se o Parlamento não havia tido um papel de destaque na vida espanhola até então era necessário valorizá-lo para o futuro. Um governo liberal é um governo parlamentar, ele o disse num artigo publicado em 1922, intitulado *Ideias Políticas* (1994): “não há, portanto, outro remédio senão restaurar a autoridade do Parlamento. Com umas ou outras modificações, é ele uma instituição inevitável e a mais adequada de nosso tempo” (p. 22). Os liberais espanhóis falavam de liberdade, mas não cuidavam de assegurar o exercício responsável da liberdade, o que só se faz com o Parlamento. Esse falar de liberdade de forma repetitiva e vazia, como explica em *Vaguedades* (1925), tem semelhanças com (1994): “os personagens das novelas torpes que, para dar a conhecer seu caráter peculiar, o ostentam cansativamente em cada página” (p. 53). À esta questão volta em trabalho editado no mesmo ano: *Entreacto Polêmico*. Ali afirma que a liberdade é uma coisa que não se pode querer só, como não se pode querer só o perfil de uma mulher sem a carne que o sustenta. Para desejar a liberdade é mister, pelo menos, assegurar os meios de exercê-la. Embora o Parlamento seja fundamental para expressar uma política livre ele é insuficiente para garanti-la. Sem uma identificação com a sociedade o Parlamento não é aceito e seu fechamento não causa grande impacto na opinião pública. O descaso da população quando o Parlamento foi fechado chocou as lideranças liberais. Entretanto elas não se perguntaram: por que as coisas se passaram assim? Por que a população não ficou incomodada com o fechamento do Parlamento? Ele escreveu sobre o fenômeno que preocupava os liberais: “O fato que necessariamente orienta o novo liberalismo na Espanha é que a supressão do antigo Parlamento se verificou com o assentimento da imensa maioria da população” (*idem*, p. 68). A resposta à questão é resumidamente a seguinte. O fato incomoda os liberais ortodoxos, porque eles não entenderam que a questão não é resolvida teoricamente, não basta proclamar liberdades formais se as pessoas não a vivem. Também não é suficiente recorrer à autoridade do passado em nome da tradição municipalista, como fizeram os antigos liberais de inspiração romântica, para assegurar o compromisso público com a liberdade. Não é o passado que justifica a liberdade, mas as exigências renovadas da história, como ele escreve em *La Redención de las Provincias* (1994): “Como os liberais eram românticos eram, a rigor, reacionários. Os entusiasmava o passado, necessitavam de seu calor, tanto mais que seu racionalismo político lhes vedava as justas núpcias da história” (p. 249).

Outro aspecto do liberalismo romântico que necessitava ser superado pela nova política era, na compreensão do filósofo, a ideia de Estado mínimo. Considerando que o Estado daqueles dias lidava com grupos e corporações poderosas e não indivíduos particulares, ele não podia ser mínimo ou fraco, nem uma coisa, nem outra. O Estado é chamado a desempenhar funções cada vez mais complexas para uma sociedade crescentemente exigente e formada por forças poderosas. O desafio, ele explica em *Rectificación de la República*, é que “o Estado hoje não se encontra, como na idade romântica em que surgiu a democracia liberal, diante de indivíduos, mas se acha frente a organizações poderosas de todo gênero” (p. 376). A modificação do papel do Estado democrático será mais bem detalhado um pouco mais adiante onde afirma que a organização estatal não é a pura expressão de um contrato ou pacto social, mas uma realidade própria que se soma à sociedade. Afirma-o do seguinte modo: “Dizia eu que a Democracia é algo mais que o povo nas ruas. Não, a democracia não é povo, é o Estado do povo e não o povo sem Estado” (*idem*, p. 379). O ponto mais importante do que parece ser um liberalismo com forte viés social que surge dessas reflexões é a defesa das intervenções estatais no processo produtivo. Essa tese se explicita na *Circular* de 1932, veiculada pela *Agrupación al Servicio de la República*, onde o filósofo escreveu (1994): “Vamos a uma economia organizada – mais além do capitalismo e socialismo – em que as linhas gerais do processo econômico são reguladas pelo Estado a fim de que dentro delas possa se aproveitar o esforço insubstituível da empresa privada” (p. 428).

O liberalismo orteguiano possui uma organização muito própria. Ele considera os desafios da história, mas não fica preso no passado; defende o Parlamento e o mecanismo da representação, mas não acredita numa instituição afastada da sociedade, rejeita a tese de um Estado que nasce do contrato social e, sobretudo, defende um Estado normatizador das atividades econômicas com forte viés social. Estaria o Estado comprometido com os ideais humanistas concebido pela tradição ocidental.

A superação do liberalismo clássico por Ortega y Gasset foi tema do artigo *El liberalismo de Ortega y Gasset mas allá del individualismo* onde Suay comenta o pensamento orteguiano e encontra na sua crítica filosófica à modernidade a raiz última da revisão que propõe ao liberalismo, notadamente pelos limites que identifica na subjetividade individualista. Afirma Suay que a modernidade promoveu a radicalização do liberalismo, pois pensava o sujeito (2003): “como critério absoluto e independente de qualquer referente externo, um tipo de homem que acreditava não dever nada a ninguém: nem à história, nem a seus

concidadãos” (p. 170). A subjetividade moderna era a subjetividade de um indivíduo descontextualizado, fora de parte significativa da circunstância humana.

Suay parece correto em sua avaliação do liberalismo orteguiano porque o esforço fundamental de Ortega y Gasset foi tratar o sujeito na circunstância. Ele se refere à vida sem separar o eu da sua história pessoal ou do grupo, muito menos sem retirar o sujeito do convívio social e político vivido num Estado nacional. A inserção do homem na história foi tema do *Discurso en León* pronunciado no Teatro Nacional em 26 de junho de 1931 onde o filósofo chama atenção para o fato de que a vida humana se desenvolve num horizonte. Ele afirma (1994): “o horizonte é quem nos orienta, porque nossa vida está sempre circunscrita, determinada e aprisionada por um horizonte” (p. 307). Com essa afirmação Ortega y Gasset quer dizer que os problemas que uma sociedade deve enfrentar são aqueles que ela encontra em sua vida mesma num dado momento do tempo. Logo, não cabe aos homens eleger que tipo de dificuldade eles enfrentarão. A vida política encontra seus desafios nos embates da sociedade que surgem num certo momento do processo histórico, assunto ao qual volta em *Rectificación de la República* onde afirma (1994): “A vida que se tem que viver é sempre, e por força, esta da hora – quer dizer, aquela de um tempo determinado – queira você ou não” (p. 342). Mais adiante no mesmo texto completa a tese afirmando “que uma idade, uma época, é um clima moral que vive do predomínio de certos princípios dissolvidos no ar” (p. 405).

4. Teses políticas

Vimos nos itens anteriores que, para o filósofo, o fenômeno das massas e sua insubordinação espiritual estavam na raiz das dificuldades espanholas. Veremos agora como isso se deu. Também indicamos que não se trata de um fenômeno restrito a uma classe social ou partido político, mas que era uma circunstância abrangente e difusa onde o fato moral inconsistente se tornara fracasso político. Criticar a velha política e modernizar a Espanha são os ideais que presidem sua atuação política, como observa Droguett em seu livro *Ortega y Gasset; uma crítica da razão pedagógica* (2002):

O tema do atraso foi desenvolvido por ele através da crítica política da velha ordem parlamentar e monárquica, enquanto que a mudança cultural européia o levou a ser o intérprete da modernidade cultural. Ambas as vertentes de seu pensamento não estavam separadas, pois considerava a reforma política nacional como uma dimensão da necessidade urgente de seu país de formar parte da história européia (p. 26).

Examinaremos, a seguir, como o filósofo se propõe a reverter a situação do atraso político da Espanha. Abordaremos a crise que é maior que a política, mas olhando-a sob a perspectiva política.

Vamos examinar o que parecem ser as ideias e formas de ação política que o filósofo desenvolveu para enfrentar o atraso político-administrativo da Espanha. A política escreve em artigo de 1922 (1994): “não se define por conteúdos determinados. Consiste simplesmente em fazer o que em um país há de ser feito” (p. 18). Política é também o resultado de um conjunto de forças, razão pela qual a ação política precisa identificá-las corretamente e utilizá-las para obter resultados. Tal compreensão explicava as dificuldades do Parlamento espanhol, não das leis que o regulamentavam ou do seu esquema jurídico, mas de sua dinâmica. Ortega y Gasset denuncia o afastamento que o Parlamento espanhol tem da sociedade. O Parlamento, afirmou em *Maura o la política* (1925): “é um fantasma, um ente metafísico, o sepulcro de Maomé. Não se apóia em forças nacionais suficientes. Uns quantos grupos profissionais o mantêm” (p. 76).

Para enfrentar os políticos da Espanha era necessário começar a mexer na vida pública das Províncias. O que necessitava ser feito? Primeiro “dotar o Município de meios de autonomia, quer dizer, fazer seu trabalho local independente do Poder Central” (*idem*, p. 84). A mudança parece-lhe necessária como forma de enfrentar o endividamento dos Municípios, cuja razão era “toda podridão administrativa dos caciques que formavam a entranha do regime” (*idem*, p. 84). A autonomia municipal que o filósofo desejava ver concretizada, caso o fosse, promoveria a eficiência gestora e diminuiria o poder dos caciques. A autonomia não significava isolar o Município das outras instâncias políticas, mas formar a partir dele uma sólida unidade Provincial, pois “material e moralmente seu volume é demasiado reduzido para que nele surjam correntes de vida pública, aspirações, depurações” (*idem*, p. 86). Mesmo a Província não é ainda grande e forte o bastante, sendo necessário constituir um poder intermediário entre o Município e o Poder Central que o filósofo denominava Comarca. Em síntese seu projeto político contemplava: assegurar a autonomia municipal diante do Poder Central, reunir os municípios em Províncias e construir, a partir delas, um parlamento intermediário nas Comarcas com fortes capitais regionais.

A organização administrativa da Espanha proposta por Ortega y Gasset representava grande mudança política, pois a nova forma de organização das regiões tornava possível a constituição do Parlamento regional voltado para os temas regionais. Nesse modelo de organização administrativa, o Parlamento nacional se dedicaria

a poucos assuntos, apenas aqueles de carácter verdadeiramente geral e do interesse de toda a República, como ele explicou pouco adiante no mesmo trabalho (1994): “Nas mãos do Poder Central e seu Parlamento nacional ficariam poucos assuntos, a saber: os problemas e funções estritamente nacionais, inclusive o direito de intervir nas regiões quando algumas delas padecesse de situação anormal” (*idem*, p. 88). Esse mecanismo político permitiria que o Parlamento Nacional fosse constituído de um pequeno número de deputados escolhidos nas Assembléias regionais.

Eis, resumidamente, os propósitos de Ortega y Gasset com as alterações administrativas que propôs: a) tratar a vida local localmente, pois o Governo Central está longe das regiões, a ação de seus representantes é ineficiente, cria o caciquismo e a corrupção; b) tornar a população local mais responsável, pois ela escolherá e acompanhará o trabalho das lideranças regionais; c) dar força aos poderes provinciais para enfrentar o caciquismo político.

As dificuldades para implantação das reformas propostas tinham por cenário último a acelerada decomposição e decadência do Estado europeu estruturado no século anterior, processo que guardava peculiaridades nos diferentes países. Assim, as mudanças propostas tinham em vistas os problemas espanhóis e não os de outros povos, pois conforme esclarece em *Dislocación y Restauración de España* (1994): “não devemos, nem podemos tomar outros povos como modelo. Temos que inventar nosso próprio futuro” (p. 92). Assim, como a decadência moral culminou em decadência política, tema de *La rebelión de las masas*, a reforma política, assim esperava o pensador, promoveria uma mudança nos valores pessoais. Afirmou: “Junto à reforma política tem que ser feita a reforma da sociedade, das formas privadas de vida” (*idem*, p. 93). E o propósito é que se forme uma minoria extraordinária e que essa influa na massa de modo a tornar o cidadão comum alguém muito mais eficiente e produtivo. Inverter-se-ia assim o processo pelo qual a crise moral destruiu a vida pública e a política. Afirmou em *Selección*, artigo de 1926 (1994):

Uma nação para ascender sobre o horizonte histórico tem que contar, ao menos, com umas dezenas de cabeças claras, capazes de acertar com animada disciplina ascensional e que extraia de cada cidadão tríplice rendimento habitual (p. 99).

No *Discurso em Segovia*, pronunciado em 14 de fevereiro de 1931, no primeiro ato público da *Agrupación al Serviço de la República*, Ortega y Gasset afirmou que a Monarquia não tinha força ou desejo de promover todas as mudanças necessárias. Sem elas a Espanha não enfrentaria os desafios daquele momento

inaugurando uma nova forma de fazer política. Aliás, a Monarquia era a maior responsável pela centralização administrativa da Espanha. Afirmou (1994): “A política da Monarquia consistiu em inutilizar os esforços, as inquietudes e os entusiasmos dessas grandes capitais aproveitando a inércia Provincial” (p. 133). Eis a razão pela qual ele passa a defender a forma de governo republicana. Pelo exposto fica claro que não se trata de simples mudança na organização política, mas de uma profunda mudança de toda a estrutura administrativa e da forma de atuar do Estado espanhol. Não se trata simplesmente de trocar o Monarca pelo Presidente, mantendo-se inalterada a vida política do país. Ao contrário da Monarquia, a República, como ele explica no *Manifiesto* (1994) é “o símbolo de que os espanhóis resolveram por fim tomar briosamente em suas mãos seu próprio e intransferível destino” (p. 128), isto é, fazer todas as mudanças já anunciadas e necessárias para superar a velha política. República significava alteração profunda na vida política do país, afirmou: “A palavra República significa para mim não só a eliminação da Monarquia, mas a reforma radical de todas as instituições tradicionais” (*idem*, p. 135).

Nos artigos já mencionados e reunidos em *La Redención de las Provincias y la decência nacional* (1994) ele diz que os representantes da velha política não se empolgavam com as mudanças necessárias para alterar o que o filósofo denominaria “defeitos do Estado e da sociedade” (p. 185), isto é: “os defeitos da vida espanhola, os defeitos típicos do indivíduo espanhol e de suas formas de convivência na aldeia, na província e na capital” (*idem*, p. 185).

A preocupação com a convivência humana e com as limitações morais do homem espanhol não é assunto estranho à política. O pensador esclarece que: “a vida política é concreção da vida pública, porém esta tem uma dupla raiz, uma cujos nervos se alimentam na praça, enquanto a outra está ligada na vida privada” (*idem*, p. 177). Com tal entendimento da vida política, o filósofo se insere entre aqueles que pensam que não basta reformar a estrutura exterior do Estado espanhol se também não se “reforma o corpo da sociedade espanhola, da vida nacional em todas as suas ordens” (*idem*, p. 189), ou melhor, acredita que é necessário assim proceder para que a reforma política atinja elementos da vida pública e privada.

Diante das mudanças necessárias para se adaptar aos desafios da história os povos revelam atitudes diferentes. Há aqueles que se movem com enorme facilidade e outros para os quais as mudanças são demoradas e difíceis. Os países sul-americanos exemplificam o primeiro grupo e a Espanha tipifica o segundo.

Ambas as atitudes são consideradas inadequadas pelo filósofo que não espera nem excesso de quietude, nem grande ímpeto para mudanças. Ele diz: “se uma raça é demasiado inquieta, se pulveriza. Porém, se é demasiado estática se esclerosa” (*idem*, p. 190). O problema da Espanha é justamente a paralisação da vida pública. Nos artigos que compõem *La Redención de las Provincias y la decência nacional* o centralismo administrativo, caciquismo e problemas do Parlamento Central são nomeados de velha política e são responsabilizados pelo engessamento do país. Ali diz: “A velha política é madrilenha. Desde que comecei a escrever combati a velha política” (p. 202).

No mesmo texto o filósofo explica porque o habitante das províncias era indiferente ao que se passava no Parlamento Central. O debate parlamentar se limitava aos princípios de governação geral que contrapunha Liberalismo e Socialismo, Monarquia e República, mas desconsiderava os assuntos concretos. Deixava de lado os aspectos administrativos que mais interessavam ao homem do interior pouco interessado nas questões teóricas sobre forma de governo. Enfim, os espanhóis estavam pouco interessados em discussões ideológicas porque “a imensa maioria dos distritos eleitorais era composta pela população rural” (p. 217). Como eram muito diferentes os interesses dos espanhóis, os assuntos que chamavam atenção do provinciano não eram os mesmos que empolgavam os madrilenos e esses, por sua vez, não conseguiam elevar os interesses da população rural para tratar de temas de maior abrangência. Os provincianos se interessavam pouco por questões ideológicas, mas estavam muito atentos à atuação dos representantes do Poder Central e dos benefícios que de Madri podiam chegar até eles. O poder dos representantes do Governo Central lhes conferia dignidade, fama e liderança regional, denominada pelo filósofo de caciquismo. Esse fenômeno era um dos problemas fundamentais da velha política responsável pela ineficiência e corrupção. Em outras palavras, o homem da província não escolhia um representante local para o Poder legislativo, mas alguém hábil e capaz de trazer muitos benefícios de Madri. Dito pelo pensador: “não votavam num representante para o Poder Legislativo, mas num agente de favores do Estado” (*idem*, p. 222). O estabelecimento de uma nova política exigia a afirmação da vida provincial e uma nova maneira de levar até lá o debate político, isto é, construir um novo Estado que fosse atraente para aquela gente.

O Estado reformado conforme o projeto orteguiano não teria apenas uma nova organização administrativa com a introdução de um nível intermediário de poder. Nos artigos de *Retificación de la República* (1931), o filósofo mostra que esperava não apenas alterar a consciência moral e política do homem espanhol,

mas modificar a sua forma de produzir. O reordenamento político-administrativo tocaria no corpo nacional “para reformar seus tecidos celulares mais profundos, por exemplo, o econômico” (p. 344). Não parece ao pensador que era possível encontrar um modelo pronto para ser aplicado ao corpo nacional, ao contrário, os modelos existentes passam por adaptações nos diversos países não se podendo falar de formas puras de capitalismo ou socialismo. Ele assim se refere aos modos de produção existente naquele momento:

Hoje é coisa sabida que em todas as partes, em todos os movimentos sociais do mundo, e se entenda com rigor minhas palavras, inclusive na Rússia, que não existe capitalismo como rigoroso princípio que regula a vida econômica; porém tampouco o coletivismo, como exclusivo princípio, como norma abstrata que impeça as modificações do futuro econômico, senão que entre ambos os princípios, que como princípios são sempre pendentes, veio alojar a inexorável lei da economia (p. 353).

A busca de equilíbrio entre os diferentes sistemas econômicos parece ser a atitude mais adequada não só porque nenhum deles possui uma resposta definitiva para os desafios do período, mas porque o homem espanhol não apenas aprecia a liberdade, mas “reage ante a conduta socialista com admiração e respeito” (*idem*, p. 364). A procura de uma solução intermédia para alguns dos mais desafiadores problemas de nossos dias forneceria elementos mais convincentes para o enfrentamento das angústias que surgem com os desafios do futuro. Esses desafios do devir são representados pelos mistérios contidos na figura de Pã – o deus dos pastores da Arcádia, filho de Hermes e da ninfa Dríope. A política, lembra nosso filósofo, “consiste em decifrar antecipadamente este grito tremendo do grande deus em forma de bode” (*idem*, p. 365). Por conta da influencia dos estoícos, o deus Pã passou a personificar toda a vida universal com tudo o que nela há de imponderável. Parece ser isto o que o filósofo quer dizer quando se refere ao deus grego para tratar dos mistérios contidos no futuro que chega a nós com incontáveis surpresas. A constituição espanhola procura traduzir a forma natural de reagir da sociedade dando certa estabilidade ao que de surpreendente possa vir das ações e reações. “Trata-se de inventar aquela série de aparelhos, que sirva melhor para obtê-lo (o futuro)” (*idem*, p. 368).

O futuro da Espanha está inscrito no que há de mais fundo na alma espanhola e o que nela há de mais empolgante: “a verdadeira Espanha, aquela de que depende o futuro, é essa outra Espanha, latente, profunda, agarrada à terra, que é a Província” (*idem*, p. 371). É na organização da Província que deve atuar

a política espanhola. A constituição que exprime a vida nacional deve expressar os elementos mais íntimos da vida do povo. A constituição procura dar-lhe uma ordem relativa: “a democracia é um povo organizado, não é povo solto, e sempre que seja possível, deve a Constituição recorrer não a este povo solto, não a esta multidão inorgânica, (...), mas ao povo organizado” (*idem*, p. 379).

A experiência concreta do governo republicano recém instalado começa a fornecer ao pensador um sentimento de desconforto, pois a República criada em meio a tantas esperanças de transformação não parece caminhar na direção do que Ortega y Gasset aponta como caminho de mudança necessária para transformar a velha política. Além de não empreender as transformações necessárias, o filósofo percebeu, que a República se comportava como o antigo regime, deixando perceber o desencanto que pouco depois afastará o filósofo da vida parlamentar.

Ortega y Gasset acabou postergando seu afastamento da atividade política para participar das discussões parlamentares suscitadas pelo *Estatuto da Cataluña* em 1932. As aspirações da região não seriam devidamente entendidas, avalia, fora da tensão que existe entre o sentimento de integração à nacionalidade espanhola e a identidade regional. Trata-se da questão que examinara teoricamente em *España Invertebrada* onze anos antes. Ele reconhece a existência de duas tendências na vida política provincial: “uma sentimental que impulsiona viver à parte, outra, em parte também sentimental, porém, sobretudo de razão, de hábito, que força a conviver com as outras regiões na unidade nacional” (p. 460). Algumas vezes durante a história uma tendência prevalece e outra perde força. A questão não se resolve olhando-se o assunto só a partir da ótica regional, da tensão íntima, pois há outros espanhóis que sentem a região da Catalunha como parte essencial da Espanha, integrante da “unidade histórica, dessa radical comunidade de destinos, de esforços, de ilusões, de interesses, de esplendor e miséria, na qual a têm posto esses espanhóis inexoravelmente sua emoção e sua vontade” (*idem*, p. 462).

Ortega y Gasset não é contrário à autonomia das Províncias, entenda-se dos costumes locais, de uma justiça municipal, do tratamento dos problemas locais por uma Assembléia regional, mas observa que autonomia administrativa e política não é equivalente à independência. Ele explica a soberania como um conceito jurídico que se refere ao poder nacional frente aos demais Estados nacionais e a cidadania como relação com o Poder central de um Estado. Esse último refere-se à pertença ao Estado e sua participação nele. Concebidos os conceitos dessa forma não se pode admitir a noção de poder que nasça do povo catalão, mas do povo espanhol ao qual pertence o povo catalão. Eis o que diz o filósofo:

Não podemos, por isso, aceitar que se diga: o Poder da Catalunha emana do povo. A frase parece perfeita, exemplar, define exatamente nossa teoria geral da política, porém não se trata sem distinção, que foram empregados, do povo da Catalunha aparte, sem o povo espanhol, dentro do qual e com o qual convive, na raiz, o povo catalão (*idem*, p. 467).

A autonomia da Catalunha, nos termos acima mencionados, era aceita pelo filósofo e teria custos significativos para ser efetivada. Ele não se opunha a tais gastos desde que eles não desorganizassem a economia espanhola ou dessem à região um tratamento muito diverso do conferido à outras áreas do país. Afirmou: “o que digo é que não é possível entregar à Catalunha nenhuma contribuição importante, íntegra, porque isso a desconectaria da economia geral do país” (*idem*, p. 472) e completaria “não podemos admitir é que isso se faça em detrimento da economia espanhola” (*idem*, p. 472).

Os comentários de Ortega y Gasset ao *Estatuto da Catalunha* provocaram grandes debates parlamentares e aparentemente algumas incompreensões. O fato o levou a fazer um *Discurso de Retificación* na sessão parlamentar de 2 de junho de 1932, onde esclarece melhor algumas de suas ideias anteriormente expostas na tribuna do Parlamento. Retoma, naquele discurso, a noção de Poder Soberano para destacar sua fundamentalidade, isto é, reconhece ser ele a base dos outros poderes do Estado, justificando, por isso, tratar-se de poder nacional. Afirmou (1994): “Diz-se exclusivamente que um poder é soberano quando ele é o poder supremo e fundamental do qual emanam todos os demais e que, por ser o primeiro, não nasce por sua vez de outro poder anterior e prévio, senão que nasce de si mesmo” (p. 478).

O poder soberano refere-se à capacidade de tomar as decisões derradeiras, o poder de criar e anular os outros poderes, não importa qual sejam eles. Trata-se do poder maior do Estado que na Idade Média dizia-se provir de Deus e que depois do iluminismo francês se atribuiu ao povo do Estado. A soberania aproxima os integrantes da mesma nacionalidade e lhes destaca o destino comum. No caso espanhol ele fortalece “a solidariedade dos espanhóis ante a vida e suas vicissitudes” (p. 481).

Outro ponto revisto do discurso inicial é o papel da universidade, tema de uma segunda intervenção no plenário da Assembléia da República realizada em 27 de julho do mesmo ano. Naquela ocasião o filósofo considera como possível a Catalunha administrar uma universidade regional que funcionaria ao lado da universidade nacional. Embora o assunto parecesse complicado a dificuldade lhe parece ser menos complicada do que construir uma única universidade bilíngüe. Os motivos apontados são: uma universidade bilíngüe eliminaria, na prática, o

uso da língua espanhola e a língua catalã não é imprescindível para assegurar a autonomia regional. A isso se soma o fato da Espanha não ser um país bilíngüe e de dever preservar o uso correto do idioma oficial. Eis o que diz em seu discurso (1994): “o Estado não pode abandonar em nenhuma região o idioma espanhol, pode inclusive, se lhe parece oportuno, ainda que paradoxal, permitir e até fomentar o uso de línguas estrangeiras e vernaculares” (p. 505).

Todas as mudanças no modo de viver e de organização do povo devem ser lentas para não provocar um curto-circuito histórico. Só mudanças vagarosas penetram na alma nacional e a transformam de modo duradouro.

As teses acima apresentadas constituem as últimas manifestações da atuação política de Ortega y Gasset. Em outubro de 1932 desfez-se a denominada *Agrupación al serviço de la República*. A partir de então Ortega y Gasset afastar-se-ia dos assuntos políticos. Antes de fazê-lo de modo definitivo marca sua preferência pela forma republicana de governo, ainda que não concordasse com os rumos que a vida política republicana estava tomando na Espanha. A razão da preferência é que a República é a única forma de governo que se corrige. Afirma-o em *Viva la República* (1933) do seguinte modo (1994): “Muitas vezes, uma delas em plena ditadura, afirmei que a República é o único regime que automaticamente se corrige a si mesmo, não tolera o princípio da falsificação” (p. 578). Nesse mesmo artigo anuncia o fim do nazi-fascismo com mais de uma década de antecedência e afirma que a opção totalitária seguida pela Itália e Alemanha não era a melhor vereda para a Espanha e que essa forma de governo não tinha futuro na Europa. No artigo denominado *En nombre de la nación, claridad* (1933) defende a organização política republicana que era “a realidade histórica em que agora está e que agora é o povo espanhol” (p. 532). Assim era porque o povo percebeu que a Monarquia não teria forças para fazer as mudanças necessárias na vida política espanhola. Na justificativa do sistema republicano afirma ainda que a Monarquia estava exaurida e que não havia alternativa para a Espanha “mais sincera que procurar viver, fazer-se e lograr-se se atendendo a si mesma” (p. 533). Embora acreditasse na forma de governo republicano seu desencanto com a atividade política decorreu da decepção que teve com o comportamento dos políticos.

A classe não empreendeu as mudanças necessárias para mudar o país e que uma guinada inicial para a esquerda no Governo de Alcalá Zamora provocou uma Guerra Civil que levou a Direita ao Poder. No início do conflito em 1936 Ortega y Gasset já não tinha espaço no país. Ele estava desconfortável entre a Direita e a Esquerda e teve que se exilar com a família rumando inicialmente

para a França. A Guerra Civil não foi curta e se estendeu até 1939 consolidando a ditadura de Franco⁷. Só muito mais tarde em 1948 Ortega y Gasset conseguiu retornar à Espanha para aí viver os últimos anos de sua vida. Morreu em 1955.

5. Considerações finais

Esta breve apresentação das ideias políticas de Ortega y Gasset revela quão importante lhe parece ser pensar a vida na circunstância para superar o que nela a impede de ser plena. E o que mais impedia a Espanha de realizar seu projeto era o centralismo administrativo, o isolamento das províncias, o caciquismo e a invertebração. O princípio geral de sua filosofia o leva a mergulhar no esforço de mudança da vida espanhola pela adesão à forma republicana de governo. Sua atuação política foi direcionada a transformar a realidade da Espanha mudando a forma de tratar a organização administrativa do país para com isso educar moralmente as pessoas.

Ao perceber os rumos da política republicana afastou-se da atividade política. Pouco mais tarde viu-se obrigado a exilar-se do país quando estourou a Guerra Civil que levou Franco ao poder. Ortega y Gasset não viveu para ver o desfecho da República franquista. Por uma dessas traquinagens da história a República de direita de Franco reintroduziu a Monarquia na Espanha. A mudança não representou atraso. O novo rei conduziu a Espanha de volta à democracia liberal, tornou-a uma forma estável de governo e modernizou administrativamente o país. A Monarquia espanhola cumpriu melhor o projeto orteguiano de modernizar o país que a República que ele tanto prezava.

O desencanto com a política redirecionou seu interesse, nos últimos anos de vida, para a meditação filosófica. Nesse campo deixou contribuição fundamental enfrentando, como avalia corretamente Julián Marías (2004), o grande desafio filosófico do século XX: “a descoberta da realidade que é a vida humana” (p. 515). E mais adiante no mesmo texto completou a assertiva como se segue: “Em 1923, Ortega y Gasset chamou a si a tarefa de reduzir a razão pura à razão vital em *O tema de nosso tempo*” (p. 515)⁸. A meditação orteguiana abordou diversos

⁷ Para um aprofundamento da Guerra Civil espanhola e do contexto que levou ao exílio do filósofo leia o capítulo 5 denominado Guerra Civil e Exílio do livro de Margarida Amoedo *José Ortega y Gasset: a aventura filosófica da educação* (2002).

⁸ A apresentação da vida como o objeto fundamental do pensamento contemporâneo foi tratado em *A vida como problema; Delfim Santos em diálogo com Ortega y Gasset*. A questão foi ali desenvolvida, mas basta deixar aqui a indicação que se segue (2009): “A vida do homem e suas criações são para Delfim Santos como eram para Ortega y Gasset, o problema por excelência da filosofia contemporânea, aquele que merece mais seriamente ser investigado” (p. 72).

assuntos, conforme já tivemos oportunidade de enumerar em outra oportunidade. Os mais significativos foram (2003): “o tratamento metafísico do conceito de vida, o exame da reflexão filosófica, a historicidade do homem e de suas ideias, a diferença entre o que se pensa e o que se acredita, e o entendimento do que é o amor, os valores, a política e a educação” (p. 33).

De todo modo, o enorme espectro de interesses de Ortega y Gasset, sua vocação intelectual, o direcionaria para a Filosofia de todo modo, mesmo que a República estivesse cumprindo a tarefa planejada pelo filósofo. Pode-se dizer que deixaria a tarefa política porque acreditava que não era a política a principal ocupação intelectual do homem. E ele era um intelectual por excelência.

Referências bibliográficas

- AMOEDO, Margarida Isaura Almeida. *José Ortega y Gasset: a aventura filosófica da educação*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2002.
- CARVALHO, José Mauricio de. Lições de Ortega sobre a vida humana. *Ética e Filosofia Política*. UFJF. Instituto de Ciências Humanas e Letras. Juiz de Fora: Editora da UFJF, v. 1: (1), 81-90, jul.- dez. 1996.
- , *Introdução à filosofia da razão vital de Ortega y Gasset*. Londrina: EDUEL, 2002.
- , Ortega y Gasset, um interlocutor ainda atual. In: CARVALHO, José Mauricio de (organizador). *Atas do Colóquio Internacional Ortega y Gasset*. 1-5 de set. de 2003. São João del-Rei: UFSJ e Club de Filosofia Prática de España, 2003.
- , Vida e valores na filosofia da razão vital de Ortega y Gasset. In: CARVALHO, José Mauricio de Carvalho (organizador). *Problemas e teorias da ética contemporânea*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004 (Coleção Filosofia).
- , O diálogo entre o raciovitalismo de Ortega y Gasset e o pragmatismo de William James. In: FERREIRA, Arthur Leal (organizador). *Pragmatismo e questões contemporâneas*. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2008.
- , O conceito de circunstância em Ortega y Gasset. *Ciências Humanas*. UFSC. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis: Editora da UFSC, v. 43: (2), 331-345, out. 2009.
- , A vida como problema; Delfim Santos em diálogo com Ortega y Gasset. *Estudos Filosóficos*. UFSJ. Departamento de Filosofia. São João del-Rei: Editora da UFSJ, v. 2, 68-82, jan. – jun. 2009.
- , Sugestões para estudo da Política contidas no Espectador de Ortega y Gasset. *Estudos Filosóficos*. UFSJ. Departamento de Filosofia. São João del-Rei: Editora da UFSJ, v. 3, 11-23, jul. – dez. 2009.
- , O século XX em *El Espectador* de Ortega y Gasset: a crise como desvio moral. *Argumentos*. UFC. Revista do programa de Pós-Graduação em Filosofia. Fortaleza: Editora da UFC, v. 2: (4), 9-18, ago-dez. 2010.

- CASCALÈS, Charles. *L'humanisme d'Ortega y Gasset*. Paris: Presses universitaires de France, 1957.
- DROGUETT, Juan G. *Ortega y Gasset; uma crítica da razão pedagógica*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GARAUDY, Roger. *Perspectivas do homem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- LÓPEZ DE LA VIEJA, Maria Tereza. Democracia y masas en Ortega y Gasset. *Revista de Estudios Orteguianos*. Centro de Estudios Orteguianos. Madrid: Fundación José Ortega y Gasset. 1, 2000:135-150.
- MARÍAS, Julián. *Acerca de Ortega*. Madrid: Espasa Calpe, 1991.
- , *História da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MIÚDO, Berta Pimentel. Significado e importância de crise em Ortega y Gasset. In: AMOEDO, M.; BARROS DIAS, J.M.; DELGADO, A. *José Ortega y Gasset; leituras críticas no cinqüentenário da morte do autor*. Évora: Imprensa da Universidade, 2007.
- ORTEGA Y GASSET, José. Verdad y Perspectiva (El Espectador). *Obras Completas*. 3ª reimpresión, v. II. Madrid: Alianza, 1998.
- , España Invertebrada. *Obras Completas*. 2ª reimpresión, v. III. Madrid: Alianza, 1994.
- , La rebelión de las masas. *Obras Completas*. 2ª reimpresión, v. IV. Madrid: Alianza, 1994.
- , Antitópicos. *Obras Completas*. 2ª reimpresión, v. XI. Madrid: Alianza, 1994.
- , Circular. *Obras Completas*. 2ª reimpresión, v. XI. Madrid: Alianza, 1994.
- , Discurso en León. *Obras Completas*. 2ª reimpresión, v. XI. Madrid: Alianza, 1994.
- , Discurso de Retificación. *Obras Completas*. 2ª reimpresión, v. XI. Madrid: Alianza, 1994.
- , Discurso em Segovia. *Obras Completas*. 2ª reimpresión, v. XI. Madrid: Alianza, 1994.
- , Dislocación y Restauración de España. *Obras Completas*. 2ª reimpresión, v. XI. Madrid: Alianza, 1994.
- , En nombre de la nación, claridad. *Obras Completas*. 2ª reimpresión, v. XI. Madrid: Alianza, 1994.
- , Entreacto polémico. *Obras Completas*. 2ª reimpresión, v. XI. Madrid: Alianza, 1994.
- , Hacia um Partido de la Nación. *Obras Completas*. 2ª reimpresión, v. XI. Madrid: Alianza, 1994.
- , Ideas Políticas. *Obras Completas*. 2ª reimpresión, v. XI. Madrid: Alianza, 1994.
- , Puntos Esenciales. *Obras Completas*. 2ª reimpresión, v. XI. Madrid: Alianza, 1994.
- , La Redención de las Provincias y la Decencia Nacional. *Obras Completas*. 2ª reimpresión, v. XI. Madrid: Alianza, 1994.
- , Manifiesto. *Obras Completas*. 2ª reimpresión, v. XI. Madrid: Alianza, 1994.
- , Maura o la Política. *Obras Completas*. 2ª reimpresión, v. XI. Madrid: Alianza, 1994.
- , Rectificación de la República. *Obras Completas*. 2ª reimpresión, v. XI. Madrid: Alianza, 1994.
- , Selección. *Obras Completas*. 2ª reimpresión, v. XI. Madrid: Alianza, 1994.
- , Vaguedades. *Obras Completas*. 2ª reimpresión, v. XI. Madrid: Alianza, 1994.
- , Viva la República. *Obras Completas*. 2ª reimpresión, v. XI. Madrid: Alianza, 1994.
- SCIACCA, Michele Federico. *História da Filosofia*. v. III, São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- SUAY, Angel Peris. El liberalismo de Ortega y Gasset mas allá dell individualismo. *Revista de Estudios Orteguianos*. Centro de Estudios Orteguianos. Madrid: Fundación José Ortega y Gasset. 6, 2003:169-200.

MONARQUIA E REPÚBLICA

O presente volume reúne comunicações apresentadas no III Seminário de História e Cultura Política, que se realizou na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no dia 15 de Março de 2011, ao que se juntou textos inseridos dentro do perfil científico dos temas em debate. O objectivo deste Seminário, iniciativa da Linha de Investigação Memória & Historiografia do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, era o aprofundamento crítico do conhecimento sobre pensadores portugueses e estrangeiros através das doutrinas políticas que perfilharam em relação à Monarquia e à República.

Desenvolvendo o trabalho científico iniciado com o I Seminário de 2009, pretende-se anualmente dar continuidade a este projecto de Seminário de História e Cultura Política – com um tema de base – e que as perspectivas analíticas comunicadas sejam feitas através de vários olhares disciplinares, em particular a partir da História, da Filosofia e da Ciência Política.

A reflexão crítica e o debate produzidos visam continuar a estimular a vivificação da memória da cultura política e a construção historiográfica das ideias políticas e sociais, dentro da área do pensamento europeu, ibero-americano e português, um mundo aberto, plural e conflitual, onde há um grande campo de investigação crítica a desenvolver, para perceber fundamentos filosóficos, dinâmicas históricas e expressões ideológicas e políticas.

ISBN: 978-989-8068-09-5



9 789898 068095